



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP

Curso de Graduação em Gestão Ambiental

SARAH DE SABOYA BASTOS

**AS VOZES DA FLORESTA DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU (SALVADOR/BA)
SOBRE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E CRISE CLIMÁTICA**

Brasília - DF

2023

SARAH DE SABOYA BASTOS

**AS VOZES DA FLORESTA DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU (SALVADOR/BA)
SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CRISE CLIMÁTICA**

Trabalho apresentado à Universidade de Brasília - UnB, campus Faculdade UnB Planaltina - FUP, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio.

Brasília - DF

2023

BASTOS, Sarah de Saboya.

As vozes da floresta do Parque São Bartolomeu (Salvador/BA) sobre unidades de conservação e crise climática / Sarah de Saboya Bastos, Brasília - DF, 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina. 2º Semestre de 2023.

168 f.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio.

1. Unidades de Conservação. Crise Climática. Justiça Climática. Parque São Bartolomeu. Racismo Climático.

SARAH DE SABOYA BASTOS

**AS VOZES DA FLORESTA DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU (SALVADOR/BA)
SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CRISE CLIMÁTICA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Gestão Ambiental,
pela Universidade de Brasília.

Aprovado em: 27 de outubro de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Irineu Tamaio

Orientador

Prof.^a Dr.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva

Professora – Examinadora

Prof. Dr. Philippe Pomier Layraygues

Professor – Examinador

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz

Professora – Examinadora (suplente)

Dedico este trabalho a toda população do Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA),
local de fundamental importância à história e cultura do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Lembro-me da primeira vez que retornei a Salvador, cidade na qual fui nascida e criada, após meu primeiro semestre em Gestão Ambiental na UnB: logo no avião, identificava os traços do relevo que se caracterizavam como corpos hídricos que formam uma bacia hidrográfica, assim como consegui identificar o que era uma paisagem de vegetação natural, da paisagem de agricultura e pasto. Mas, o que mais me chamou atenção foi, ao longo da minha primeira estadia de férias lá, passar ao lado dos “esgotos a céu aberto” não tinha mais o mesmo significado ao longo de todos os meus então 17 anos: não eram esgotos a céu aberto, eram rios poluídos! Voltar à Brasília após esse meu contato de retorno, foi como se eu tivesse aberto os olhos pela primeira vez na vida: muita coisa não sabia e muita coisa tinha a aprender.

Pela oportunidade de saber um pouco mais das coisas, meu primeiro agradecimento faço postumamente: Darcy Ribeiro, idealizador da Universidade de Brasília, Universidade esta que foi o meio pelo qual estou realizando um dos meus primeiros sonhos de infância - graduar-me em uma Universidade Federal.

Pelo desejo de querer saber, cada vez mais, sobre as coisas, agradeço aos meus pais, Ana Lúcia e Marcelo, as pessoas mais inteligentes que conheço. Desde pequena, qualquer dúvida que meu cérebro formava, levava ao meu pai porque sabia de seu espírito nato de cientista e seu jeito de, alguma forma, saber de tudo. Da mesma forma, qualquer dúvida que meu coração formava, levava à minha mãe - sonhadora e educadora nata, foi ela quem me ensinou um profundo amor às pessoas e à natureza. Os dois, juntos, com sua presença física, emocional, psicológica e financeira, criaram-me como uma pessoa que ama estudar e descobrir o mundo. Minha gratidão é eterna à vida dada, ao amor incondicional, aos nascimentos de meus irmãos companheiros nessa jornada terrena e, por fim, ao apoio incondicional em qualquer aventura que o vento do Universo soprasse às minhas asas.

Pelo campo afetivo e divertido da vida, o qual permitiu que minha estadia em Brasília não fosse tão solitária, agradeço aos meus irmãos, Erick e Ícaro, que são os

donos do maior amor que poderia sentir, de forma indiscriminada, incontestada e abastada. Sei que sozinha, nunca estarei.

Pela primeira porta que se abriu, agradeço à minha tia Verônica e ao meu primo Rodrigo, que fizeram possível meu primeiro passo fora de casa. Pela permanência dessa porta aberta, agradeço a minha tia Nairzinha, com todo seu amor e cuidado.

Pela família que construí aqui, por meio da qual mostrou que eu por eu basta, agradeço imensamente à minha amiga Rafaela e sua família (Gabi, Carlinhos e Cida) por todo acolhimento e por terem me adotado com todo amor, proteção e preocupação. Também, da mesma forma, agradeço a amizade e o acolhimento dos meus amigos Cássio e Matheus - também colegas de curso - e suas respectivas famílias. Nenhum dinheiro no mundo paga o que recebi e recebo de todos vocês, foi um presente divino nossos caminhos terem se cruzado.

Pela família que construí em Salvador, uma amizade e amor fraterno incondicional que navegam nas águas da minha vida, estejam elas em maré morta ou em grande tempestade, fruto de anos e anos de caminhada: Ana Lara, Chiara, Lucas, Erick e Duda, não há régua no mundo que meça o tanto que amo e admiro vocês, cada uma com sua individualidade, universos e sabores. Vocês são o que tenho de melhor.

Pelo companheirismo que me dá a sustentação de destravar as barreiras, de respirar ao final do dia, de saber com quem contar e com quem me derramar: ao meu amor, Lucas, que encontrei ao final dessa jornada. Você foi essencial em fazer com que eu acreditasse que poderia entregar esse trabalho a tempo da antecipação da minha outorga e que tinha potencial de fazer isso com excelência. Você me faz acreditar em mim. Você me escuta, me fala, me sente... me vive. Te sou e te amo arrebatadoramente.

Pela atenção, confiança e por ter sido a primeira pessoa que me explicou o que é Crise Climática, Justiça Climática e História Ambiental: ao meu professor orientador, Irineu Tamaio, que me acompanha desde meu segundo semestre na graduação. Quem confiou no meu potencial acadêmico e abriu portas, permitindo

que fizesse parte de seu projeto de extensão e pesquisa, viajasse para apresentar trabalhos e que topasse me orientar em qualquer aventura acadêmica que me propusesse a desbravar, ficam aqui meus agradecimentos e reconhecimento: você me faz acreditar na arte do ensinar, tocar e sensibilizar. Espero poder chegar nas pessoas como o senhor.

Pela prontidão em atender meu “pedido de socorro”: ao meu amigo e colega de curso, Matheus Rocha, que elaborou o mapa de localização do Parque São Bartolomeu de primeira e sem precisar pedir duas vezes.

Pela possibilidade do primeiro contato com o Instituto Trilha das Flores e da companhia em meu primeiro dia em campo deste trabalho (e meu primeiro dia no Parque São Bartolomeu), ao meu antigo colega de trabalho, Dalbert Natan - você foi essencial para construção dessa pesquisa!

Por fim, mas não menos importante - pela confiança, pela honestidade e pela luta de anos à conservação do Parque São Bartolomeu: Glauber, Mãe Val, Vandson, Cleiton e Anderson. Vocês são os ecoagentes que tive a grande felicidade e o grande prazer em conhecer. Vocês me vigoram, me dão esperança de um mundo melhor e sustentável, e fortalecem minha crença no poder do povo e na sensibilização e liderança comunitária. Sem vocês, este trabalho não seria possível. Que Deus e os Orixás os acompanhem até o final de suas caminhadas nesta Terra, que a luz divina seja sempre nossa direção e que nunca percam a fé a força de serem e fazerem. Gratidão eterna por viabilizar isso aqui.

“Zeferina negra nata
Que Olorum abençoou
Zeferina traz no sangue
A tristeza e muita dor
Zeferina traz no sangue
A tristeza e muita dor

“O arco e flecha foi a arma
Que Zeferina encontrou
Hoje, a arma do negro
É a educação sem valor
Hoje, a arma do negro
É a educação sem valor

“Mas é com educação que vamos transformar
O seu arco e flecha em uma arma exemplar
Mas é com educação que vamos transformar
O seu arco e flecha em uma arma exemplar”

**Música “Kilombola Zeferina” - Mãe Val
Senzala Religiosa Mukunndewá (Salvador/BA)**

RESUMO

Com o passar dos anos, fica mais evidente que os eventos climáticos extremos, em sua intensidade e frequência, estão aumentando, ao passo que a criação e/ou ampliação de áreas protegidas não seguem o mesmo ritmo, ou até mesmo estão diminuindo. Nesse sentido, surge a pergunta, direcionada às comunidades residentes ao entorno da Unidade de Conservação, em específico ao Parque São Bartolomeu: como se dá a sensibilização quanto a importância dessa área ao combate à Crise Climática? Portanto, diante dessa questão, esta pesquisa teve o objetivo de realizar um estudo sobre a sensibilização das comunidades e suas lideranças adjacentes ao Parque São Bartolomeu (Salvador – BA) sobre sua importância enquanto área protegida urbana como sumidouro de carbono, visto sua relevância ao combate à Crise Climática. A metodologia utilizada no trabalho foi por meio de realização de entrevistas semi-estruturadas com lideranças comunitárias e membros das comunidades adjacentes ao Parque, caracterizando-se como pesquisa de natureza qualitativa. Como resultado foi possível perceber que o Parque possui grande importância na vida de suas comunidades adjacentes, as quais reconhecem sua história e sentem pertencentes ao Parque, entretanto, não possuem ainda uma profunda sensibilização quanto ao senso de urgência do problema climática e do papel do Parque enquanto sumidouro de carbono, ao contrário das lideranças que demonstraram um maior conhecimento científico sobre os conceitos. Por fim, a pesquisa mostra que as Unidades de Conservação, enquanto territórios de paisagem natural resguardados legalmente, podem servir como instrumento de combate à Crise Climática, assim como um mecanismo de Justiça Climática, tendo em vista que estas são as únicas áreas conservadas no território brasileiro e provém bens naturais essenciais à vida na Terra e à mitigação dos efeitos à referida Crise, bem como um campo de adaptação à Crise, pelo volume de áreas verdes - com destaque às UCs urbanas, que se aproximam de tais comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental, servindo como um espaço propenso à apropriação comunitária visando o bem-estar comum.

Palavras-chave: Crise Climática. Justiça Climática. Unidades de Conservação. Parque São Bartolomeu. Racismo Climático.

ABSTRACT

Over the years, it becomes increasingly evident that extreme climatic events, in its intensity and frequency, are on the rise, while the creation and/or expansion of protected areas are not keeping the same pace and, in some cases, are even decreasing. In this regard, the question arises, directed at the communities residing around the Conservation Units, specifically at the ones at São Bartolomeu Park: how is awareness raised regarding the importance of this area in combating the Climate Crisis? Therefore, in response to this question, this research aimed to conduct a study on the sensitization of communities and their leaders adjacent to São Bartolomeu Park (Salvador - BA) regarding its significance as an urban protected area and a carbon sinkhole, given its relevance in the fight against the Climate Crisis. The methodology used in the study involved conducting semi-structured interviews with community leaders and members of the communities adjacent to the Park, characterizing it as a qualitative research. As a result, it was possible to observe that the Park holds great importance in the lives of its adjacent communities, who recognize its history and feel a sense of belonging to the Park. However, they don't yet have a deep awareness of the urgency of the climate problem and the role of the Park as a carbon sinkhole, in contrast to the leaders who demonstrated a greater scientific understanding of the concepts. In conclusion, the research shows that Conservation Units, as legally protected natural landscapes, can serve as an instrument to combat the Climate Crisis, as well as a mechanism for Climate Justice, considering that these are the only conserved areas in Brazilian territory and provide essential natural resources for life on Earth and for mitigating the effects of the mentioned Crisis. They also serve as a field for adapting to the Crisis, given the volume of green spaces - especially urban Conservation Units, which are in close proximity to communities in situations of socio-environmental vulnerability, serving as a space conducive to community appropriation for the common well-being.

Key-words: Climate Crisis. Climate Justice. Conservation Units. São Bartolomeu Park. Climate Racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização do PSB (Salvador - BA)	20
Figura 2 -	Domínio fundiário dentro do PSB	24
Figura 3 -	Entrada do Parque pelo bairro de Plataforma	25
Figura 4 -	Portaria e Centro de Referência	26
Figura 5 -	Interior do Centro de Referência	26
Figura 6 -	Sinalização da horta do Parque	27
Figura 7 -	Sinalização de área para piquenique	27
Figura 8 -	Sinalização de local para oferendas e limpeza de corpo	28
Figura 9 -	Oferendas dentro do local destinado para tal	28
Figura 10 -	Sinalização à Praça de Oxum	29
Figura 11 -	Praça de Oxum	29
Figura 12 -	Sinalização da Pedra de Omolu e de local para banho	30
Figura 13 -	Sinalização da Pedra de Iansã	30
Figura 14 -	Sinalização da Pedra de Xangô	31
Figura 15 -	Sinalização da Escadaria de Pedra	31
Figura 16 -	Exposição permanente do Centro de Referência	32
Figura 17 -	Vegetação do Parque São Bartolomeu	33
Figura 18 -	Vegetação do Parque São Bartolomeu	34
Figura 19 -	Vegetação do Parque São Bartolomeu	34
Figura 20 -	Vegetação do Parque São Bartolomeu	35
Figura 21 -	Mapa da vegetação do Parque	36

Figura 22 - Moradias na fronteira do Parque	37
Figura 23 - Moradias dentro do Parque	38
Figura 24 - Cachoeira de Nanã e Oxum	41
Figura 25 - Cachoeira de Oxumaré	41
Figura 26 - Cachoeira do Cobre	42
Figura 27 - Represa do Cobre	42
Figura 28 - Barragem do Cobre	43
Figura 29 - Corpos hídricos dentro do Parque	43
Figura 30 - Exemplo de fragmento florestal urbana	63
Figura 31 - Realização de uma das entrevistas do dia 25/09/2022	83
Figura 32 - Recepção pela equipe do Parque	84
Figura 33 - Segurando o roteiro da entrevista no aguardo do entrevistado no dia 18/10/2022	85
Figura 34 - Realização de uma das entrevistas do dia 16/04/2023	86
Figura 35 - Ensaio do grupo Break Ice Crew	93
Figura 36 - Prática de trilha, arco e flecha e rapel/tirolesa	95
Figura 37 - Lixo dentro do Parque	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APRN	Áreas de Proteção de Recursos Naturais
BA	Bahia
CCMA	Corredor Central da Mata Atlântica
CC - UC	Relação entre Crise Climática e Unidade(s) de Conservação
CO2	Dióxido de carbono
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COP	Conferência das Partes
EA	Educação Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
GEE	Gases de efeito estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
JA	Justiça Ambiental
JC	Justiça Climática
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PSB	Parque São Bartolomeu

RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SAVAM	Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Justificativa	18
1. ÁREA DE ESTUDO	20
1.1. Transições jurídicas	21
1.1.1. Conjuntura fundiária	23
1.2. Caracterização física	24
1.2.1. Vegetação	32
1.2.1.1. Etnobotânica: PSB e religiões de matriz africanas	38
1.2.1.2. Biodiversidade e conservação	39
1.2.2. Hidrografia	40
1.3. Caracterização socioeconômica	43
1.4. História do Parque São Bartolomeu	45
2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	49
2.1. Crise Climática	49
2.2. Unidades de Conservação	57
2.3. Justiça Climática	66
2.3.1. Racismo Climático	76
2.4. Metodologia	80
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	89
3.1. O Parque é vida	89
3.2. O Parque é uma esponja	98
3.2.1. O edifício da vida	107
3.3. O Parque é o “pulmão” da cidade	108
3.3.1. O abandono do Parque: a falta de gestão do PSB e de Educação Ambiental e Sanitária às comunidades como sintoma do Racismo Ambiental	114
3.4. O Parque como reduto histórico	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS	147
a) Roteiro das entrevistas semi-estruturadas	147
b) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados	149

INTRODUÇÃO

Paisagens de floresta (ou as demais fitofisionomias), incluindo seus fragmentos, sob estado de conservação, garantem a continuidade da biodiversidade, saúde física do ambiente e manutenção do clima pelo o que se é chamado de serviços ecossistêmicos - benefícios ao meio natural e antrópico os quais incluem *bens de provisão* como água e alimentos; *bens de regulação* como de inundações, secas, pandemias e etc.; *bens de suporte* como fotossíntese, formação de solos e ciclagem de nutrientes; e, por fim, *bens culturais* como lazer (Reid *et al*, 2005), Banhos de Floresta¹ (Silva, 2018) e outros. Quer dizer que a natureza, por sua existência, é o meio pelo qual a própria vida acontece.

Segundo conceituação da Lei nº 9.985/2000, a qual institui o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), Unidade de Conservação (UC) é o:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (Brasil, 2000, Art. 2º, Inciso I)

Dessa forma, as UCs, enquanto paisagens em conservação ambiental resguardadas legalmente - apesar das evidentes infrações ambientais, inflacionadas e incentivadas mais gravemente pelo Governo Federal sob a gestão do então Presidente Jair Bolsonaro, no período de 2019-2022 (G1, 2021) -, possuem valor inestimável: são intrinsecamente relacionadas ao combate à Crise Climática (CC). Tal crise ameaça a produção de alimentos mundialmente, a acidificação de oceanos, o aumento de desastres naturais (IPCC, 2021) e muito mais! O cenário futuro, com a instauração da Crise Climática, é semelhante ao de utopias filmográficas apocalípticas – no entanto, a diferença é que, neste caso, será real: é o fim da aventura humana na Terra.

¹SILVA, P. C. escreveu que Banhos de Floresta “consiste em permanecer e/ou caminhar em florestas, a fim de promover a saúde fisiológica e psicológica pela respiração das substâncias voláteis liberadas pelas árvores”.

De acordo com Pires *et al* (2017), o crescimento urbano brasileiro não acontece de forma sustentável, muito pelo contrário: com a dicotomia entre centro e periferia, os centros urbanos brasileiros, sobretudo Salvador, a capital da Bahia, conhecida por sua famosa divisão em “cidade alta e cidade baixa”, possuem uma alta quantidade de deslocamento pendulares intermunicipais². Esses deslocamentos ocorrem por meio de veículos emissores de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Diante deste cenário, os parques urbanos são essenciais à manutenção do microclima urbano, melhora da qualidade de vida, sequestro de carbono e entre outros bens ambientais úteis à vida.

No dia 28 de abril de 1978, por meio do Decreto nº 5.363 da Prefeitura Municipal de Salvador – BA, criou-se o Parque São Bartolomeu, um Parque situado no subúrbio ferroviário da cidade. Com cerca de 1.600 hectares, o Parque é uma das pouquíssimas e maiores reservas de Mata Atlântica em área urbana no Brasil. Importante símbolo de luta do povo baiano, o Parque São Bartolomeu teve como primeiros habitantes o povo Tupinambá (Serpa, 1998) e abrigou pessoas escravizadas fugitivas que se organizaram, em meados de 1826, no Quilombo Urubu.

A questão das Mudanças do Clima é o assunto socioambiental mais discutido - e mais preocupante - do século XXI devido às suas graves consequências à sociedade e ao meio ambiente. Atualmente, o Brasil é o quarto maior emissor de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Evans, 2021) e a principal atividade responsável pela colocação brasileira neste *ranking* é a transformação de paisagens naturais (florestas e outras fitofisionomias) para agropecuária por meio de desmatamento e queima de vegetação nativa. Outro fator importante que influencia nesta transformação é a pressão antrópica por moradia sobre áreas verdes - situação muito comum em grandes metrópoles: há a expansão humana em áreas verdes para construção de casas, pressionando, por meio da ação antropogênica, esses fragmentos de paisagem já tão expostos e vulneráveis.

Estamos diante de um cenário alarmante: o fenômeno climático se agrava (aumenta) a cada ano enquanto as áreas de vegetação nativa diminuem. Conforme

² É um tipo de mobilidade intra-urbana mais intensa em áreas de grandes concentrações populacionais.

pontuado por Tamaio (2021), as UCs, além de servirem como sumidouros naturais de carbono, podem ter uma atuação de mitigação dos eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes (como inundações, secas, enxurradas e afins); como também possuem importante papel social, histórico e cultural - como exposto anteriormente.

A acentuação dos sintomas da Crise Climática já pode ser sentida em populações economicamente desfavorecidas e em situação de vulnerabilidade socioambiental. Milanez e Fonseca (2010) trazem luz ao fato de que esses grupos sociais encontram-se em uma conjuntura socioeconômica e ambiental tão vulnerabilizada que tornam-se mais suscetíveis aos eventos climáticos extremos - que é o caso da comunidade no entorno do Parque São Bartolomeu: por se tratar de uma população majoritariamente negra e periférica, é possível enxergar este panorama sobre as lentes do racismo ambiental - caracterizado como uma injustiça ambiental em um contexto racializado.

A disparidade entre os impactos dos eventos climáticos em grupos sociais favorecidos e desfavorecidos economicamente é identificada como uma questão de Justiça Climática. Tamaio (2021) escreve que a “ideia central é que as Mudanças do Clima, mais do que uma questão de cunho ambiental e climático, são um problema de direitos humanos”. Em virtude desse contexto, as áreas naturais de conservação possuem um papel importante para enfrentamento da emergência climática. Dessa forma, o Parque São Bartolomeu pode ser um instrumento para além do combate à Crise Climática com a preservação de sua vegetação nativa e recursos hídricos (mitigação do efeito de ilhas de calor, aumento da biodiversidade, regulação microclimática, produção de água doce e entre outros): ele pode, também, servir como artifício de Justiça Climática por meio da apropriação social do Parque e proximidade física da comunidade em seu entorno - fazendo com que essa população tenha acesso à áreas verdes para lazer, aumento da disponibilidade hídrica, redução do calor urbano e entre outros fatores que aumentam a qualidade de vida dessa comunidade.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o grau de sensibilização das lideranças e comunidades ao entorno do Parque, por meio de entrevistas semi-estruturadas, sobre sua importância na luta contra a Crise Climática.

Com os objetivos específicos, esperam-se:

- Realizar um estudo sobre a sensibilização da comunidade no entorno do Parque São Bartolomeu (Salvador – BA) e de lideranças de movimentos socioambientais de ocupação do Parque, por meio de entrevistas semi-estruturadas, sobre sua importância enquanto área protegida urbana - dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável - como sumidouro de carbono, visto sua relevância ao combate à Crise Climática;
- Integrar dados de caracterização e diagnóstico ambiental do Parque São Bartolomeu com a sensibilização socioambiental da comunidade ao seu entorno, tendo em vista sua importância histórica, religiosa e cultural.

Por fim, como meta, espera-se do trabalho agregar conhecimentos sobre o Parque São Bartolomeu e evidenciar sua importância enquanto lugar de sequestro de carbono.

Justificativa

O Parque São Bartolomeu, situado na cidade de Salvador - BA, é o maior Parque urbano com remanescentes de Mata Atlântica do país e localiza-se em área periférica da cidade com papel importante para religiões de matrizes africanas, bem como importância histórica e símbolo de luta e resistência ao povo baiano.

Ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica do Parque tendo em vista, também, o cenário de aumento dos fenômenos climáticos extremos anunciando a instauração da Crise Climática em concomitância com a diminuição de áreas protegidas legalmente enquanto Unidades de Conservação, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase na análise da sensibilização da comunidade do entorno do Parque sobre sua importância

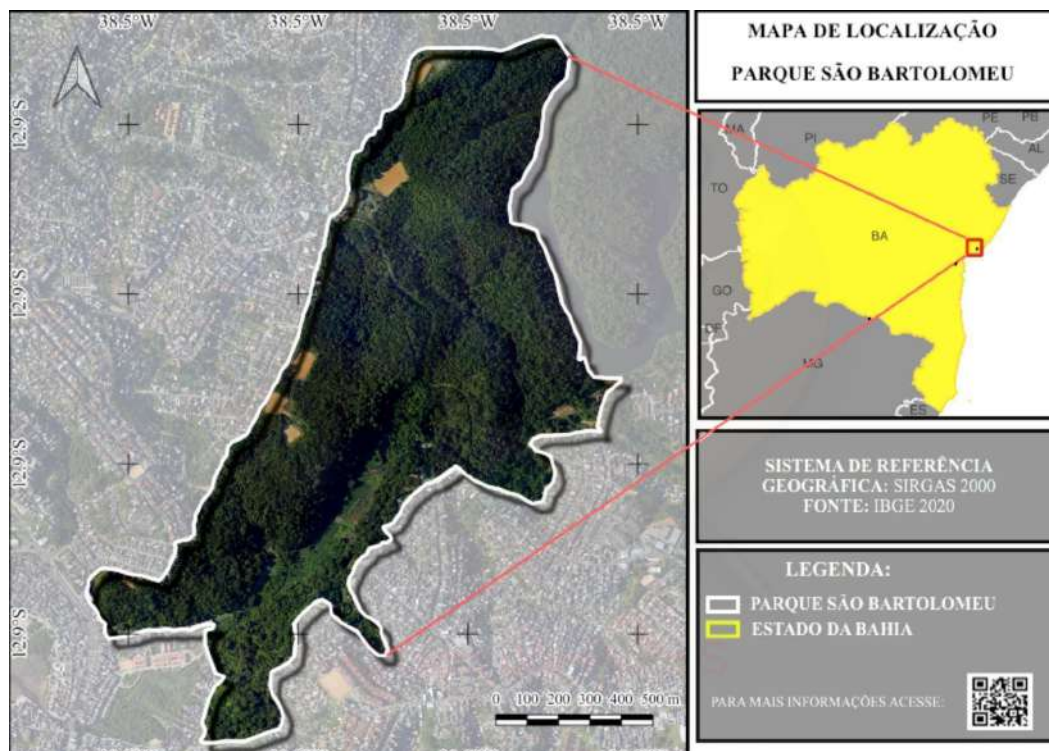
enquanto ferramenta de combate à Crise Climática e artifício social de Justiça Climática.

Além desses fatores que geraram a oportunidade da pesquisa, existe a motivação pessoal da autora, natural de Salvador - BA, e admiradora de todo o precioso material sociocultural enraizado na história soteropolitana e seus espaços naturais propensos à apropriação social de suas comunidades, majoritariamente negras, mais vulneráveis a sofrerem por eventos climáticos extremos.

1. ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo (Figura 1) deste trabalho é o Parque São Bartolomeu (PSB), localizado no subúrbio ferroviário da capital baiana, Salvador, e integrante de uma Área de Proteção Ambiental, a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

Figura 1 - Mapa de localização do PSB (Salvador - BA)



Fonte: Matheus Rocha/UnB, 2022.

O nome do Parque São Bartolomeu tem origem na freguesia de São Bartolomeu, uma das mais antigas do Arcebispado da Bahia, estabelecida no século XVI a partir da Igreja de São Bartolomeu no atual bairro de Pirajá (Salvador - BA). O território em que se encontra a Igreja foi cenário de importantes resistências como a Independência da Bahia (que resultou na concreta Independência do Brasil, visto que a última havia acontecido um ano antes no 7 de setembro de 1822 - enquanto a expulsão completa das tropas portuguesas ocorreram somente por meio da independência baiana, em 2 de julho de 1823), a segunda Invasão Holandesa e a Sabinada (Formigli, 1998).

O nome do PSB indica um sincretismo religioso visto que São Bartolomeu é o santo católico sincretizado com o orixá do candomblé Oxumaré - representado pelo

arco-íris e serpente. Uma das cachoeiras existentes dentro da área do Parque também leva o nome de Oxumaré que, segundo crenças candomblecistas, está intimamente ligado ao ciclo da água (é essa divindade que transporta a água ao céu e a faz cair em chuva) - as águas da Cachoeira Oxumaré no Parque São Bartolomeu são consideradas sagradas (Conder, 2013).

O PSB passou por diversas transições jurídicas no que diz respeito aos mecanismos legais de sua gestão e tamanho de área, bem como suas transições históricas de ocupação: primeiro com a ocupação indígena do povo Tupinambá pré colonização, depois o aglutinamento de pessoas escravizadas fugitivas no intitulado Quilombo Urubu, até os dias atuais com a pressão antrópica por moradia dentro do Parque (como é possível observar na Figura 3 adiante), poluição de seus corpos hídricos e outros conflitos socioambientais que serão expostos mais adiante no trabalho.

1.1. Transições jurídicas

O Parque São Bartolomeu (PSB) localiza-se dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, mas, no entanto, não está categorizado, dentro das conformidades do SNUC, enquanto Unidade de Conservação independente da APA que está inserido. A Lei Municipal nº 7.400/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU), criou o mecanismo pelo qual o PSB é regido, o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM).

Segundo o Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu (Conder, 2013), o Parque foi criado pelo Decreto Municipal de desapropriação de nº 4.590/1974 com uma área inicial de 75 hectares. Posteriormente, o PSB foi incorporado ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador (SAVAM), pelo Decreto Municipal nº 4.756/1975, sob a categoria “Área de Domínio Público Não Edificável”. Em 1978, a partir do Decreto Municipal nº 5.363 o Parque, assim como a Represa do Rio do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá, é incorporado ao Parque Metropolitano de Pirajá com uma área de 1.550 hectares, criado pelo decreto mencionado. Houve uma

expansão do território do PSB com a inclusão de 40,42 hectares no final da década de 1980 por meio do Decreto 8.087/88 - ou seja, o Parque possui, atualmente, cerca de 1590 hectares.

O Parque São Bartolomeu encontra-se inserido em dois tipos de categorização no SAVAM: está no “Subsistema de Unidades de Conservação” por integrar a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu; como também no “Subsistema de Áreas de Valor Urbano-Ambiental”, enquadrado na categoria “Áreas de Proteção de Recursos Naturais – APRN” - mais especificamente na APRN das Bacias do Cobre e Paraguari que, por sua vez, têm a finalidade de conservação dos elementos naturais significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental urbano.

Sob o contexto da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, o PSB é considerado uma área prioritária para conservação e insere-se no contexto do Corredor Central da Mata Atlântica como Zona de Amortecimento - visando mitigar as pressões negativas sobre estas áreas e realizar a promoção da qualidade de vida das comunidades de seu entorno (CCMA-BA, 2012).

Um fator importante a ser ressaltado é que o Parque, ainda enquanto pertencente ao Parque Metropolitano de Pirajá, foi definido como uma das três áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no estado da Bahia (RBMA, 1995) - a RBMA é um conjunto de fragmentos de ecossistemas de remanescentes do bioma Mata Atlântica demarcados pela UNESCO seguindo os seguintes critérios (RBMA, 2008):

- Estar inserida em um mosaico de sistemas ecológicos;
- Conservação da biodiversidade;
- Demonstração de metodologias de desenvolvimento sustentável para região;
- Dimensões compatíveis com o conceito de Reserva da Biosfera;
- Zoneamento apropriado.

Embora haja o reconhecimento internacional da importância do Parque pela RBMA da UNESCO, o PSB passou por um grande período em situação de abandono por parte do poder público, sem ações concretas orientadas à sua

proteção e recuperação. As intervenções pelo poder público voltaram a acontecer somente em 2007 por meio do Projeto de Urbanização do Parque São Bartolomeu, dentro da esfera do Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia, segundo o Plano de Manejo do Parque (Conder, 2013).

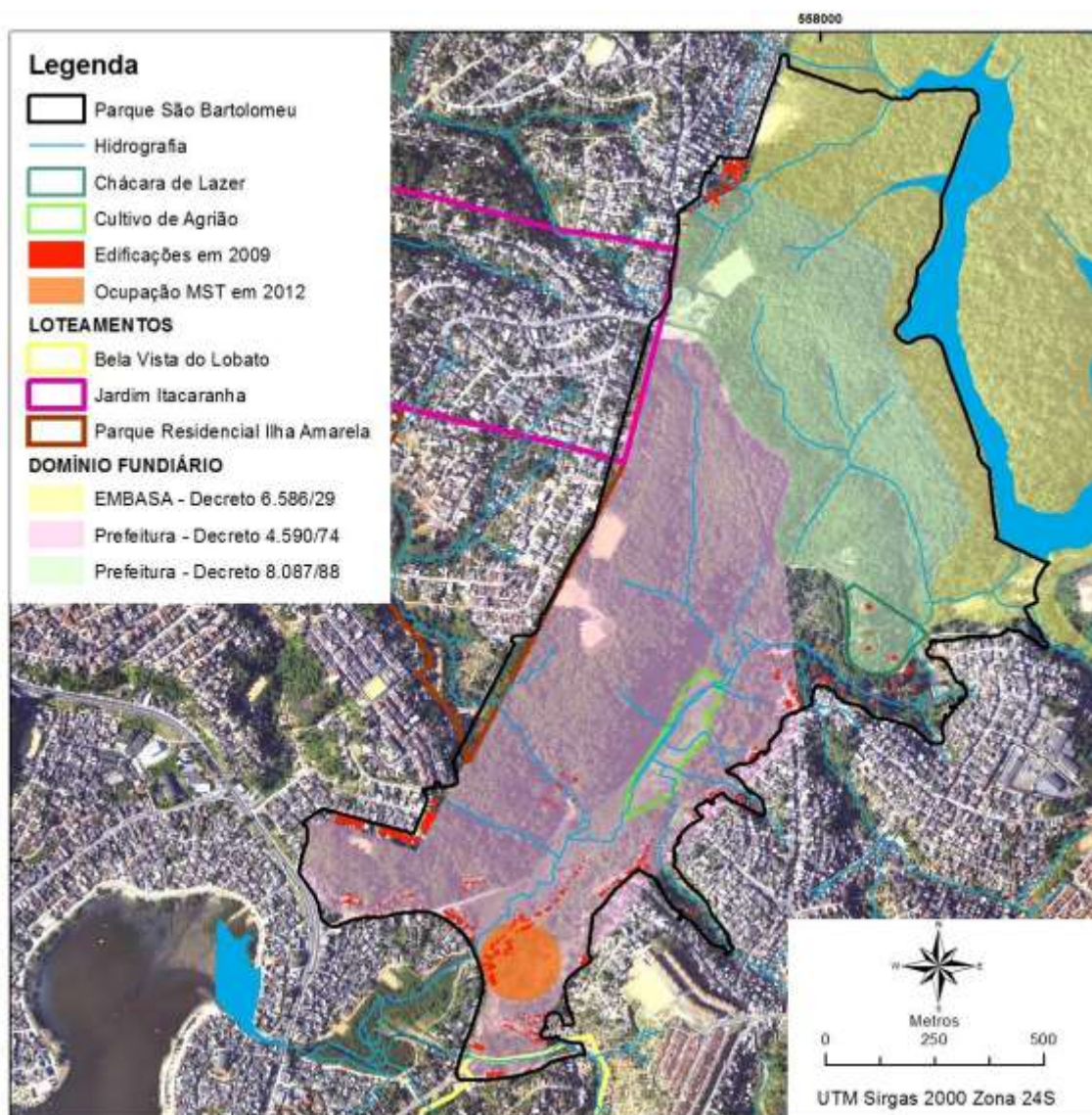
1.1.1. Conjuntura fundiária

Segundo Timmers (2011), 90,34% da área do PSB é de domínio público sendo dividida da seguinte forma: 75,17% é de posse da Prefeitura Municipal de Salvador, e os 15,16% restantes é propriedade da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), empresa concessionária de serviços de saneamento básico no Estado da Bahia, sendo o poder público estadual detentor de 99,6% de seu capital total. Sobre a conjuntura fundiária apresentada, no Plano de Manejo (Conder, 2013) do Parque é exposto que:

“os profissionais da CONDER/SEDUR e da SMA/PMS [órgãos municipais responsáveis por gerir o Parque] mencionaram não ter em mãos documentos de cartório que comprovem a titularidade destas propriedades, embora o estudo realizado por Timmers (2011) mencione as datas de escrituras, constituindo-se como um agravante para a fiscalização e a regularização fundiária do PSB”. (Conder, 2013, p. 38)

Dentro do PSB há a presença de ocupações espontâneas de famílias as quais se caracterizam como moradores em situação de vulnerabilidade social: baixo índice de renda e escolaridade. Há dentro do Parque, também, uma chácara com finalidade de lazer na qual os proprietários passam os finais de semana e alegam possuir documentos que comprovam a titularidade da terra. Além disso, a poligonal do PSB engloba 3 loteamentos (Figura 2): Bela Vista do Lobato, Jardim Itacaranha e Parque Residencial Ilha Amarela.

Figura 2 - Domínio fundiário dentro do PSB



Fonte: CONDER (2009) e Timmers (2011).

1.2. Caracterização física

O Parque São Bartolomeu é um paraíso desconhecido! Remanescente da Mata Atlântica, possui em sua área estrondosas árvores nativas do bioma, fauna nativa com diversos tipos de animais (mamíferos, anfíbios, peixes, répteis e aves) - sendo muitas delas em situação de extinção -, cachoeiras, rios, práticas religiosas e culturais, prática de esporte, trilhas interpretativas, eventos e oficinas de Educação Ambiental e muito mais, como será possível constatar adiante.

A respeito da infraestrutura do Parque, foi possível observar, nas Figuras 3 a 16, que há diversos espaços, em sua maioria sinalizados, como: praça, espaço para piquenique, academia ao ar livre, o Centro de Referência (onde fica a biblioteca, salas para oficinas/reuniões e afins, copa e banheiros), áreas específicas para despacho de oferendas, pedras sagradas e afins.

Figura 3 - Entrada do Parque pelo bairro de Plataforma



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 4 - Portaria e Centro de Referência



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 5 - Interior do Centro de Referência



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 6 - Sinalização da horta do Parque



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 7 - Sinalização de área para piquenique



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 8 - Sinalização de local para oferendas e limpeza de corpo



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 9 - Oferendas dentro do local destinado para tal



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 10 - Sinalização à Praça de Oxum



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 11 - Praça de Oxum



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 12 - Sinalização da Pedra de Omolu e de local para banho



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 13 - Sinalização da Pedra de Iansã



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 14 - Sinalização da Pedra de Xangô



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 15 - Sinalização da Escadaria de Pedra



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 16 - Exposição permanente do Centro de Referência



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

1.2.1. Vegetação

A vegetação do Parque São Bartolomeu está inserida dentro do bioma Mata Atlântica que, por sua vez, é considerada um *hotspot* de biodiversidade (área na qual há uma grande diversidade biológica e endemismo e, ao mesmo tempo, encontra-se em risco de extinção) com diversas fitofisionomias como formações florestais, além de campos naturais, restingas, manguezais e outros (Campanili e Schaffer, 2010).

Dentre os diferentes tipos de vegetação da Mata Atlântica - sendo: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Estepe, Savana, Savana-Estépica, Formações Pioneiras, Refúgio Vegetacional e Áreas de Tensão Ecológica (Campanili e Schaffer, 2010) -, a que o PSB se enquadra é a Floresta

Omrófila Densa, caracterizada por Campanili e Schaffer (2010) pela “presença de árvores de grande e médio portes, além de cipós e epífitas em abundância”. Um pouco da representatividade da Mata Atlântica no Parque é possível de ser observado nas Figuras 17 a 20, a seguir.

Figura 17 - Vegetação do Parque São Bartolomeu



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 18 - Vegetação do Parque São Bartolomeu



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 19 - Vegetação do Parque São Bartolomeu



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

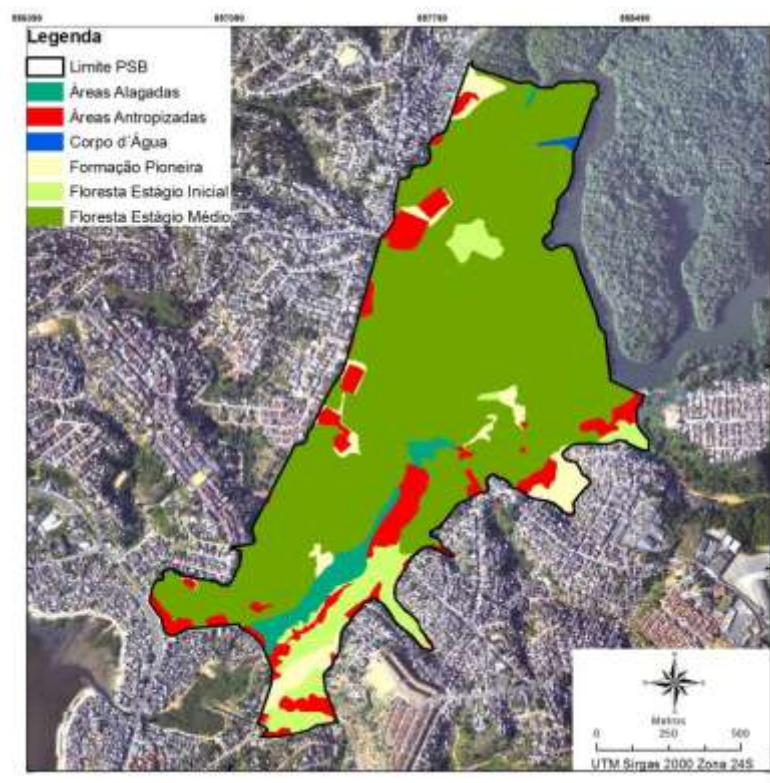
Figura 20 - Vegetação do Parque São Bartolomeu



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

No levantamento florístico (Figura 21), apresentado no Plano de Manejo (Conder, 2013) do Parque, há a presença de 51 famílias botânicas, 150 gêneros e 205 espécies. Das espécies arbóreas mais comuns na Floresta Ombrófila Densa, no PSB foram encontradas: andiroba (*Carapa guianensis*), amescla (*Protium heptaphyllum*), aroeira-pimenta (*Schinus terebinthifolia*), cedro (*Cedrela fissilis*), falso-cacaueiro (*Pachira aquatica*), gameleira (*Ficus calyptroceras*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), jacarandá (*Jacaranda puberula* e *Dalbergia nigra*), janaúba (*Himatanthus phagedaenicus*), juerana (*Balizia pedicellaris*), licuri (*Syagrus coronate*), mamica (*Brosimum glaziovii*), oiti (*Licania tomentosa*), pau brasil (*Caesalpinia echinata*), pau-paraíba (*Simarouba amara*), quina (*Alseis floribunda*) e sombreiro (*Clitoria fairchildiana*).

Figura 21 - Mapa da vegetação do Parque



Fonte: CONDER, 2009.

As espécies arbustivas levantadas no Plano de Manejo (Conder, 2013) do Parque são: araticum (*Annona cornifolia*), assa-peixe (*Vernonia chalybaea*), caçutinga (*Piper aduncum*, *Psychotria carthagenensis* e *Solanum auriculatum*), goiaba (*Celtis iguanea* e *Psidium guajava*), maiauaã (*Aegiphilla sellowiana*), mamona (*Lantana camara*, *Lantana nivea*, *Cordia nodosa* e *Ricinus communis*) e maria-mole (*Aegiphilla laevis*).

Entretanto, conforme exposto no Plano de Manejo (Conder, 2013) do Parque, a Floresta Ombrófila Densa presente na área de estudo é um remanescente de vegetação secundária em estágios de sucessão florestal diferentes. De maneira geral, o Parque São Bartolomeu pode ser caracterizado como um fragmento florestal: discriminado pela Ecologia como uma área de vegetação natural cortada por barreiras (sejam elas naturais ou antrópicas) que atrapalham/diminuam o fluxo

de animais, sementes e/ou pólen (Calegari *et al*, 2010), um fragmento florestal, quando resultado de ações antrópicas, pode ser considerado como um símbolo de resistência natural dos avanços agressivos do ser humano sobre a natureza.

Um dos aspectos de um fragmento florestal sofrido pelo Parque São Bartolomeu é o efeito de borda - conceituado por Lima-Ribeiro (2007) como sendo “modificações nos parâmetros físicos, químicos e biológicos observadas na área de contato do fragmento de vegetação com a matriz circundante” - por meio de uma grandíssima pressão urbana sobre o Parque em busca de moradia (Figuras 22 e 23), presença de espécies exóticas, retirada de madeira e pouca conexão com os remanescentes de floresta adjacentes. Sobre a situação vegetal atual do Parque, a CONDER no Plano de Manejo (Conder, 2013) do PSB explicita que:

“O processo histórico de exploração do PSB transformou a floresta original em uma mata secundária, com alguns indivíduos remanescentes da mata primária, onde se observa predominância de espécies exóticas, amplos agrupamentos homogêneos, carência de plântulas ombrófilas no sub-bosque, e finas camadas de material orgânico recobrimdo o solo (serapilheira). A perda de habitat e fragmentação florestal nesta área, também é expressiva, o que acarreta o isolamento e a redução de hábitat, produzindo um aumento do “microhábitat” de borda e uma ameaça à biodiversidade local.

“É válido ressaltar que as áreas florestais do PSB ainda estão sofrendo forte pressão antrópica, principalmente através da expansão da população de baixa renda, descaracterização da vegetação local (pomares, hortas e agricultura), invasão das áreas de preservação permanente e falta de saneamento básico que vem comprometendo diretamente as áreas alagadas e manguezais”. (Conder, 2013, p. 21)

Figura 22 - Moradias na fronteira do Parque



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 23 - Moradias dentro do Parque

Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

1.2.1.1. Etnobotânica: PSB e religiões de matriz africanas

Segundo Rocha *et al* (2015), a Etnobotânica é definida como o estudo sobre a relação que existe entre o ser humano e as plantas e a forma com a qual estas são utilizadas. Diante desta conceituação, é possível traçar uma relação etnobotânica entre as religiões de matriz africanas (como o candomblé e a umbanda) e a natureza: as religiões afro-brasileiras possuem seu culto religioso focado em divindades que estão relacionadas a elementos ou fenômenos da natureza e suas práticas e crenças de devoção envolvem o uso medicinal e ritualístico de plantas (Alves, 2019).

Salvador foi a primeira capital do Brasil e pode ser considerada o berço da história brasileira a partir da colonização - muitos costumes brasileiros nasceram nesta cidade ou no Estado em que está inserida, a Bahia: com as religiões afro-brasileiras não seria diferente! Pela significativa prática religiosa de matriz africana dentro do Parque São Bartolomeu, foi realizado um levantamento das principais espécies utilizadas em seus rituais religiosos no Plano de Manejo do Parque (Conder, 2013) e foi possível identificar 25 espécies vegetais dentro do PSB.

1.2.1.2. Biodiversidade e conservação

Pelo fato da área de estudo tratar-se de um fragmento florestal com grandes pressões antrópicas, é possível concluir que é um território cuja vulnerabilidade ambiental é grande e explícita. Por isso, a atenção em relação a conservação de sua biodiversidade deve ser redobrada e minuciosa: este tópico apresentará o levantamento fitossociológico feito no Parque e listará as espécies em extinção existentes nele.

De acordo com o levantamento fitossociológico realizado no Parque (Conder, 2013), a densidade total encontrada foi de 86 árvores/ha, com área basal de 9,11 m²/ha. Em razão da vegetação do PSB ser caracterizada como uma floresta secundária em diferentes fases de conservação, houve uma tradução desta realidade no levantamento: há uma baixa densidade de indivíduos por área amostral, pouca diversidade florística por hectare e baixo potencial de produção da floresta. No tipo de vegetação Floresta Ombrófila Densa - natural da Mata Atlântica - em áreas com o nível maior de conservação, usualmente, registra-se alta densidade (2068 ind./ha) e elevada área basal (44,36 m²/ha).

No que diz respeito ao endemismo, houve o registro de duas espécies: palmeira (*Attalea funifera*) e pinha (*Annona soteropolitana*). De todas as espécies vegetais identificadas dentro da poligonal do Parque, houve o aparecimento de três que estão na lista de espécies ameaçadas de extinção (*Red List of Threatened Plants* pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* -

IUCN, 2012): pau brasil (*Caesalpinia echinata*), cedro (*Cedrela fissilis*) e jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*).

1.2.2. Hidrografia

O Parque São Bartolomeu está inserido dentro da Bacia do Cobre - a qual possui uma expansão por grande parte do Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA). Tal bacia é a quinta maior do município - possuindo área de 20,65 km² - e situa-se no oeste da cidade de Salvador desaguando na Baía de Todos os Santos. A bacia tem um estado de conservação aceitável - quando comparado à conservação de outras bacias hidrográficas soteropolitanas, mas, conforme exposto no Plano de Manejo do Parque (Conder, 2013) e evidente à comunidade, há diversos impactos ambientais de “grande magnitude” (Conder, 2013) em todos os 20 quilômetros da bacia: pressão antrópica em seu entorno - antropizando os corpos hídricos e suas nascentes, afluentes canalizados, exploração mineral e de material arenoso dos vales, assoreamento dos rios e descaracterização de seu curso.

O principal rio da Bacia do Cobre, seu rio tronco, é o Rio do Cobre que possui 11 km de extensão e é adjacente ao Parque São Bartolomeu em seu baixo curso - em sua proximidade ao Parque e, conseqüentemente, às comunidades que o circundam, há maior volume de interferência humana causando, portanto, maior degradação. Dentro do Parque, há 4 cachoeiras oficialmente reconhecidas pelo Plano de Manejo (entretanto, algumas lideranças citam 1 cachoeira adicional que se situa fora do percurso mais conhecido e visitado do Parque) que são o maior atrativo de visitação, sendo: Nanã e Oxum (Figura 24), Oxumaré (Figura 25), Cobre (Figura 26) e uma sem nome oficial localizada abaixo da represa da EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento). Infelizmente, todas as cachoeiras encontram-se comprometidas (umas mais que outras) no âmbito ambiental e de saúde, devido ao despejo de esgoto doméstico sem tratamento e outros poluentes. Além das cachoeiras, tem a Represa do Cobre (Figuras 27 e 28) e alguns corpos hídricos dentro do Parque (Figura 29).

Figura 24 - Cachoeira de Nanã e Oxum



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 25 - Cachoeira de Oxumaré



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 26 - Cachoeira do Cobre



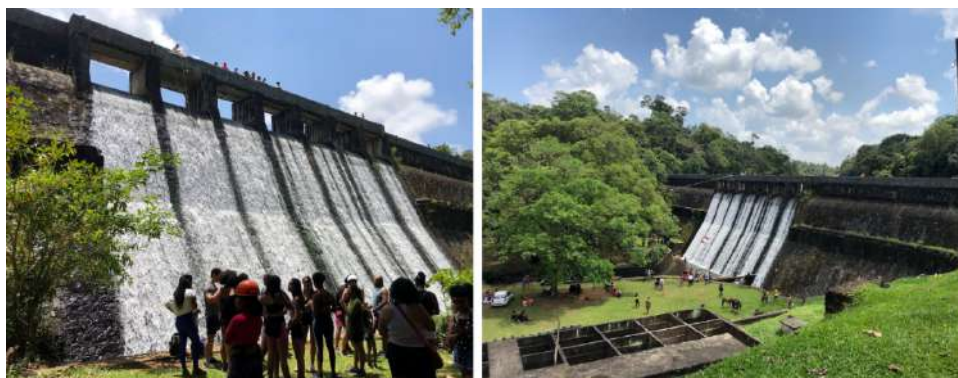
Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 27 - Represa do Cobre



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 28 - Barragem da Embasa



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figura 29 - Corpos hídricos dentro do Parque



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

1.3. Caracterização socioeconômica

Fundada em 1549, Salvador (BA) foi a primeira capital do Brasil e uma das cidades mais antigas do país da história pós invasão portuguesa em solos

sul-americanos. A cidade possui uma característica falha geológica que permitiu que esta fosse fisicamente dividida, desde seus primórdios, de forma a separar os ricos dos pobres (o que se tornou ineficaz, tendo em vista o crescimento desordenado da cidade e a conseqüente aproximação das periferias aos bairros nobres: hoje, todo bairro de classe média/alta em Salvador tem em seu entorno uma favela): a famosa Cidade Alta e Cidade Baixa - representada pergunta feita por Baiana System, prestigiada banda soteropolitana, em música de nome Duas Cidades, “em que cidade você se encaixa?”, trazendo à tona a linha divisória de um espaço socioeconômico e cultural que representa também as diferenças de acessos infraestruturais, importantíssimos para a adaptação climática.

Com o processo de industrialização dos anos 1950 e a falta de políticas públicas para a (grande) parcela da população de baixa renda, houve a expansão das ocupações na Cidade Baixa (Alves, Rocha e Rodrigues, 2020) ao que hoje conhecemos como Subúrbio Ferroviário - uma região periférica que possui 15 bairros em sua abrangência (dentre eles, 3 ilhas), 286.115 moradores e nomeado desta forma por ser uma região por onde passa uma linha ferroviária do bairro da Calçada (na Cidade Baixa) até Paripe (penúltimo bairro ao sul de Salvador). Dentre os bairros contidos no Subúrbio Ferroviário estão Plataforma, Pirajá e Ilha Amarela, os principais bairros adjacentes ao Parque São Bartolomeu, por possuírem uma entrada ao Parque - além destes, outros bairros ao entorno ou próximo ao PSB são Valéria, Fazenda Coutos, Periperi, Coutos, Nova Constituinte, Moradas da Lagoa e Praia Grande.

Em relação à renda das(os) chefes de família que moram perto do Parque, em especial àquelas sem rendimento entre 2000 e 2010, houve um aumento da distribuição dessas pessoas nos bairros supracitados - ou seja, a pobreza aumentou ao redor do Parque e, mesmo sem estudos comprovando tal fato, a partir de relatos dos moradores e da situação do país como um todo, o advento da pandemia do novo coronavírus indica que agravou a situação (Conder, 2013).

Os bairros de Fazenda Coutos, Pirajá e Valéria aparecem como destaque entre os 20 bairros soteropolitanos com maior percentual de taxa de analfabetismo, ocupando décimo (8,75%), décimo primeiro (8,33%) e décimo quinto (7,4%) lugar,

respectivamente (Conder, 2013). Esta conjuntura foi possível de ser observada principalmente nas entrevistas e conversas com pessoas da comunidade que frequentam o Parque - algumas possuíam dificuldade de escrever o próprio nome ou a data, como também dificuldade de articulação comunicativa.

A respeito do saneamento básico nas comunidades de entorno - e ocupações em seu interior, como exposto anteriormente, foi constatado baixos índices de saneamento: o esgoto doméstico é canalizado diretamente nos corpos hídricos e, quando não, sobrecarregam a rede de esgoto da EMBASA (que, por sua vez, não apresenta qualquer interesse em adaptar sua rede de esgoto à realidade local - o que caracteriza em uma injustiça e racismo ambiental) fazendo com que transborde e escoe a céu aberto dentro do Parque. Assim como a rede de esgoto, a coleta de lixo nos bairros adjacentes e próximos ao Parque também é muitíssimo deficitária, colocando a comunidade em uma situação de extrema vulnerabilidade socioambiental, utilizando do Parque como escape, mas que, sem a devida instrução, reflete no Parque o descaso sofrido pelo abandono do Estado (Conder, 2013).

Segundo o próprio Plano de Manejo, devido às péssimas condições de saneamento no local, a população sofre de problemas de saúde (Conder, 2013): grande incidência de doenças como Leptospirose (Brito, 2010) e Esquistossomose (Guimarães e Tavares-Neto, 2006) no Parque São Bartolomeu.

1.4. História do Parque São Bartolomeu

É possível inferir que os primeiros ocupantes, ascendentes do *homo sapiens sapiens*, da região do Parque São Bartolomeu foram nômades que baseavam sua subsistência na coleta e caça de frutos e mariscos há 10 mil anos, tendo em vista a pujante Mata Atlântica existente no local - que, na época, deveria ser um paraíso na terra - e proximidade com o mangue.

Segundo Drummond (1997), por volta do ano 1100 os indígenas do grupo Tupinambá saíram dos planaltos, portando tecnologias agrícolas adaptadas à

floresta (agricultura de coivara), em direção ao litoral e expulsaram os nômades matando-os; por volta de 1500 (época da invasão portuguesa), os Tupinambás estavam bem estabelecidos no litoral. Em seu livro sobre o Parque Metropolitano de Pirajá (Parque este que, hoje, faz parte do Parque São Bartolomeu) de 1998, Sampaio escreve que o povo indígena Tupinambá residente da Baía de Todos os Santos organizava-se em aldeias com milhares de habitantes - contrário a outros povos indígenas que reuniam-se em centenas de habitantes. Sampaio (1998) menciona relatos, como evidências da ocupação indígena na região do PSB, de uma aldeia Tupinambá compreendendo do bairro da Ribeira (à época, chamada pelos portugueses de “Ribeira do Pirajá”) até o bairro de Pirajá.

Por se tratar da maior aldeia indígena da região de Salvador, logo essa região começou a sofrer um processo de antropização pelos invasores por meio da construção de moradias, escolas, igrejas jesuítas e engenhos, caracterizando-se como as primeiras alterações da paisagem natural da região do Parque para abrir espaço ao sistema de monocultura de cana.

Como é bem sabido, pessoas foram trazidas do continente africano por meio de tráfico humano para serem escravizadas aqui no Brasil e esta foi a força motora de todo o processo histórico do sistema econômico do Brasil Colônia e, sobretudo, da invasão e saqueamento português do país. Os indígenas passaram por um processo conjectural de genocídio, estupro e epidemias executado por Portugal antes da chegada dos africanos escravizados e, com os Tupinambás baianos, não foi diferente. Segundo Paraíso (1993), os indígenas, em especial àqueles da Bahia, foram também escravizados:

[...] trabalho indígena foi de alta relevância para o sucesso do projeto de ocupação e colonização do Brasil. Esta verdade pode ser inferida da profusa legislação sobre o assunto e pelo conjunto de ações e reações dos vários segmentos sociais: administradores reais, missionários, colonos e inúmeros grupos Indígenas.

“Entre os séculos XVI e XVIII, como se pode constatar, a grande preocupação residia na definição das formas compulsórias de incorporação de mão-de-obra indígena. A questão da expropriação de terra era marginal e decorria do prática de aldear promover descimentos, que, automaticamente, liberavam parcelas dos territórios tribais para os colonos.” (Paraíso, 1993, p. 204)

Pode-se inferir que o processo de expropriação de grande parte da aldeia Tupinambá da Baía de Todos os Santos, que hoje é parcialmente representada pelo Parque São Bartolomeu, ocorreu por meio do processo supracitado.

Ainda sobre os pretos escravizados, a violência e repressão era tamanha e insuportável que, os que conseguiam fugir dos engenhos, organizavam-se em grupos, formando povoados chamados de “quilombos” - este era um local representativo da liberdade: podiam se expressar livremente de forma social, econômica, política e religiosa. Além de configurar-se como um agrupamento social distinto ao que estavam subjugados (escravidão produto do mercantilismo latifundiário), era também uma resistência à violência e ao status-quo: estruturavam-se para libertação de outros escravizados e saqueamento de fazendas e cidades. E assim era no Quilombo Urubu, formado em meados do século XVII, localizava-se na então Lagoa do Orobu (atual bairro de Cajazeiras).

Por um infortúnio eurocêntrico exterminador, após muita resistência e mortes dos pretos combatendo as invasões no Quilombo, houve uma expedição militar comandada pelo (general) mercenário francês Pierre Labatut em 1826 cujo resultado se deu em uma lamentável chacina: segundo Barbosa (2003), além do assassinato de vários pretos libertos e prisão de homens e mulheres, houve uma apreensão de objetos religiosos de cultos de religião afro-brasileira (mais especificamente o Candomblé). Importante ressaltar que um grande nome desta luta foi a guerreira Zeferina que participou do combate armada de arco e flechas, agindo como líder, animou os combatentes quilombolas instigando-os a permanecerem na luta - chegou a ser presa por soldados, entretanto, foi a última a desistir: ainda segundo Barbosa (2003), a maior autoridade na época da Bahia, o presidente da província, reconheceu sua liderança, referindo-se à ela como “rainha”.

A guerreira Zeferina, então, procurou auxílio junto aos indígenas Tupinambás - que foi concedido, levando o Quilombo Urubu para a região onde hoje encontra-se o Parque São Bartolomeu. O Parque também foi palco de importantes lutas na história do Brasil, antes mesmo do combate descrito anteriormente, como a resistência à invasão holandesa no século XVII até as batalhas pela independência da Bahia em 1823 - que culminou na efetiva independência do Brasil, tendo em vista

que esta última ocorreu um ano antes, em 1822, da independência da maior e mais importante província brasileira na época, em termos econômico, político e social. Isso é, o Parque São Bartolomeu encontra-se em terras consideradas, ao mesmo tempo, sagradas pela belíssima natureza e água que correm em suas veias abertas, como também símbolo de resistência ao povo baiano, sobretudo aos suburbanos de Salvador.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1. Crise Climática

A Crise Climática, popular e antiquadamente conhecida por “mudanças climáticas”, pode ser o apocalipse descrito pela Bíblia, ou as catástrofes temidas dos diversos filmes hollywoodianos, como Armageddon e 2012. Este último, por sinal, mostrou imagens do Cristo Redentor (RJ) sendo destruído em uma estranha evaporação e as terras do Estado da Califórnia (EUA) sendo engolidas pelas águas do Oceano Pacífico.

A poluição atmosférica, por meio da emissão dos gases de efeito estufa (GEE), reage quimicamente com as moléculas presentes nas nuvens fazendo com que sejam geradas algumas substâncias ácidas, que caem por meio de uma precipitação conhecida como “chuva ácida” - muito famosa por corroer importantes e históricos monumentos, especialmente aqueles feitos de pedra-sabão, que é o caso do Cristo. O aumento do efeito estufa, causado pela emissão dos GEE, torna o planeta mais quente, o que ocasiona no derretimento de geleiras e consequente aumento do nível do mar: as mais pessimistas previsões científicas já enxergam no horizonte diversas parcelas terrestres que serão invadidas pelas salitres (e, nesse momento, ácidas) águas oceânicas. Com isso, portanto, é possível levantar a bola de que o futuro utópico retratado popularmente - com grande escassez de bens naturais, fome, conflitos sociais acirrados (guerras), inospitalidade ambiental e muitos outros horríveis cenários - está batendo em nossas portas e não é ficção: é a realidade mais pura, crua e despida de toda falácia florida do ter e produzir capitalista.

É importante destacar que a Crise Climática - ou Emergência Climática - vai além do aumento da temperatura global, apesar desta ser uma das protagonistas do clímax dessa história. A emissão de GEE, por meio da queima de combustíveis fósseis e desmatamento, fez com que a composição química da atmosfera tenha sido alterada, causando uma instabilidade em seu balanço energético. A Terra recebe calor, principalmente, do Sol e emite-o de volta ao espaço (radiação infravermelha), contudo, os gases de efeito estufa têm a capacidade de absorver

esse calor, armazenando calor adicional ao planeta e aumentando sua temperatura (Artaxo, 2020).

“As mudanças climáticas vão muito além do aumento de temperatura. Alterações na precipitação, circulação atmosférica, eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e outros, também são questões chaves que impactam fortemente nosso sistema socioeconômico.” (Artaxo, 2020, p. 55-56).

Apesar de muitas referências ao longo do texto aos filmes de Hollywood que retratam o fim do mundo, deixo aqui minha ressalva de que o futuro no ápice da Crise Climática pode - e muito - assemelhar-se ao retratado ficcionalmente, entretanto, a sensibilização, percepção e compreensão social dos fatos serão e estão sendo muito diferentes. Diferentemente dos filmes, nos quais os alertas científicos, políticos e da mídia são claros e coesos, diante de um evento a ponto de colapso, a realidade tem uma pitada de caos e complexidade que dificulta a associação do fim do mundo real com o exibido nos cinemas.

Para além do assombramento dos negacionistas, conspiracionistas e terraplanistas; da divergência de interesses entre os atores sociais em busca da segurança e bem-estar social e os detentores do capital em busca do lucro acima de tudo e de todos, que tornam o caminho da verdade extremamente nebuloso e sinuoso, dificultando sua chegada em todos os lares, há também o fato de não estarmos deparados a uma óbvia calamidade que deixa a todos desesperados e em pânico: o colapso ambiental, deflagrado pela Crise Climática, não é um evento. O colapso ambiental é um processo “e ele já está em curso, à nossa volta. O colapso já está aqui”, como escrito por Marques (2019).

Marques (2020) afirma que a constatação de um colapso não é o entendimento de seu ponto de chegada, com seu imaginário flutuando nas catástrofes apocalípticas historicamente contadas e cantadas, mas sim pela constatação da ultrapassagem dos pontos de virada que, por sua vez, são definidos como “o momento em que tensões em acumulação superam a resiliência do sistema sobre o qual agem” (Marques, 2020). Ou seja: ponto de virada, do ponto de vista ambiental, é aquele momento em que os indicadores apontam que os limites daquele ambiente foram extrapolados, ocasionando a exaustão da capacidade de

suporte daquele ambiente, após a ação repetida das forças sobre os limites. Para que seja melhor compreendido: uma casa de eventos que suporta 100 pessoas, depois de muita pressão para a liberação da entrada de mais pessoas após a lotação da casa, permite que sua capacidade de suporte seja extrapolada - no momento em que a centésima primeira pessoa entra na casa, esse é o seu ponto de virada.

Após a superação desse ponto, o sistema oscila e torna-se instável, até transitar abruptamente para outro estado. A velocidade dessa transição pós-ponto de virada é variada e, considerando o cenário climático, no qual há a hipótese amplamente aceita na comunidade científica de que o ponto de virada do clima é o aumento da temperatura global em 2°C, ainda há incertezas sobre a velocidade dessa transição de um clima estável a um clima instável/inóspito (Marques, 2020).

A cada dia que passa, mais frequentes são as notícias sobre eventos climáticos extremos ao redor do planeta: em relação ao aumento da temperatura, este ano de 2023 apresentou recordes de temperaturas altas em todo o globo. Países como Arábia Saudita, China, Estados Unidos e México já alcançaram temperaturas acima de 50°C (50.5°C, 52.2°C, 53.9°C e 50°C, respectivamente) e países europeus alcançaram temperaturas iguais ou acima de 40°C (42.9°C na Itália, 39.2°C na França e 47°C na Espanha) (Valporto, 2023).

Um estudo feito pelo *Barcelona Institute for Global Health* - ISGlobal (Instituto de Saúde Global de Barcelona) em 2023 estima que, no verão europeu de 2022, houveram cerca de 61 mil mortes relacionadas às ondas de calor e prevê mais 94 mil mortes por essa mesma natureza até o ano de 2040 (Ballester, J. *et al*, 2023). Em 2023, já foram registradas 104 mortes no México, 16 mortes nos Estados Unidos e 150 mortes na Índia, todas relacionadas ao aumento avassalador da temperatura (Valporto, 2023).

Para além do aumento da temperatura, a Crise Climática manifesta-se por meio de outros eventos climáticos extremos - um exemplo seria as enchentes, os alagamentos, as enxurradas e as inundações. Foi visto, no período de 2021 a 2023 no Brasil, uma conjuntura de desequilíbrios ambientais que resultou em desastres: 126 mortes e 4 mil pessoas desalojadas em Pernambuco em 2022 (Nóbrega, 2022),

24 mortes e 629 mil pessoas afetadas no sul da Bahia em 2021 (G1 BA, 2022), 240 mortes e 250 deslizamentos em Petrópolis (RJ) em 2022 (Marques, 2022), 65 mortes por deslizamentos de terra no litoral norte de São Paulo em 2023 (G1 Vale do Paraíba e Região, 2023) e muitas outras catástrofes causadas por eventos climáticos extremos e, neste caso, excesso de chuvas.

Em contrapartida, o hemisfério norte, em especial a Europa, enfrenta a pior seca nos últimos 500 anos, possuindo dois terços do território continental em alerta, segundo o Observatório Europeu da Seca, fazendo com que diversos rios tivessem seus níveis reduzidos - como o Rio Danúbio (segundo maior rio da Europa, perpassa por diversas capitais), o Rio Reno (Alemanha) e o Rio Pó (Itália) - e causando prejuízos na agricultura e produção de energia, tornando os preços mais altos no geral (Peixoto, 2022). Descendo mais ao Sul do globo, a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul (Brasil), enfrentam três anos seguidos de seca, agravando-se ainda mais nos últimos meses com precipitações deficientes, dizimação de lavouras e seca de rios e lagoas: a seca na Argentina atingiu 175 milhões de hectares, o Uruguai está com 20,51% do território nacional (36.233 km²) sob seca extrema e o Rio Grande do Sul está em situação grave em abastecimento de água (alguns municípios já sofrem racionamento) e a estiagem fez com que 30% dos municípios gaúchos emitissem decretos de emergência (Sias, 2023).

Em 2020 e 2021, houve tanta ocorrência de tempestades que se transformaram em furacões que a lista de nomes de tempestades foi esgotada (ONU, 2022): foi a terceira temporada mais ativa já registrada e a sexta temporada *consecutiva* de furacões em dimensões acima do normal no Atlântico (Climainfo, 2021).

Também, a ocorrência de incêndios florestais nos últimos anos em todo o planeta aumentou e alguns deles tiveram suas fumaças deslocadas para locais a milhares de quilômetros de distância do foco de incêndio, que foi o caso do dia “virar noite” em São Paulo no ano de 2019 - consequência das queimadas na Amazônia (G1 SP, 2019) - e Nova Iorque (EUA) apresentar-se como uma das cidades com a pior poluição atmosférica, com o ar nebuloso e cinzento - consequência das queimadas no Canadá (Van Dam e Ramirez, 2023). No Brasil, os incêndios de 2020

consumiram 1,18 milhão de hectares e, os de 2021, 892 mil hectares (Martins, 2022), matando milhares de espécies da fauna e flora nativas e liberando ainda mais GEE na atmosfera - os incêndios de 2020, em plena pandemia do novo coronavírus, foram os maiores já registrados nos últimos 10 anos (Santi, 2021).

A acidificação do oceano, ocorrida por meio do aumento de dióxido de carbono no mar, afeta a biota marinha na reprodução, fisiologia e distribuição geográfica de populações e/ou organismos e é uma das consequências da Crise Climática (Sodré, Silva e Monteiro, 2016). Em estudo publicado na revista Science em 2012, pesquisadores foram em busca de evidências da acidificação do oceano no passado e descobriram que, nos últimos 300 milhões de anos, este evento nunca foi tão rápido como agora. Os níveis de carbono na atmosfera aumentaram em quase um terço ao longo do século XX e, levando em consideração que os oceanos absorvem um quarto do CO₂ (dióxido de carbono) liberado pelas atividades antrópicas, fez com que o pH da água marinha diminuísse em 0.1 (Hönisch *et al*, 2012). Um coautor deste estudo, Andy Ridgwell, professor da Universidade de Bristol (Reino Unido), expôs que:

“O registro geológico sugere que a acidificação atual é potencialmente sem paralelo em pelo menos 300 milhões de anos de história da Terra e levanta a possibilidade de estarmos entrando em um território desconhecido de mudança do ecossistema marinho.

“Embora existam semelhanças, nada nos últimos 300 milhões de anos se compara às taxas de projeções futuras em termos de interrupção da química do carbonato do oceano – uma consequência da rapidez sem precedentes da liberação de CO₂ que ocorre atualmente.” (, p.1).

O nível do mar, ao longo dos anos, sofreu diversas alterações - em dezenas de metros, seguindo os ciclos glaciais - entretanto, em decorrência da atividade antropogênica, o ritmo dessas alterações aumentou em uma taxa que vêm acelerando nas últimas décadas - o derretimento das camadas de gelo e a temperatura do oceano aumentam à medida que as concentrações de gases de efeito estufa aumentam. É importante levar em consideração que existem, nas zonas litorais do planeta que não atingem 10 metros acima do mar, 680 milhões de pessoas habitando essas áreas - o que corresponde a 10% da população mundial (Navarro, 2020). A seguir está exposto algumas das consequências do aumento do

nível do mar vistas e previstas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) em seu relatório especial sobre oceanos, de 2019:

“Muitas espécies marinhas de vários grupos passaram por mudanças na amplitude geográfica e nas atividades sazonais em seus habitats [...]. Isso resultou em mudanças na composição de espécies, abundância e produção de biomassa dos ecossistemas, do Equador aos Polos. Interações alteradas entre espécies causaram impactos em cascata na estrutura e funcionamento do ecossistema. Em alguns ecossistemas marinhos, espécies são afetadas pelos efeitos da pesca e das mudanças do clima.” (IPCC, 2019, p. 17)

“Impactos predominantemente negativos na segurança alimentar, recursos hídricos, qualidade da água, meios de subsistência, saúde e bem-estar, infraestrutura, transporte, turismo e recreação, bem como na cultura das sociedades humanas, particularmente para os povos indígenas. Os custos e benefícios foram distribuídos de maneira desigual entre populações e regiões.” (IPCC, 2019, p. 20)

“Ao longo do século XXI, projeta-se que o oceano faça a transição para condições sem precedentes com aumento de temperatura, maior estratificação do oceano superior, mais acidificação, declínio do oxigênio, e alterações na produção primária líquida. Projeta-se que as ondas de calor marinhas e eventos extremos do El Niño e da La Niña sejam mais frequentes.” (IPCC, 2019, p. 23)

“Projeta-se que eventos extremos do nível do mar que são historicamente raros (tendo acontecido uma vez por século no passado recente) ocorram frequentemente (pelo menos uma vez por ano) em muitos locais até 2050 em todos os cenários RCP, especialmente nas regiões tropicais.” (IPCC, 2019, p. 25)

Para melhor compreensão do porquê esse cenário apocalíptico aproxima-se, ou melhor, entender o motivo basal pelo qual levou-nos à Crise Climática, é essencial considerar um conceito chamado de “limites planetários”. A constatação de que o meio natural possui limites é bem antiga e um exemplo clássico é o de um conceito primordial na ecologia - a capacidade de suporte: representada pela letra K na equação de Verhulst de 1838, é definida como “o limite máximo de indivíduos que um ambiente pode suportar” (Begossi, 1993). Para além de um simples limite de capacidade de suporte de indivíduos ocupando uma mesma região, os limites da natureza abrangem processos diversos que, em caso de ultrapassagem (ou, no ponto de virada), ficamos em risco iminente.

A revista *Nature*, em 2009, publicou um estudo feito por Rockström *et al*, o qual propunha um *framework* baseado em limites planetários - o primeiro estudo

sobre o assunto. Segundo os autores, esses limites são aqueles que definem o espaço operacional seguro para a vida humana na Terra, respeitando seus ecossistemas e subsistemas biogeoquímicos - no caso desses limites serem atravessados, podem haver mudanças em importantes sistemas naturais, levando-os a um novo estado, com consequências negativas e potencialmente desastrosas à humanidade.

Nesse estudo (Rockström *et al*, 2009), foram identificadas 9 processos naturais necessários à definição dos limites planetários, que são: i) mudança climática; ii) taxa de perda da biodiversidade (terrestre e marinha); iii) interferência nos ciclos biogeoquímicos (do Nitrogênio e do Fósforo, principalmente); iv) depleção da camada de Ozônio estratosférica; v) acidificação do oceano; vi) utilização global de água doce; vii) mudança no uso do solo; viii) concentração de aerossóis atmosféricos; e ix) poluição química. Desses 9 processos, a pesquisa atesta que 3 destes já tiveram seus limites ultrapassados - mudança climática, taxa de perda da biodiversidade e interferência nos ciclos biogeoquímicos.

Em pesquisa mais recente, publicada em 2015 pela revista Science, Steffen *et al* (2015) aponta que um quarto limite planetário, dos 9 apresentados anteriormente, também foi ultrapassado - mudança no uso do solo. Importante ressaltar que os dois primeiros limites planetários mencionados que já foram ultrapassados, mudança climática e integridade da biosfera (ou taxa de perda da biodiversidade) são, em tradução literal, “limites núcleo”, ou seja, são os limites essenciais ao funcionamento do planeta como conhecemos - são aqueles que têm o potencial de levar o sistema terrestre a um novo estado transgredido.

Ao mesmo tempo, são limites que, uma vez ultrapassados, não há ponto de retorno - é possível realizar ações de mitigação para que o cenário não se agrave ainda mais, mas ações de adaptação são necessárias e urgentes. Importante ressaltar que existem camadas na ultrapassagem dos limites, a dizer que, dependendo da profundidade da ultrapassagem do limite (ou seja, dependendo da magnitude da alteração antrópica na natureza), as consequências serão mais ou menos críticas. Por exemplo: o aumento da temperatura global em 4°C causa

consequências em um outro nível de alarde ao aumento a 2°C, sendo o primeiro mais dramático e perigoso, apesar do segundo já apresentar repercussões graves.

Pensando na Emergência Climática e seu potencial destruidor, junto a necessidade de alarmar toda a população mundial sobre o ponto de virada dos limites planetários e a necessidade de elaboração de um plano de ação para mitigação e adaptação à questão do clima, foram organizadas conferências mundiais a fim de discutir o assunto e tiveram como resultado a ratificação de acordos ou declarações, contando com *guidelines* a serem seguidos pelos países assinantes, visando a contenção da crise.

Ao longo do curso de bacharelado em Gestão Ambiental da UnB, muitas são as disciplinas que abordam as conferências mundiais sobre o meio ambiente, a exemplo das disciplinas Teoria do Desenvolvimento Sustentável e Teoria, Conceitos e Metodologias em Educação Ambiental - ambas ministradas pelo meu orientador, diga-se de passagem - e entre muitas outras que traçam a linha histórica desses eventos. Em todas as oportunidades de estudo sobre esse tema, o ano de 1972 destaca-se como o ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente (Calmon de Passos, 2009) - importante destacar que, muito antes de 72, os alertas de cientistas e pensadores a respeito do meio ambiente já surgiam, a exemplo de Karl Marx por meio de seu prestigiado livro “O Capital” publicado em 1867, que já alertava que o sistema capitalista seria a representação não somente da exploração da força de trabalho até seu esgotamento, como também o esgotamento da própria natureza; conforme posto por Engels (2000), que advertia que o ser humano não poderia

“dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela [...]” (ENGELS, 2000, p. 223-224)

Frente a esse desafio, 1972 foi o ano de ocorrência da Conferência de Estocolmo, a primeira conferência global na qual o meio ambiente era o tema principal (Calmon de Passos, 2009), como também foi o ano de publicação do livro “Os Limites do Crescimento”, comissionado pelo Clube de Roma, no qual tratava,

fundamentalmente, sobre os limites de utilização dos bens naturais ao passo do crescimento da população mundial, em vistas à industrialização e poluição (Brüseke, 1994).

Ainda com essa preocupação, 20 anos depois, em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Eco-92 (ou Rio-92), oficialmente denominada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Foi um evento imenso que reuniu mais de 100 chefes de Estados e resultou em alguns documentos, dentre eles a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Pessini e Sganzerla, 2016), promulgada pelo Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998, que possuía por objetivo estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera para que não chegue a um nível perigoso à vida humana.

Ressalta-se que a Eco-92 desdobrou-se em importantes marcos, como o Protocolo de Quioto (documento no qual, basicamente, os países que mais emitem GEE comprometem-se em reduzir suas emissões), a Agenda 21 (instrumento no qual contém estratégias para o alcance ao desenvolvimento sustentável e entre outros. Além desses documentos, um grande, senão o maior, desdobramento da Eco-92 foi a realização da Conferência das Partes (COP), que é o órgão supremo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que vêm reunindo-se anualmente desde 1995 para tratar sobre o clima internacionalmente, como também é o local de ratificação dos documentos supracitados.

2.2. Unidades de Conservação

Como o próprio nome indica, as Unidades de Conservação, ou UCs, são parcelas territoriais que estão sob o estado de conservação ambiental, ou seja, que possuem proteção legal sobre a manutenção de seu estado físico-bio-geo-químico - ou, comumente falando: são áreas protegidas. Para melhor conceituação, será colocado o exposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que expõe que Unidade de Conservação é um

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (Brasil, 2000, Art. 2º, Inciso I)

No ensejo, pontua-se que existem diferenças terminológicas no que tange os conceitos de conservação e preservação: a conservação ambiental refere-se à proteção dos bens naturais, com o uso racional/sustentável, de modo que garanta sua existência às futuras gerações; já a preservação ambiental é concernente a integridade do ambiente, ou seja, a sua intocabilidade (Pádua, 2006). Na Lei supracitada, também são definidos os conceitos aqui tratados:

“conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.” (Brasil, 2000, Art. 2º, Inciso II)

“preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.” (Brasil, 2000, Art. 2º, Inciso V)

Ainda sobre a referida Lei, esta caracteriza-se como um marco na legislação ambiental, pois institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o qual configura-se como um conjunto de normas, procedimentos e definições oficiais para subsidiar a gestão das três esferas do poder público (municipal, estadual e federal), como também da iniciativa privada, no que tange às Unidades de Conservação. O SNUC possui treze objetivos previstos em Lei, relacionados entre si, que abarcam a proteção da biodiversidade, proteção de espécies ameaçadas de extinção, restauração de ecossistemas, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção de paisagens naturais dotadas de beleza cênica, recuperação de recursos hídricos e ecossistemas degradados, valorização socioeconômica da biodiversidade e entre outros (Brasil, 2000).

De acordo com o SNUC, as UCs dividem-se em dois grupos providos de características diferentes: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso

Sustentável. As UCs de Proteção Integral possuem por objetivo a preservação da “natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais [...]” (Brasil, 2000); já o objetivo das UCs de Uso Sustentável é a compatibilização da “conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Brasil, 2000).

Em suma, as Unidades de Proteção Integral aproximam-se do conceito de preservação ambiental, considerando que a interferência humana nessas áreas deve ser, obrigatoriamente, mínima, incluindo a visitação às áreas: em muitas, é proibida a visitação pública, com exceção àquelas para fins de estudo ou pesquisa previamente agendados e, nas que permitem visitação, estas são restritas a uma área específica na Unidade (prevista em seu plano de manejo/zonamento) e sujeita às condições e normas estabelecidas no plano de manejo e pelo órgão responsável por sua gestão. Já as Unidades de Uso Sustentável são sinérgicas ao conceito de conservação previamente apresentado, tendo em vista que a interferência humana é maior, sendo possível inclusive a moradia dentro das áreas - como no caso das Áreas de Proteção Ambiental (APA), mas que, de todo modo, a antropogenia é regulada e limitada às normas estabelecidas para a gestão do local, variando de acordo com a categoria da UC.

Aproveitando, cada grupo possui categorias diferentes de Unidades de Conservação, dotadas de características próprias e geridas de forma individual, seguindo às normas estabelecidas para cada categoria, também previstas na Lei do SNUC. Existem cinco categorias de proteção integral, que são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. E sete são as categorias que integram o grupo de Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural - sendo as categorias desse grupo as que compõem a maior parte das UCs brasileiras (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010).

No Brasil, como foi possível observar, existem legislação e normativas bem delineadas a respeito das áreas protegidas, prevendo o envolvimento não somente

ao aspecto natural, como também ao sociocultural - as UCs, em especial as de Uso Sustentável, também protegem o estilo de vida e subsistência de comunidades tradicionais que nelas residem. Entretanto, a aplicabilidade das Leis estão submissas ao interesse político, como, por exemplo, no mandato do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o desmonte ambiental é um marco, principalmente na postura publicamente assumida e declarada de não demarcação de terras indígenas, quilombolas e áreas protegidas - ao longo dos anos de 2019 a 2022 não houve nem uma UC federal sequer criada (Gortázar, 2021).

Diante desse cenário, é plausível o questionamento de qual é, de fato, o papel das Unidades de Conservação, estas que são a forma mais difundida de áreas protegidas no território brasileiro (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010). Voltando um pouco no tempo: o ser humano, há muito tempo, tem interesse em proteger determinadas áreas, por diferentes e diversos motivos, mas, somente em 1872 que ocorreu o grande marco no âmbito das áreas naturais protegidas - a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. No Brasil, esse feito só foi acontecer 65 anos depois, em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010).

A função das áreas protegidas e sua representação perante à sociedade já mudou bastante no decorrer do tempo, mas é “uma resposta cultural às ameaças sofridas pela natureza” (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010). E, para além desse resguardo, esses espaços possuem uma significativa importância, tendo em vista a oferta de serviços ecossistêmicos. Apesar de uma visão utilitarista da natureza, a lógica dos serviços ambientais são essenciais para o entendimento do público geral, assim como para o seu alarde, da importância da conservação, afinal, a natureza realiza serviços insubstituíveis que nenhuma máquina pode reproduzir em sua magnitude e que são a solução à mitigação da Crise Climática. O papel da humanidade é oferecer um cenário e recursos suficientes para que o meio natural aja e esse cenário é, também, a criação e manutenção de Unidades de Conservação, como também de terras indígenas e quilombolas, reservas legais e Áreas de Preservação Permanente (APP).

No Brasil, há um falso dilema entre conservação e desenvolvimento, em que há a crença de que a conservação da natureza impede o desenvolvimento, enraizado em um paradigma canibal suicida capitalista - o qual justifica a falta de atenção e cuidado ao meio ambiente, principalmente em termos de interesse e prioridade políticos. Entretanto, vários estudos apontam que as UCs, representantes da natureza salvaguardada, contribuem ao desenvolvimento regional: Viana *et al* (2007) publicou uma pesquisa que expunha que, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM), houve a introdução de técnicas de manejo sustentáveis à pesca (antes, era predatória) e, após essa iniciativa, a renda anual dos pescadores passou de R\$10,8 mil em 1999 para R\$162,5 mil em 2005, aliado ao fato de que o estoque disponível de peixe aumentou mais de quatro vezes.

Por outro lado, a exploração predatória dos bens naturais, ao contrário do que se pensa nesse dilema, além de causar escassez destes bens e desequilíbrio ambiental, significa também uma deflação econômica a longo prazo - mundial e regionalmente. Gurgel *et al* (2009), afirma que:

“A exploração madeireira de forma não sustentável na Amazônia, por exemplo, tem gerado um ciclo conhecido como “boom-colapso”. Esse ciclo geralmente começa com uma expansão econômica de curto prazo, acompanhada por uma melhora nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) municipais nos primeiros anos de exploração da madeira. Entretanto, após esse primeiro momento de ascensão, seguem alguns poucos anos de auge dessa atividade econômica e dos indicadores de desenvolvimento. Esse auge é tipicamente seguido por um declínio econômico e do IDH quando da exaustão dos recursos florestais e da fertilidade do solo. Ou seja, após uma efêmera melhora da situação econômica e social, os indicadores tendem a voltar a níveis pré-exploração madeireira – porém, nesse segundo momento, o município está mais pobre em termos de recursos naturais” (Gurgel *et al*, 2009, p. 112)

Apesar do citado e diversos outros exemplos de êxito desenvolvimentista nas UCs, para que esse cenário seja difundido e maior geração de emprego e renda aconteçam, é necessário que o SNUC seja efetiva e realmente implementado. A implementação das Unidades no território nacional não é feita de maneira uniforme: existem UCs muito bem estruturadas e existem aquelas que não possuem nem infraestrutura básica (como banheiros e escritório) para seu adequado funcionamento (Gurgel *et al*, 2009).

A implementação da sustentabilidade, de forma que esta permeie todos os aspectos da vida pública - e que, por consequência, permeará as decisões e atividades da iniciativa privada -, para que proponhamos ao cenário internacional uma maneira pioneira de “desenvolvimento verde”, focado no meio ambiente e na mitigação da Crise Climática, é, portanto, dependente da completa implementação das Unidades de Conservação em todo país, de modo que haja a devida consolidação do SNUC. Para que isso aconteça, o fluxo e volume de investimentos precisa aumentar para que as UCs, além de conservar e preservar a natureza, gere também renda, emprego e, de forma geral, desenvolvimento - proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos brasileiros (Gurgel *et al*, 2009).

“As áreas protegidas devem ser entendidas como uma maneira especial de ordenamento territorial, e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e socioambiental. Ou seja, não há conflito entre a existência de áreas protegidas e o desenvolvimento em bases sustentáveis – muito pelo contrário. O conflito existe apenas em relação ao pseudodesenvolvimento baseado na exaustão dos recursos naturais.” (Gurgel *et al*, 2009, p. 117)

Uma forma de potencializar ambientalmente as Unidades de Conservação - e áreas protegidas no geral, é por meio do estabelecimento de corredores ecológicos: criar novas Unidades com proximidade a outras, proporcionando o surgimento e/ou manutenção de ecossistemas naturais entre elas, de modo que permita a circulação de biota visando a dispersão de espécies da fauna e flora nativas - fazendo, assim, um mosaico natural de proteção da biodiversidade. A Lei do SNUC conceitua corredores ecológicos como:

“porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (BRASIL, 2000, Art. 2º, Inciso XIX)

A relevância dos corredores ecológicos é melhor compreendida a partir do entendimento de um conceito de ecologia denominado de “fragmentação florestal”. Este é caracterizado como um rompimento não natural de uma área florestal (ou savânica, ou de manguezal - em suma, de uma área com vegetação natural), fazendo com que essa área seja dividida em pequenos pedaços, reduzindo os tipos

de habitats naturais existentes nela, ocasionando em um isolamento de áreas naturais (Korman, 2003), como é possível observar na Figura 30. Esse acontecimento ameaça a biodiversidade e a proteção das UCs, porque expõe as áreas naturais ao “efeito de borda” que, por sua vez, são modificações bio-físico-químicas na área de contato do fragmento com o ambiente externo (Lima-Ribeiro, 2008), ou pode ser entendida como o resultado da pressão do ambiente externo antropizado sobre a parcela mais ao exterior do fragmento florestal. Então, quanto menor for a área isolada em fragmento florestal, maior e mais agressivo o efeito de borda, possuindo maiores chances de penetrar mais a dentro da área, modificando a

“composição e estrutura da vegetação, a estrutura espacial e a dinâmica das populações vegetais e, conseqüentemente, animais, podendo levar à extinção de populações locais e redução da diversidade biológica.” (Lima-Ribeiro, 2008, p.1)

Figura 30 - Exemplo de fragmento florestal urbano



Fonte: Marcelo Pissurno/Cidadão Cultura, 2020.

O embasamento teórico do conceito de fragmentação florestal vem de dois outros conceitos, também da ecologia: biogeografia de ilhas e metapopulações. A Teoria da Biogeografia de Ilhas foi proposta primeiramente por MacArthur e Wilson

em 1967 e aplica-se não somente a fragmentos florestais, mas sim a todo tipo de área isolada - como ilhas literais (do mar), lagos isolados por terra, topo de morro ou montanha isolado por planície e afins - e propõe que a abundância da biodiversidade da ilha é garantida por meio de um balanço equilibrado entre colonizações (ou migrações - entrada/saída de espécies) e extinções, que dependem diretamente de dois fatores: o grau de isolamento da ilha e o seu tamanho.

No que tange o grau de isolamento, este influencia nas colonizações, considerando que ilhas com um grau baixo de isolamento - ou seja, mais próximas de outras ilhas - facilitam a imigração, pois maior é a chance de espécies colonizadoras chegarem na ilha; da mesma forma, as taxas de migração aumentam quanto maior for o tamanho da ilha, pois esta proverá de espaço para acomodar mais espécies - e vice versa. Já a taxa de extinção é influenciada pela quantidade de espécies na ilha, tendo em vista que, quanto maior o número de espécies, maior a competição pelos recursos presentes no local - e é maior em ilhas menores em virtude da exclusão competitiva (Townsend, Begon e Harper, 2010).

A Teoria da Biogeografia desencadeou na Teoria de Metapopulações, a qual consiste na relação de conectividade de uma população (de espécies) à outra, encontrando-se espacialmente distribuídas. Metapopulação é uma população que consiste em um conjunto de subpopulações que não encontram-se ligadas entre si, mas que há uma certa conectividade de indivíduos (Townsend, Begon e Harper, 2010).

Com esses conceitos em mente, é interessante avaliar que, com a degradação ambiental, acontece a fragmentação de habitats que resulta em um afastamento físico de uma subpopulação da outra, dificultando resgates populacionais de subpopulações que se encontram com a mortalidade superior à natalidade - ocasionando a extinção local de muitas subpopulações, podendo colocar em risco a sobrevivência da espécie naquela área. Dessa forma, os corredores ecológicos permitem que as ilhas sejam cada vez maiores, diminuindo o efeito de borda e aumentando a conectividade entre elas, aumentando o número de espécies nas ilhas e a consequente otimização da conservação da biodiversidade (Valeri e Senô, 2004).

Os corredores ecológicos utilizados como estratégia conservacionista ao meio natural possui algumas funções: i) habitat - possui recursos e condições necessárias à sobrevivência de uma espécie; ii) condutor - permite o aumento da conectividade da paisagem; iii) filtro/barreira - normalmente em áreas com a presença de corpos hídricos e associado à qualidade da água, atua como uma “zona tampão”; iv) fonte/sumidouro - local que permite o sucesso reprodutivo de indivíduos em determinados locais do corredor, de modo a ofuscar o fracasso reprodutivo de indivíduos da mesma espécie que se encontram em locais menos favorecidos, atuando como fonte (o contrário também vale, quando o corredor é mal projetado e causa a sobreposição do fracasso sobre o sucesso, tornando-se sumidouro de indivíduos/espécies) (Korman, 2003).

No contexto do PSB, é importante reconhecer que se trata de área caracterizada, diante das conceituações apresentadas, como uma ilha biogeográfica de fragmento florestal e, por estar localizado em uma das cidades mais antigas do Brasil, que sofreu uma intensa e agressiva antropização, sofre grande pressão externa, tendo em vista que é rodeado pela urbanização. Levando em conta que o Parque está inserido dentro da APA Bacia do Cobre, pode-se considerar que este é um corredor ecológico, conectando as áreas do Parque à região da APA, portanto, é possível inferir que o efeito de borda atuando sobre o Parque São Bartolomeu é enorme, pois, além de ser rodeado por moradias, estas localizam-se em suas fronteiras e, em alguns lugares, dentro do próprio Parque.

Outro ponto importante a ser destacado e tem íntima relação ao primeiro tópico deste capítulo: as áreas de vegetação nativa, sobretudo florestais, para além de seu papel ecossistêmico já mencionado, também são excelentes sumidouros de carbono e “sua conservação é considerada como uma estratégia de redução da emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global” (Guimarães *et al*, 2022). O bioma no qual o Parque está inserido, a Mata Atlântica, é a segunda maior floresta tropical das Américas e, embora seu remanescente no PSB esteja em uma esfera urbana, ainda sim possui grandes propriedades de estoque de carbono para amenizar as grandes emissões da segunda maior capital do Nordeste brasileiro, no quesito de densidade demográfica (IBGE, 2022). Ressalta-se que a cidade de Salvador (BA), como mencionado anteriormente,

possui uma alta quantidade de deslocamento pendulares intermunicipais, ou seja, possui uma mobilidade intra-urbana muito intensa, por ter grandes concentrações populacionais (Pires *et al*, 2017) e, portanto, infere-se que a emissão de CO₂ e outros GEEs advindos de transportes baseados em combustíveis fósseis, em Salvador (BA), é substancial, em termos ambientais e perante à Crise Climática.

Por fim, para trazer números, de modo a melhor visualizar a importância do Parque São Bartolomeu enquanto remanescente florestal em uma área urbana, exercendo uma função - dentre as muitas - de sumidouro de carbono: um estudo da Universidade Federal do Paraná de 2018, a respeito dos estoques de carbono em Unidade de Conservação na Mata Atlântica, focado em uma UC do Rio de Janeiro parcialmente urbana, trouxe que a estimativa do estoque de carbono do referido Parque é de 106,19 toneladas por hectare por ano (Silva *et al*, 2018). Ou seja: espelhando os dados deste estudo, grosseiramente, à área do Parque São Bartolomeu, este tem uma estimativa de estoque de carbono anual de cerca de 168.842,10 toneladas - caracterizando-se, assim, como um importante sumidouro de carbono na cidade de Salvador, diante das circunstâncias supramencionadas.

2.3. Justiça Climática

Para entender do que se trata a Justiça Climática (JC), é necessário ter em mente que este conceito é advindo de outro - o de Justiça Ambiental (JA) - a partir da constatação de que os eventos climáticos extremos afetam as pessoas em diferentes intensidades, dependendo de seu grupo social.

O surgimento da Justiça Ambiental teve sua semente plantada em meados dos anos 1960, nos Estados Unidos, com as lutas sociais em prol do saneamento básico e contra a contaminação química da natureza (estando as fontes de contaminação próximas a comunidades marginalizadas socialmente). Com a efervescência do debate entre atores sociais - como sindicatos, associações, organizações ambientalistas e afins - a respeito do tema, a ideia de Justiça Ambiental foi sendo amadurecida para, em 1991, no âmbito da I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientistas de Povos de Cor, aprovar-se os princípios da Justiça

Ambiental, sendo o marco do reconhecimento deste paradigma (Acselrad, 2004; Bullard, 2004) - ressalta-se que o conceito de Justiça Ambiental surge em um contexto ligado profundamente às questões raciais e étnicas, por vezes atrelada ao termo de Racismo Ambiental em regiões com grande presença de minorias étnicas, por vezes usada por seu próprio nome em regiões onde o público é mais amplo e heterogêneo (Milanez e Fonseca, 2011).

A Justiça Ambiental surge como uma alternativa ao paradigma chamado de “proteção ambiental gerencial”, o qual, por sua vez, enxerga como o ponto de partida da Crise Ambiental a escassez dos bens naturais e poluição da natureza, entretanto, segundo essa visão, todos os humanos são igualmente responsáveis pela crise e serão afetados também igualmente pelas consequências (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009). O paradigma da Justiça Ambiental, por outro lado, opondo-se à visão gerencial supracitada, argumenta que a responsabilidade sobre a referida Crise Ambiental (em específico ao consumo predatório dos bens naturais e à geração de poluição ambiental) não recai igualmente sobre os ombros de todos os seres humanos, sendo diferenciada de acordo com os diferentes grupos sociais (Acselrad, 2004).

Propõe-se que políticas públicas e medidas de mitigação e adaptação ambientais sejam orientadas com base na constatação de que a desigualdade social interfere na forma com a qual os grupos sociais são afetados pelos eventos ambientais - sendo prejudicados, inclusive, no momento da tomada de decisão (Ikeme, 2003) - de modo que haja participação social, empoderamento de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cooperação interinstitucional e colaboração entre o poder público e a iniciativa privada (Bullard, 2004). Sendo assim, com base na premissa de que todos os seres humanos possuem direitos iguais (previstas no Art. 5º da Constituição Federal de 1988), as demandas por Justiça Ambiental buscam “remediar injustiças existentes ou iminentes na distribuição dos benefícios e prejuízos ambientais, bem como eliminar condições e decisões que fossem parciais ou injustas” (Milanez e Fonseca, 2011).

Conforme exposto anteriormente, a JA baseia-se em princípios, sendo o principal deles a oposição à política de exportação do risco e da poluição: seguindo

essa lógica, a poluição ambiental não deve ser exportada e/ou movimentada a outros lugares/comunidades. Isso faz com que os reais responsáveis pelos danos ambientais se esforcem para extingui-lo, tendo em vista que serão eles os afetados - o que estimula uma mudança no paradigma global de consumo e produção pautados na exploração predatória dos bens naturais (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009). Também, a Justiça Ambiental prevê que sejam construídos

“canais de comunicação com organizações de trabalhadores das indústrias poluentes para que sejam negociadas estratégias de transição justa, em que as mudanças ocorram de forma gradual, sem causar grave desemprego nesses setores.” (Milanez e Fonseca, 2011, p. 85-86)

No Brasil, o movimento da Justiça Ambiental iniciou em 1998 no evento intitulado “Encontro com a Justiça Ambiental”, organizado por entidades brasileiras com a participação de representantes dos Estados Unidos - todavia, o evento teve uma repercussão pequena. Somente em 2001, três anos após o evento supracitado, houve a estruturação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), por meio de uma construção no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, contando com um público amplo (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009). A RBJA é um fórum de discussões, denúncias, mobilizações e articulação política constituído por diversos atores sociais - dentre eles: academia, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos comunitários e profissionais/militantes que estão relacionados de alguma forma às desigualdades ambientais -, que tem por objetivo a denúncia e o combate a situações de racismo e injustiça ambientais (RBJA, 2023).

Antes de adentrar ao tema principal deste subtópico, Justiça Climática, é necessário que seja considerado um conceito importante - a sociedade de risco. O sociólogo alemão Ulrich Beck defende que a sociedade vem passando por mutações: uma sociedade industrial, que gerava riscos tangíveis, transforma-se em uma sociedade de risco global, a qual tem como premissa a impossibilidade de delimitação espaço-temporal do risco civilizacional, sendo esta a característica principal desse novo modelo de sociedade - a globalização dos riscos, ou “universalismo das ameaças” (Rammê, 2012). Destaca-se que, apesar da efetiva

constatação da Crise Climática e suas consequências comprovadas cientificamente, ainda há a prevalência do sentimento de incerteza e não comprovação dos riscos advindos desta - essa abstração dos riscos climáticos pode ser sintetizada pelo Paradoxo de Giddens:

“visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos, visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias, será, por definição, tarde demais” (Beck, 2002, p. 8)

Em suma, apesar da sociedade de risco atribuir uma dimensão global e intergeracional aos riscos, estes não são distribuídos igualmente, segundo Beck (2002): a contaminação (o risco) segue ao pobre.

Rammê (2012) faz uma ligação entre os teóricos da sociedade de risco e os teóricos da Justiça Ambiental por meio da identificação, em ambas correntes, de que os grupos marginalizados socialmente são os mais afetados pelas consequências ambientais negativas. Entretanto, divergem no que diz respeito ao destinatário da crítica: enquanto na teoria da sociedade de risco a crítica é feita à racionalidade técnico-científica, no movimento de Justiça Ambiental a crítica é feita ao poder institucional do capital.

Achselrad (2002) considera que a vigente Crise Ambiental é produto do fracasso das instituições responsáveis pelo controle e pela segurança ambientais, pois normalizam legalmente os riscos. Considerando que a iniciativa privada atua seguindo a prioridade econômica (o capital acima de tudo e o lucro acima de todos), deixando ao mercado a responsabilidade de resolver as problemáticas ambientais com as novas tecnologias ditas “verdes e limpas”, conclui-se que esse cenário produz desigualdades no que diz respeito à exposição aos riscos ambientais, principalmente os advindos da mudança do clima.

Para o enfrentamento às injustiças ambientais do clima - ou às “injustiças climáticas” - deve-se avançar nos ganhos da democratização e não somente nos ganhos do mercado. Existe uma relação direta entre o exercício da democracia e a

capacidade da defesa e enfrentamento social perante a uma injustiça ambiental, tendo em vista que diferentes e simultâneas formas de opressão são a origem da injustiça ambiental (Acselrad, 2002), sejam elas de naturezas racial, de classe e/ou de gênero.

Ante esse panorama, surgiram correntes de pensamentos sociológicos de cunho ambientalista que culminaram no movimento por Justiça Climática - um destaque é o “ecologismo dos pobres” proposto por Alier (1992): diante da inexistência de um sistema que faz a fiscalização e realiza cobranças financeiras às empresas ou serviços estatais que degradem a natureza, surgiu-se correntes socialistas para o ecologismo dos pobres, nas quais o socialismo é representado pela igualdade, visão mundialista e controle comunal (não estatal) dos meios de produção. Em essência, são ambientalistas os movimentos sociais de pessoas pobres, pois, no ato de solicitação de acesso aos recursos e bens naturais, vão de contramão ao capital, contribuindo para a conservação da natureza.

“[...] o eixo principal dessa linha de pensamento não está relacionado a uma reverência sagrada à natureza, mas, sim, a um interesse pelo meio ambiente como fonte de condição para subsistência humana. Sua ética, como bem destaca Joan Martínez Alier, nasce de uma demanda por justiça social.” (Rammê, 2012, p. 6)

Na 6ª Conferência das Partes (COP-6) da Convenção Mundial sobre a Mudança Climática, realizado em Haia (Holanda) em 2000, houve a realização do Fórum de Justiça Climática, onde foi constatado oficialmente, pela primeira vez globalmente, que os grupos sociais mais vulneráveis são os mais vitimados pela questão climática, por residirem em lugares normalmente periféricos que são afetados mais intensa e rapidamente que a média global (Rammê, 2012) - surge, assim, o conceito de Justiça Climática que pode ser definido como

“A vulnerabilidade dos grupos menos favorecidos no tocante aos impactos das mudanças climáticas [...]. A percepção sobre a desigualdade de impactos, no que se refere aos impactos das mudanças climáticas, [...] é catalisadora do movimento internacional por Justiça Climática.” (Milanez e Fonseca, 2011, p. 87)

Em suma, Justiça Climática é a forma por meio da qual se busca a minimização dos impactos ambientais, advindos da mudança do clima, em populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Para tanto, é preciso implementar políticas públicas que tratem da dimensão ética das mudanças climáticas, de modo a reduzir a vulnerabilidade desses grupos sociais, bem como melhorar sua qualidade de vida (Milanez e Fonseca, 2011). É um movimento ético e humanitário, que considera as interseccionalidades do agrupamento humano em sociedade porque, embora os impactos climáticos realmente afetem a toda humanidade, “a intensidade desses impactos e a capacidade dos indivíduos e dos grupos sociais em lidar com as consequências de tais mudanças são diferenciadas” (Milanez e Fonseca, 2011).

As camadas abastadas da sociedade também são afetadas pelas consequências da ganância canibal humana sobre a natureza, entretanto, estas possuem acesso a infraestrutura, materiais, equipamentos, tecnologia e assistência à saúde que promovem a adaptação e a resistência às mudanças do clima; bem como possuem maior renda para lidar com a escassez de bens naturais e alimentos e, por consequência, o aumento dos preços destes. Enquanto os ricos desfrutam da ilusória comodidade tecnológica egoísta perante a destruição do planeta, os pobres são submetidos “a condições precárias de acesso à renda e serviços básicos de cidadania (saúde, segurança, educação e infraestrutura)” (Milanez e Fonseca, 2011), estando mais vulneráveis a deslizamentos, secas prolongadas, enchentes e inundações, acidificação e aumento do nível dos oceanos, infraestrutura inóspita ao aumento da temperatura e afins - a desigualdade é tanta que surgiram os *refugiados climáticos*: grupos (ou até mesmo comunidades inteiras) que se deslocam de suas terras para outras regiões, fugindo dos efeitos deletérios da mudança do clima, deixando para trás toda uma história de relação de pertencimento com o território - cultura e hábitos de vida - para sobreviver (Rammê, 2012).

A disparidade no nível de exposição aos riscos climáticos acontece não somente entre as diferentes camadas sociais de um mesmo país, como também internacionalmente, entre os países: o relatório do IPCC de 2007 já indicava que as consequências climáticas mais intensas devem ocorrer na África, América Latina e sul da Ásia. Essa disparidade ocorre devido a um contexto das relações

internacionais, na qual essas regiões foram, historicamente, exploradas predatoriamente em termos de recursos humanos e naturais, o que faz com que, atualmente, os referidos continentes tenham problemas no tocante à governança, possuindo dificuldades em implementar políticas públicas adequadas à questão do clima e com garantia de acesso a todos (Milanez e Fonseca, 2011).

Nas Conferências das Partes (COPs), órgão superior da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Justiça Climática é discutida diante das diferenças de posição entre os países do sul e do norte global. Por um lado, os países do norte global caracterizam-se como os maiores emissores de gases de efeito estufa, mas, ainda sim, estão sob menor vulnerabilidade perante os riscos climáticos e, também, apresentam maiores oportunidades de adaptação a tais. De outro lado, os países do sul global encontram-se em uma posição oposta: são os países com menor responsabilidade sobre a emissão de GEE (e à Crise Climática, de forma geral), mas que serão mais afetados pelos riscos climáticos, por possuírem maior vulnerabilidade e menor capacidade de protegerem-se a estes (Ikeme, 2003; Roberts, 2009; Milanez e Fonseca, 2011).

As diferentes posições assumidas pelos países nas COPs, as quais dependem das localizações geopolíticas dos países no mapa global, são traduzidas nos argumentos que cada lado defende, principalmente no que diz respeito à definição dos problemas e das suas soluções. Os países do norte global ocupam a posição de, claro, defesa do capital: apresentam estratégias relacionadas à eficiência econômica para minimizar os problemas do clima (advindos da priorização da eficiência econômica) - uma das estratégias apresentada foi um cálculo ardiloso para a emissão de GEE baseado no PIB *per capita*, promovendo uma redução homogênea entre os países do globo (não é preciso nem desse adendo, mas: é uma cilada, Bino!). Já os países do sul global, personificando o ditado brasileiro de que “quem bate esquece, mas quem apanha sempre lembra”, assumem uma posição mais holística, considerando o histórico de emissões e de relações internacionais baseadas em genocídio e exploração do norte sobre o sul: propõem uma abordagem focada na distribuição dos riscos, das responsabilidades e dos custos, a fim de que a redução seja heterogênea e pautada na proporcionalidade histórica (e

vigente) de emissão dos gases de efeito estufa (Ikeme, 2003; Milanez e Fonseca, 2011).

“Dentro dessa perspectiva, esses movimentos [por Justiça Climática] se aproximam do pensamento das trocas ecológicas desiguais (*ecologically unequal exchange*) ao argumentar que o aumento desproporcional no fluxo de materiais e energia dos países do sul para o norte é acompanhado por uma transferência de emissões do norte para o sul. Dessa forma, a intensificação do comércio internacional estaria permitindo que os países do norte conseguissem alcançar uma falsa economia de baixo carbono por meio do deslocamento de suas emissões para os países do sul.” (Milanez e Fonseca, 2011, p. 91)

Assim, o movimento internacional por Justiça Climática sugere que haja uma mudança radical na forma com a qual a mudança do clima é tratada: as comunidades mais vulneráveis devem ser protegidas, políticas públicas que realmente resultem em uma redução das emissões de GEE devem ser implementadas e, por fim, estratégias para uma transição justa a um desenvolvimento sustentável devem ser criadas considerando a “readequação dos trabalhadores das indústrias intensivas em carbono” (Milanez e Fonseca, 2011). A Justiça Climática exprime, em sua essência, que a mudança do clima, para além de um problema ambiental, é um problema de direitos humanos (Roberts e Parks, 2009; Milanez e Fonseca, 2011).

A denúncia do movimento da Justiça Climática sobre a maior vulnerabilidade climática incidir desigualmente, afetando em um nível maior os países do sul global, pode já estar acontecendo no Brasil. O Relatório de 2021 do IPCC tem algumas previsões para a América do Sul, como: i) a região de monções da América do Sul - Amazônia, chaco argentino e alta Bolívia (Gan *et al*, 2009) - tem a projeção de chegar a picos no aumento de temperatura cerca de 1,5 a 2 vezes a taxa de aquecimento global; ii) está entre as regiões que sofrerá mais intensa e frequentemente por inundações e chuvas intensas; iii) e na região, há o cenário projetado no aumento da frequência e gravidade das secas agrícolas e ecológicas.

Milanez e Fonseca (2011), pensadores relevantes no tocante à Justiça Climática, realizaram uma pesquisa de modo a analisar a percepção social no Brasil sobre Justiça Climática e eventos climáticos extremos, por meio de uma pesquisa

documental nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. O objeto da pesquisa foi a análise da incorporação do conceito de Justiça Climática na identificação das causas de enchentes, ocorridas nas capitais supracitadas em dezembro de 2009. Por resultado, apresentaram que

“os meios de comunicação, a sociedade em geral e as comunidades atingidas em particular, ainda não associaram claramente episódios de injustiça ambiental, eventos climáticos extremos e mudanças climáticas.” (Milanez e Fonseca, 2011, p. 82)

Na referida pesquisa, chega-se ao dado de que, diante da suposição da causa das enchentes, associavam esta, na maioria das vezes, à decorrência de problemas de engenharia e de uso do solo. Concluiu-se a pesquisa com o argumento de que os grupos mais atingidos pelos riscos climáticos, materializados por meio dos eventos climáticos extremos, devem incorporar em seu discurso o conceito de Justiça Climática. Essa postura resultaria em i) um reforço da visibilidade do movimento internacionalmente, considerando que o Brasil ocupa uma posição de destaque nos eventos globais sobre o clima; ii) uma visão mais concreta às consequências climáticas, por meio do noticiamento da relação entre as mortes causadas por deslizamentos e inundações (por exemplo) e a injustiça climática; iii) e uma maior chance de atendimento pelo poder público, pois são grupos sociais desprovidos de poder político de modo a influenciar a tomada de decisão, mas, com a Crise Climática em foco internacional, potencializam suas reivindicações agregando-as à Justiça Climática (Milanez e Fonseca, 2011).

É importante levar a pesquisa apresentada anteriormente em consideração porque é a primeira dessa natureza, que propõe-se em analisar a percepção brasileira na associação entre eventos climáticos extremos e seus decorrentes desastres, com a Justiça Climática. No final das contas, é reconhecer que a Crise Climática é a causadora dessa anormalidade ecossistêmica (que, em breve, virará o novo “novo normal”) e que esta possui um trajeto mais intensos nos menos privilegiados. Será avaliado, neste trabalho de conclusão de curso, uma questão semelhante - a sensibilização de comunidades do nordeste brasileiro, a respeito do nível de interferência, nos sintomas da Crise Climática, por uma área protegida em seu entorno.

Para avançar mais no tema de Justiça Climática, é preciso ter em vista o conceito de direito socioambiental: Ramos (2015) expõe em sua dissertação de mestrado que este é a integração do direito ambiental com a vida socioeconômica, cultural e étnica, visando a redução das desigualdades ambientais que desaguam na injustiça social. Na esfera do direito socioambiental, existe um conjunto de políticas públicas e normativas que regulamente a questão do clima no Brasil; nesse conjunto, destacam-se principalmente a Lei Federal nº 12.187/2009 - que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) - e o Decreto Federal nº 7.390/2010 regulamenta a referida Lei (Mantelli, Castilho e Garcia, 2017).

A Lei da PNMC foi sancionada como decorrência da COP-15, realizada em Copenhague (Dinamarca), representando um esforço do Brasil frente aos resultados negativos do evento³. Pode ser considerada como uma política complementar à Política Nacional de Meio Ambiente, tendo em vista sua motivação de caráter emergencial a nível mundial. No Art. 2º da Lei, os conceitos de “vulnerabilidade” e “efeitos adversos da mudança do clima” são abordados, portanto, observa-se que a referida legislação considera a questão do clima a partir da dimensão socioambiental, “ao contemplar os sistemas humano e natural, e admite a existência de vulnerabilidades no enfrentamento da temática” (Mantelli, Castilho e Garcia, 2017).

No âmbito da Justiça Climática, a PNMC apresentou uma preocupação com a desigualdade nas vulnerabilidades climáticas entre as camadas sociais, assumindo uma posição de representação jurídica do movimento no Brasil: estabeleceu que a responsabilidade pela mudança do clima deve ser repartida de forma justa, como exposto no Art. 3º, inciso III:

“Art. 3º_ A PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das **responsabilidades comuns, porém diferenciadas**, este último no âmbito internacional, e,

³ Os resultados negativos do evento relacionam-se ao impasse no atingimento de seu principal objetivo: a definição das metas de redução de emissão de GEE. Essa discussão entre países resultou em um documento, o Acordo de Copenhague, mas que, devido à não participação de alguns países na negociação, alegou-se falta de transparência e não aceitaram o referido Acordo. Diante desse impasse, o Acordo funciona somente como um adendo à COP, sem caráter decisório tampouco juridicamente vinculante (CETESB, 2020).

quanto às medidas a serem adotadas na sua execução, será considerado o seguinte:

[...]

“III - as medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima; [...]” (BRASIL, 2009, Art. 3º, Inciso III).

2.3.1. Racismo Climático

No âmbito da Justiça Ambiental, há de ser considerado um recorte étnico: o Racismo Ambiental. Este refere-se a forma com a qual as injustiças socioambientais afetam desproporcionalmente as etnias mais vulnerabilizadas (Herculano, 2008).

“O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais [...] que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas [...] que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.” (Herculano, 2008, p. 16)

Para tanto, ressalta-se que o movimento por Justiça Ambiental surge, conforme exposto anteriormente, em um contexto racializado: em 1982, a comunidade negra de Warren County, na Carolina do Norte, descobrem que um aterro para solo contaminado por PCB (*polychlorinated biphenyls*) - substância tóxica e nociva à saúde humana - seria construído em sua vizinhança. Então, surge o primeiro protesto de dimensão nacional em combate ao Racismo Ambiental - que tem seu termo cunhado, pela primeira vez, neste contexto (Herculano, 2008).

“A partir daí, o movimento negro norte-americano sensibilizou congressistas, e o US General Accounting Office conduziu uma pesquisa que mostrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização de indústrias muito poluentes nada tinham de aleatório: ao contrário, se sobrepunham à distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos e a acompanhavam.” (Herculano, 2008, p. 3).

Para melhor compreensão das faces do racismo perante às lentes socioambientais, é necessário levar em consideração os conceitos de “biopolítica” e “biopoder”. Proferida pela primeira vez em 1978, o termo “biopolítica” adentra às discussões sociais por meio do pensador Michel Foucault (Abreu, 2013): conceitua-se como uma maneira de exercício de poder, no qual “os mecanismos da vida biológica dos seres humanos são incluídos na gestão política de um Estado, passando a ser gerenciados e administrados” (Copetti e Wermuth, 2020). Ou seja, a biopolítica tem como objetivo principal estabelecer meios de controle à populações, de modo que haja censura a diferentes grupos sociais de acordo com o interesse político - inclui-se, inclusive, o controle sobre a proporção de nascimentos, óbitos e taxas de reprodução e fecundidade de uma população (Foucault, 2005).

Já o biopoder é caracterizado como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008, p. 3) - ou melhor: a gestão da vida humana torna-se intrínseca aos sistemas políticos. A tomada de decisão, por meio do biopoder inserido no contexto da biopolítica, tem como resultado o “fazer viver ou deixar morrer” parcelas populacionais, seguindo o interesse político estabelecido que se baseia na valoração da vida humana, excluindo aqueles que não possuem poder social (Abreu, 2013).

É nesse cenário em que Abreu (2013) expõe que o “Racismo Ambiental extrapola as questões meramente raciais e étnicas, abarcando as injustiças, os preconceitos e a desigualdade que afligem populações e grupos vulneráveis”. Assim, o Racismo Ambiental é materializado diante das diferenças nas relações sociais, excluindo grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica-ambiental e percebendo seus territórios como espaços vazios (Herculano, 2008) e disponíveis à apropriação pelo interesse do Capital.

O racismo, por si só, é o mecanismo por meio do qual o outro é desqualificado e anulado como não-semelhante, a partir da naturalização das diferenças advindas de um processo histórico de escravidão e colonialismo (baixa

escolaridade e baixa renda, principalmente) e imputação dessa desqualificação à raça/etnia do indivíduo; como se este fosse o culpado pela própria realidade, como se fosse inerentemente inferior. Então, dessa forma, o racismo estruturaliza-se nas entranhas da biopolítica, eximindo o biopoder de implementar políticas públicas efetivas direcionadas às populações negras (essencialmente) e vulnerabilizadas, pois essas populações são desumanizadas (Herculano, 2008).

Santana e Farias (2021) realizaram um estudo sobre a divisão racial na cidade de Salvador (BA) e seus consequentes impactos ambientais - mais especificamente no tocante a deslizamentos, alagamentos e abastecimento de água. O resultado foi: os locais que mais sofreram por deslizamentos entre maio e outubro de 2020 foram periferias, com pouca ocorrência em regiões habitadas pelos abastados financeiramente; em relação os alagamentos, foi exposto que este ocorreu em regiões também periféricas e marginalizadas racialmente (nenhuma região afetada é considerada nobre); e, por fim, os locais que ficaram sem abastecimento de água pelo menos uma vez em um intervalo de dois meses também são habitados por pessoas pobres e majoritariamente pretas.

“Compilando os dados apresentados é possível notar que os bairros mais afetados pelos três problemas analisados nessas pesquisas são majoritariamente habitados por pessoas negras e compõem uma porção da cidade de Salvador que não é lida como nobre: são regiões habitadas por populares, operários, onde nos aglomerados encontramos aqueles que se aglomeram.” (Santana e Farias, 2021, p. 18)

No contexto da Crise e Justiça Climática, conforme exposto anteriormente, os deslizamentos e alagamentos são considerados consequências aos eventos climáticos extremos - normalmente causados, neste caso, por um excesso de chuva e falta de adaptabilidade infraestrutural a esses eventos. Já a baixa frequência do abastecimento de água também pode ser encarada como um risco climático, tendo em vista que a escassez hídrica é um cenário futuro e as residências hidricamente abastecidas serão priorizadas, como já está sendo, de acordo com o grupo social (Santana e Farias, 2021).

“[...] O racismo ambiental é parte da equação feita pelo sistema que condicionam as pessoas pretas periféricas soteropolitanas, e dificultam inclusive territorialmente a tentativa cotidiana de (re)existir a um sistema centenário construído para fornecer condições mínimas de sobrevivência.

[...] A incidência desses problemas não é aleatória como se costuma imaginar, por se tratar de uma questão ambiental. A chuva “não escolhe” onde cair, mas as condições ambientais também são condicionadas pelo sistema, diante do cenário de poluição do ar, de desmatamento, e de casas construídas em lugares perigosos, em morros passíveis de deslizamento, na tentativa de sobreviver, e torcer para que a chuva caia devagar.

[...] A partir de uma pesquisa como esta, é possível traçar comparativos com dados epidemiológicos do sistema básico de saúde a fim de descrever, por exemplo, em que áreas ocorrem o maior volume de casos de tuberculose, dengue, e outras doenças que estão relacionadas a questões sanitárias e ambientais, indicando quem são os moradores dos locais mais afetados e qual a constituição racial dessas pessoas que são condicionadas a viver em porções da cidade que são vítimas dos impactos das degradações ambientais.” (Santana e Farias, 2021, p. 19-20)

Destaca-se que o Racismo Ambiental não foi, ainda, caracterizado no campo climático - ou seja, não há um termo próprio às injustiças raciais sofridas na esfera da Crise Climática, tão alarmante e emergente. Propõe-se, por meio deste trabalho, para melhor compreensão do objeto de estudo, cunhar o conceito de Racismo Climático: opressão sofrida por grupos sociais marginalizados racialmente, usualmente residentes de regiões periféricas, que são vulnerabilizados socioeconômica e ambientalmente de modo a padecerem com maior intensidade e frequência a eventos climáticos extremos - como secas prolongadas, inundações/alagamentos, deslizamentos de terra e afins - e suas consequências - escassez de bens naturais e alimentos e seu consequente aumento de preço, carência de infraestrutura adaptada, falta de acesso a renda e a serviços básicos de cidadania e entre outros - pelo simples fato de terem nascido em um contexto de desigualdade sociorracial, desprovidos geracionalmente de oportunidades.

É importante ressaltar que o termo “Racismo Climático” vêm sendo usado em publicações de instituições do terceiro setor e em reportagens dos campos socioambientais, entretanto, cientificamente não foi identificado a proposição deste termo: foi feita uma busca nas principais ferramentas de busca científicas - Google Acadêmico, Scielo, Periódico Capes, BDTD, Science Research e Science Direct - por meio das palavras-chave “racismo climático”, “climate racism” e “climatic racism”, sem sucesso no aparecimento do termo aqui proposto. Aparecia uma relação entre Justiça Climática e Racismo Ambiental, mas sem a proposição de um termo próprio para tal.

2.4. Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, ou seja, é uma pesquisa que tem o foco nos aspectos subjetivos do pensamento e comportamento humano, preocupando-se com a parcela da realidade que não pode ser quantificada, estando, portanto, no campo dos significados, crenças, valores, atitudes, motivações e aspirações (Minayo, 2014). No caso deste trabalho, o foco se deu na busca pelo entendimento da sensibilização sobre a relação entre o Parque São Bartolomeu e a Crise Climática, por parte de sua comunidade no entorno. Vale ressaltar que tal entendimento deu-se por meio da realização de entrevistas com membros de comunidades e lideranças comunitárias adjacentes ao Parque.

O primeiro passo da pesquisa foi o levantamento de dados secundários sobre a caracterização socioambiental do Parque, bem como revisão de trabalhos já publicados sobre o local por meio das plataformas de pesquisa Google Acadêmico e Scielo, com as palavras-chave “Parque São Bartolomeu”, “Subúrbio Ferroviário” e “Cidade Baixa”, priorizando trabalhos publicados mais recentemente, como também os que mais tinham citações. Depois, foi feito o adensamento do referencial teórico, em pesquisas nas mesmas ferramentas de busca supracitadas, de acordo com o mesmo critério de priorização, por meio das palavras-chave “Mata Atlântica”, “Parques urbanos”, “Unidades de Conservação”, “Crise Climática”, “Emergência Climática”, “Justiça Climática e Ambiental”, “Racismo Climático” e termos afins sinérgicos ao trabalho - claro que seguindo as direções do meu orientador, que sugeriu diversas bibliografias e pontos de vista a serem analisados.

Após essa etapa inicial, foram elaboradas 9 a 10 perguntas para servir de apoio à realização das entrevistas, em conjunto com o professor Dr. Irineu Tamaio, orientador deste estudo, de forma remota por meio de reuniões via Google Meet e compartilhamento do documento Word com as perguntas por meio de comunicação via e-mail. Às lideranças, haviam 10 perguntas - no intuito de entender melhor a atuação do movimento do qual participam - e, à comunidade, 9.

Inicialmente, os entrevistados respondiam algumas perguntas de identificação, que foram:

- Qual a sua idade?
- Como você se identifica? [] Masculino; [] Feminino; [] Prefiro não dizer
- Onde você mora? (Comunidade/bairro)

Após a identificação do proponente, a entrevista adentrava em perguntas específicas ao tema deste trabalho, como segue:

À comunidade:

- 1) Com qual frequência você vem ao Parque e o que faz aqui?

Às lideranças:

- 2) Qual movimento (social, ambiental, esporte, religião, habitação, agricultura, feminista, etc.) que você representa?
- 3) Como o movimento do qual você representa atua dentro do Parque?

Aos dois grupos:

- 4) O que o Parque significa para você e para sua comunidade?
- 5) As populações periféricas que geralmente possuem maior vulnerabilidade social e racial sofrem mais com os eventos climáticos extremos (como inundações, deslizamentos, secas prolongadas...) e possuem acesso limitado a espaços de lazer. Diante dessa situação, de que forma o Parque pode ser utilizado pela população vizinha que o cerca?
- 6) Na sua opinião, como a comunidade do entorno poderia contribuir para a manutenção e conservação do Parque?
- 7) O Parque é uma esponja natural que absorve os gases que provocam a mudança do clima. O que você acha disso?

- 8) Como você entende a relação entre a importância de manter e conservar o Parque e o enfrentamento das mudanças do clima? (Exemplo: falta/excesso de chuva, aumento/diminuição da temperatura, aumento/diminuição do nível do mar, extinção de animais e etc.)

- 9) O nome do Parque São Bartolomeu vem de um sincretismo religioso entre o santo católico São Bartolomeu e o orixá Oxumaré. Considerando que o Parque está na cidade de Salvador - BA, majoritariamente preta e berço do candomblé no Brasil, como você vê a relação entre o culto aos deuses das religiões afrobrasileiras e a proteção e conservação do Parque?

Em relação aos procedimentos da pesquisa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada como meio de coleta de dados. Esse tipo de entrevista refere-se àquelas que possuem um roteiro previamente elaborado com perguntas principais, as quais são complementadas com outras que se apresentam inerentes às circunstâncias do momento (Manzini, 1990/1991), seja por falta de entendimento do entrevistado sobre o que se foi perguntado, seja por uma resposta prolixa que diverge da pergunta em si. O instrumento de coleta de dados foi um gravador de áudio telefônico: todas as entrevistas tiveram seus áudios gravados. O local de realização da pesquisa foi em campo, no Parque São Bartolomeu (Salvador - BA), em 3 dias diferentes.

A amostra da população dos indivíduos entrevistados foi de 16 pessoas, sendo 10 representantes das lideranças e 6 representantes das comunidades adjacentes. Das 16 pessoas, temos: 3 do sexo feminino, 12 do sexo masculino e 1 preferiu não responder; 3 jovens (até 19 anos), 11 adultos (20 a 59 anos) e 2 idosos (60 anos e mais). Das lideranças, temos: 1 representante quilombola, 1 representante do movimento religioso, 3 representantes do movimento artístico/cultural, 1 representante do movimento negro, 2 representantes do movimento ambiental e 2 representantes do esporte.

A escolha da amostra de indivíduos deu-se da seguinte forma: o Instituto Trilha das Flores realiza trilhas socioeducativas mensalmente no Parque, então, procurei a organização da trilha com cerca de 1 mês de antecedência e solicitei apoio à indicação de lideranças comunitárias que estivessem presentes na trilha. No

dia 25 de setembro de 2022 (Figura 31 e 32), ocorreu a primeira rodada de entrevistas em um dia de trilha: antes do começo da trilha, identifiquei-me à organização do evento que gentilmente prestou apoio - fiz toda a trilha e, no final, fui sendo direcionada pela coordenação do Instituto Trilha das Flores e de um funcionário do Parque (eles revezavam de acordo com a disponibilidade do momento para auxiliar-me) às lideranças presentes no dia, então, eu abordava as pessoas identificando-me (nome e vínculo com a UnB), apresentando meu trabalho e convidando a pessoa a participar deste (não tive nem uma sequer negativa); após a concordância, direcionava a pessoa a um local com menos barulho e entrevistava com base no roteiro, gravando com o gravador de voz do meu celular.

Figura 31 - Realização de uma das entrevistas do dia 25/09/2022



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

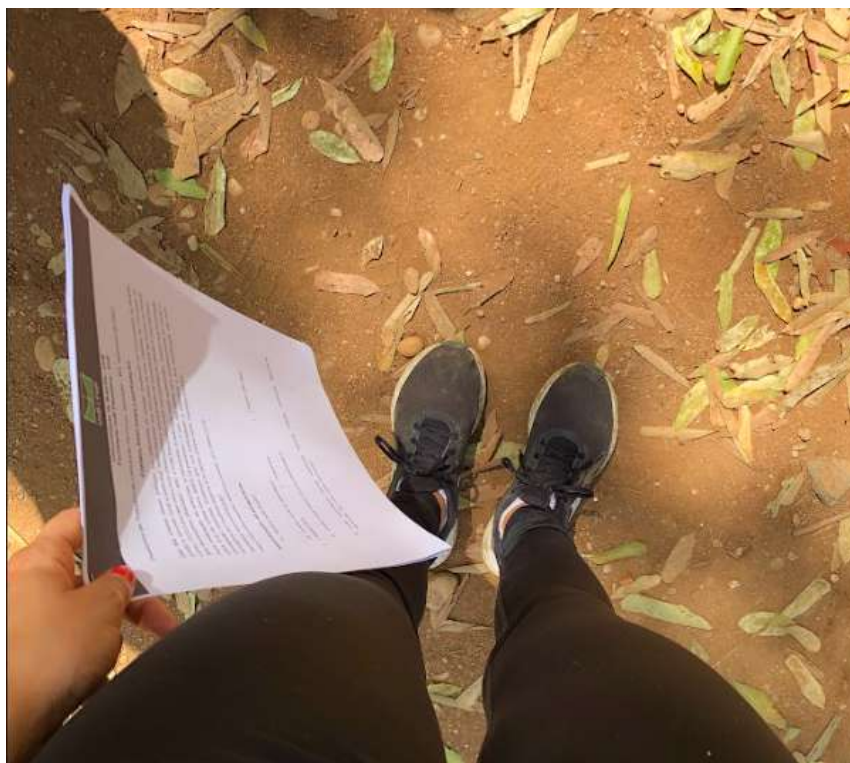
Figura 32 - Recepção pela equipe do Parque



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Ao final da primeira rodada de entrevista, em conversas extraoficiais, diversas lideranças mencionaram que havia uma outra liderança de grande importância que não se encontrava no dia, mas que seria de grande valia entrevistá-la. Cerca de 3 lideranças compartilharam o contato dessa pessoa e, posteriormente, entrei em contato por meio do aplicativo WhatsApp, identificando-me, apresentando este trabalho e fazendo o convite para participar deste. Assim, tendo em vista que essa liderança faz parte do Comitê Gestor da APA Bacia do Cobre, fui convidada por ela a ir em um dia de reunião do Comitê, realizar a entrevista e, depois, participar como convidada da reunião. Assim foi feito: no dia 18 de outubro de 2022 (Figura 33), fui ao Centro de Referência do Parque São Bartolomeu encontrar-me com a referida liderança, realizar a entrevista e assistir à reunião.

Figura 33 - Segurando o roteiro da entrevista no aguardo do entrevistado no dia 18/10/2022



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Por último, faltavam as entrevistas com membros das comunidades adjacentes, então, tive a mesma estratégia da primeira vez: contactei o Instituto Trilha das Flores avisando que iria participar da próxima trilha para, desta vez, entrevistar a comunidade - entretanto, uma semana antes do dia marcado, a trilha foi cancelada devido a episódios de violência dentro do Parque. No entanto, fui do mesmo jeito (afinal, havia saído de Brasília/DF à Salvador/BA com este único intuito), na esperança de encontrar algumas pessoas por ser um domingo: no dia 16 de abril de 2023 (Figura 34), fui ao Parque e encontrei uma quantidade significativa de pessoas, as quais não sabiam do cancelamento da trilha. Mas, devido às questões de violência recentes ao dia em questão, houve uma grande dispersão de pessoas (nem todas foram até o final da trilha e outras nem iniciaram) - resultou que, chegando ao final da trilha, haviam poucas pessoas a serem entrevistadas e, com receio do episódio de violência re-ocorrer (havia alertas das lideranças, da comunidade e dos próprios seguranças do Parque), decidi entrevistar as poucas

peças presentes ao final da trilha e retirar-me do local, sem procurar mais pessoas nas redondezas do Parque, visando minha segurança pessoal.

Figura 33 - Realização de uma das entrevistas do dia 16/04/2023



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

A abordagem às pessoas da comunidade foi a mesma feita com as lideranças: identificava-me, apresentava o trabalho e convidava a pessoa a participar da pesquisa, antes perguntando se a pessoa morava em bairro próximo ao Parque - felizmente, todas sinalizaram que sim e, também, não houve nenhuma negativa à participação na pesquisa. Ressalto que, antes do início de todas as entrevistas, eu lia em voz alta os dizeres do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando, após a leitura, a assinatura deste. Ressalta-se que pessoas que não foram entrevistadas, mas que apareciam em evidência em fotografias expostas ao longo do trabalho, também assinaram o referido Termo.

A organização dos dados se deu por meio da nuvem do Google Drive: foi feita uma pasta destinada às entrevistas e, dentro desta, haviam mais duas pastas - uma às lideranças e outra aos membros comunitários. Na pasta de cada um desses grupos havia uma outra pasta com os áudios de cada entrevistado e outra pasta com as transcrições das entrevistas. A transcrição foi feita manualmente, por meio da escuta e escrita simultânea em documentos no Google Docs individuais a cada

entrevista. A pasta geral das entrevistas foi compartilhada com meu professor orientador, que escutou e leu todas as entrevistas, fazendo comentários nas transcrições, bem como um documento Word geral de análise das entrevistas realizadas, de modo a direcionar-me no melhor caminho à análise destas, destacando as falas mais importantes e com maior relação ao tema desta pesquisa. Unindo as falas transcritas, os comentários e reuniões mensais com meu orientador, meu estudo do referencial teórico, assim como minha vivência nos 3 dias de campo no Parque, deram-me uma base substancial à análise deste estudo, que será exposta no próximo capítulo.

Ressalta-se que, na medida em que realizava a leitura e observava os dados, fui sistematizando os depoimentos por meio de uma divisão em nuvens temáticas, sendo: “O Parque é Vida”, no sentido do Parque enquanto ser participante na vida e cotidiano de suas comunidades, na esfera subjetiva (natureza terapêutica, pertencimento ao local, sacralização do Parque) e na esfera prática (geração de renda, socialização, lazer, prática artística e de esporte). Essa nuvem temática propõe-se em analisar a sensibilização das comunidades e suas lideranças quanto às suas relações com o Parque São Bartolomeu e a presença deste em suas vidas e imaginários. Para essa primeira nuvem, as perguntas de apoio à sua análise foram as quatro primeiras, mencionadas anteriormente.

A nuvem “O Parque é uma esponja” é reservada à análise da sensibilização das comunidades e suas lideranças quanto ao papel do Parque enquanto sumidouro de carbono, como também da sensibilização sobre a Crise Climática e suas consequências. O Parque, nessa nuvem temática, é relativo ao sentido de sua importância perante ao combate à Crise Climática, tanto na esfera da mitigação, quanto na da adaptação. Objetiva-se entender o significado, aos entrevistados, sobre a importância da conservação do Parque e se existe uma relação entre sua conservação e o combate à Crise Climática, simplificado na sexta, sétima e oitava perguntas de apoio constantes no roteiro da entrevista. A terceira nuvem, “O Parque é o pulmão da cidade”, tem como centralidade a sensibilização dos entrevistados a respeito de Justiça Climática e se existe uma sensibilização de um produto desta, o Racismo Ambiental – através uma lente focalizada no clima, proposto como Racismo Climático, considerando que a área de estudo localiza-se na parte

periférica e marginalizada da cidade de Salvador (BA). Sua pergunta de apoio a análise, do roteiro da entrevista supramencionado, foi a quinta.

Por fim, a quarta e última nuvem “O Parque como reduto histórico” propõe o entendimento do significado do Parque enquanto local com grande relevância histórica que, por sua vez, é refletida até o presente. Para tanto, a nona pergunta serviu de base para esta análise, objetivando remeter a um passado conhecido – a ocupação histórica e ancestral de pretos ligados a movimentos de resistência socioterritorial, o Quilombo Urubu sobretudo, que tinha como prática religiosa religiões de matriz africana, presente, inclusive, no sincretismo religioso no nome do Parque – São Bartolomeu sincretizado com Oxumaré. Destaca-se que o título de cada uma dessas nuvens temáticas, assim como o próprio título desta pesquisa, teve como inspiração trechos das entrevistas realizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste quarto capítulo, serão expostas minhas considerações analíticas, expostas adiante, são pautadas nas categorias elaboradas pela própria pesquisa, conforme exposto anteriormente, chamadas aqui como “nuvens temáticas” e separadas em quatro eixos, cujas representatividades conceituais são, respectivamente: relação de pertencimento das comunidades e suas lideranças com o Parque; relação entre o Parque, como instrumento de combate, e a Crise Climática; a relação entre o Parque, como mecanismo de realização, e a Justiça e Racismo Climáticos; e, por fim, a relação da presença das comunidades e o território do Parque, ao longo de gerações e por meio da religiosidade e resistência sócio-política.

3.1. O Parque é vida

Antes de adentrar à análise sobre a sensibilização da comunidade e suas lideranças a respeito de clima e Justiça Climática, vamos explorar inicialmente o que se é pensado e como se dá a relação com o próprio Parque São Bartolomeu, a área de estudo desta pesquisa e território de grande importância natural, histórica, social e religiosa ao povo baiano, sobretudo aos moradores do Subúrbio Ferroviário, na Cidade Baixa.

Como demonstrou Callai (2004), o espaço é o resultado do acontecimento da vida da pessoas que nele vivem, como o inverso também é verídico, portanto, da mesma forma que é importante a sensibilização das interações humano-natureza ao longo do tempo (o que será analisado no último tópico deste capítulo), é importante analisar a sensibilização do relacionamento humano-natureza no presente, como destacado por Braga, Morelli e Lages (2004).

Por fundamento, a História Ambiental é o estudo no qual considera a antropogenia contextualizada em um espaço-tempo e não isolada em um meteorito vagando pelo espaço sideral. Explico melhor: é o estudo “das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo” (Pádua, 2010, p. 101) - é

como, ao longo da história da humanidade, a natureza interferiu nas interações humanas e o ser humano interferiu nas interações naturais. Então, nesse sentido, por mais que o capitalismo tente nos apagar de nós mesmos por meio de uma ruptura da noção de que integramos o meio natural, assim como qualquer outro animal, há uma intimidade enorme entre o ser humano e o espaço no qual vive e, portanto, essa relação - ser humano e natureza - nos é intrínseca.

Uma das perguntas feitas aos entrevistados foi “o que o Parque significa para você e para sua comunidade?”, da qual a intenção era compreender, justamente, essa relação entre o ser e o seu meio. Diante desse questionamento, 25% dos entrevistados falaram explicitamente que o significado do Parque é vida, identificando uma importância sistêmica desse território em suas vidas e de sua comunidade. Os relatos a seguir estabelecem uma relação com a natureza em nível cultural, histórico e ambiental, tratando o Parque como espaço de terapia, subsistência e espaço com sossego ao descanso.

“Vida. O Parque significa vida para mim e para comunidade, não só em questão cultural, mas questão histórica e ambiental. [...] Então, o Parque São Bartolomeu, para mim, **é vida.**” (42 anos, 2022)

“O Parque é vida. É terapia, é empatia, é saúde mental... o Parque é tudo de positivo que a gente tem.” (45 anos, 2022)

“Como eu sou quilombola e a gente realmente vive do mato, **o Parque é tudo, é a nossa vida,** é a nossa subsistência abaixo de Deus. Aqui eu **vou dizer que é vida,** uma das coisas mais importantes para nós [...]” (39 anos, 2022)

“[O Parque significa] vida. Porque se você está estressado, vem pro Parque que você desestressa. Se seu vizinho tá com o som ligado alto, você vem pro Parque para ouvir o barulho da cachoeira e **é vida.**” (46 anos, 2022)

Grupos sociais que residem ao entorno de uma Unidade de Conservação, sobretudo as de Uso Sustentável, que permite uma maior antropização do ambiente, ou seja, maior presença do humano e suas atividades naquele território, ao usar e conviver na UC, desenvolvem um sentimento de pertencimento, associando o espaço à sua dinâmica sociocultural e política (Tamaio e Layrargues, 2014). Essa constatação foi observada nos relatos expostos anteriormente, como nos próximos e, de forma geral, em todo este tópico.

É possível inferir que todos os entrevistados, em diferentes níveis, reconhecem a importância do Parque em suas vidas, seja meramente para lazer e produção de renda extra à justiça climática e sumidouro de carbono. É o Parque o local de recarga de energia diante das dificuldades da vida de uma população majoritariamente preta e periférica. A natureza assume, dentro outros, um papel de incremento de bem-estar e cura, segundo a noção de Natureza Terapêutica (Silva, 2018), como exposto no relato a seguir: “[...] venho [ao Parque] esfriar a mente quando estou de cabeça quente, sento debaixo de uma árvore... às vezes eu até durmo” (21 anos, 2023).

Os elementos naturais (como água, cristais, solo, plantas, fogo e animais) interagem com o corpo humano, positivamente, alterando estados mentais e sensações físicas de bem-estar (Praag *et al*, 2017). Esse papel terapêutico da natureza, com um recorte no Parque São Bartolomeu, foi identificado nos relatos dos participantes desta pesquisa, citando o som da cachoeira e a presença de árvores e vegetação como elementos de sentimentos, a exemplo: “[Estar no Parque] é muito bom, é muito legal. Significa muito para mim... [por]que tem área verde, só escutar a zuada da cachoeira é maravilhoso. Minha família adora muito” (36 anos, 2022).

A pesquisa identificou, dentro do guarda-chuva “vida”, o papel de produção de renda do Parque São Bartolomeu. Conforme exposto por Gurgel *et al* (2009): as Unidades de Conservação de Uso Sustentável possuem uma legislação que incentiva e prevê atividades econômicas no território, destacando a geração de emprego e renda. O papel de geração de renda do Parque foi observado em algumas falas colhidas dos depoimentos desta entrevista, relativos à comercialização de produtos para o consumo alimentício dentro do PSB e à uma lógica extrativista de frutos, conforme exposto a seguir.

“[...] para a comunidade, é interessante porque tem a parte do fomento à economia - a comunidade aproveita, a gente vê a mãe vem vender produtos (água, refrigerante, doce, salgado) - e cria também esse laço.” (35 anos, 2022)

“[...] aqui tem várias frutas, você pode vir aqui e coletar as frutas - muita gente faz isso e vende! Então o Parque já está lhe dando algo positivo, está lhe dando uma fonte de renda.” (31 anos, 2022)

“[...] eles [a comunidade] já têm mapeado os tipos de jaca, quando a jaca está boa e aí eles vendem a jaca, isso é sustentabilidade. Assim como o pé

de cajá, [...] eles mapearam quando é o período de cajá e aí eles pegam baldes e mais baldes para vender. [...] Esse extrativismo acontece de uma forma bem organizada pela própria comunidade, eles sabem o que vai usufruir e quando vai usufruir, então muita gente desempregada vem utilizando isso como sustentabilidade, ou até mesmo para manter a sua família alimentada. Por isso que eu digo: o Parque é vida [...]” (61 anos, 2022)

O Parque é, também, uma esfera de conexão espiritual e com a ancestralidade, pois, é sabido que as religiões de matriz africana possuem, como essência, o culto a elementos na natureza, a tradição oral e o resgate da ancestralidade, bem como íntima relação com o reino vegetal (Alves, 2019). A relação de sacralização do Parque aprofunda os laços do povo de santo com este, alimentando o sentimento de pertencimento com o território que, por sua vez, pode refletir em um maior cuidado ambiental, principalmente se for reforçado com ações pedagógicas voltada às questões climáticas (Tamaio e Sato, 2021). Para tanto, alguns relatos dos entrevistados deixaram essa relação de sacralização da natureza em evidência:

“[...] isso aqui é uma área sagrada, uma área onde a gente pode vir e ficar em contato com a natureza e com a espiritualidade e se sentir acolhidos pelos Orixás, protegidos por eles. O meu terreiro depende de tudo aqui dentro desse Parque.” (61 anos, 2022)

“Acho muito interessante que aqui é um lugar que tem uma espiritualidade muito grande e é tradição. É um lugar onde a galera religiosa se sente bem e à vontade para fazer seus cultos.” (27 anos, 2022)

Outra função social do Parque é oferecer um espaço à expressão artístico-cultural (Figura 35). Segundo Piteira (2020), a natureza como um todo - e seus elementos individuais e/ou agrupados - é um componente essencial para potencializar a imaginação do ser humano – então, a pesquisa infere que, não somente um simples abrigo à realização de atividades artística, o Parque São Bartolomeu também pode ser fonte inspiradora da arte que nele reside. Para melhor demonstrar a presença dos movimentos artísticos e culturais no PSB, seguem alguns depoimentos coletados nas entrevistas desta pesquisa:

“[...] o grupo cultural Face Oculta, que é um grupo de teatro que atua no Parque São Bartolomeu e desenvolve o Sarau Artístico do Parque lá no Centro de Referência e, além de desenvolver o Sarau Artístico do Parque -

que é uma rede de grupos culturais e artísticos, também dá aula gratuita à comunidade de teatro infantil para as crianças.” (42 anos, 2022)

“[...] o grupo que eu pertença hoje aqui no Parque é o Break Ice Crew - a gente pratica a dança de rua, o break.” (31 anos, 2022)

Figura 35 - Ensaio do grupo Break Ice Crew



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

O PSB é, também, um dos únicos locais de contato próximo à natureza, tendo em vista a realidade antropizada de toda cidade de Salvador (BA). Como Henrique (2009) pontua: áreas verdes na cidade aumentam a qualidade de vida, pois é uma forma de “renovar as energias” de um estilo de vida estressante e ligeiro em centros urbanos, principalmente tratando-se da maior cidade da região Nordeste (IBGE, 2022). A pesquisa deduz que o Parque São Bartolomeu, enquanto Parque urbano

com remanescentes de Mata Atlântica, dentro desta ótica da natureza representar qualidade de vida nos centros urbanos, é essencial ao bem-estar de suas comunidades adjacentes, considerando que estas são situadas em regiões periféricas e historicamente marginalizadas (Henrique, 2009). Para exemplificar, seguem alguns relatos coletados:

“[...] E não só por isso [lazer], mas também pela questão ambiental, a gente precisa preservar isso aqui. Então, a comunidade hoje entende que, sem o Parque, é como se não tivesse nenhum tipo de lazer aqui.” (31 anos, 2022)

“É um Parque, onde você pode visualizar, [com um] sistema de cachoeiras, um sistema florestal, uma Mata Atlântica remanescente, alguns pontos você vê a relação da natureza.” (35 anos, 2022)

Por outro lado, assim como outras Unidades de Conservação, o Parque São Bartolomeu oferece a garantia de segurança alimentar, sobretudo na pandemia, como podemos observar em depoimento de um entrevistado desta pesquisa, exposto a seguir, do Parque como uma fonte sustentável de alimento:

“Na pandemia, quando milhares de pessoas ficaram desempregadas e a gente teve aquele problema de fome [...], aqui em Pirajá as pessoas não passaram fome porque se tinha um Parque com rio, com peixe, a galera vinha pescar todos os dias - eu via, podia entrar no Parque na área florestal e catar fruta - muitas pessoas viveram aqui, na pandemia, catando e vendendo fruta.” (35 anos, 2022)

A conservação da natureza, principalmente por meio da agricultura sustentável e de métodos extrativistas – ambos em consonância aos ciclos naturais, pode garantir a segurança alimentar das famílias que nela cultivam, sobretudo famílias extrativistas (Figueredo *et al*, 2017), que é o método do qual constata-se que é usado dentro do Parque. Denardin (2015), menciona que as atividades de ecodesenvolvimento em Unidades de Conservação, ou seja, as atividades nas quais consideram o estilo de desenvolvimento do qual insiste nas soluções levando em conta os aspectos ecológicos da região, são benéficas à segurança alimentar e geração de renda.

O Parque é vivido como, também, um lugar para prática de esportes e exercício físico, como demonstrado na Figura 36 e no relato a seguir: “[...] temos

rapel, temos tirolesa, temos diversas atividades esportivas aqui [no Parque] [...]” (46 anos, 2022) e “[...] [de] 10 anos para cá, tem acontecido muita coisa positiva aqui: arco e flecha, tirolesa, rapel, trilha aquática, trilhas ecológicas” (43 anos, 2022).

Figura 36 - Prática de trilha, arco e flecha e rapel/tirolesa



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

Figueiredo, Nóbrega e Tavares (2013) pontuam que a relação entre áreas naturais, sobretudo áreas verdes urbanas, e a prática de esportes é recorrente ao longo da história humana, entretanto, a partir da modernidade, essa prática foi sendo intensificada. Como um meio para fuga à vida agitada e intensa nas cidades e grandes metrópoles como Salvador (BA), o PSB serve como esfera de distanciamento da loucura urbana, sendo o esporte um dos veículos para tal (Figueiredo, Nóbrega e Tavares, 2013).

De aconchego - um lugar afetivo, como foi possível observar nos relatos expostos a seguir: os entrevistados identificam o Parque como uma segunda casa, um lar, um lugar seguro e confortável. Aqui podemos interpretar que existe uma relação de afetividade, portanto, sensibilidade com o mundo natural e esta sensibilidade pode medir o estabelecimento de uma relação entre o morador ao entorno do Parque e o próprio Parque, pois, segundo Stroh (1994), o afeto com a natureza pode definir a relação do humano em escolher um lugar para chamar de seu.

“[...] aqui a gente tem como [uma] segunda casa. É o espaço onde abriu portas da gente sair de treinar na rua e ter um espaço, uma segurança, um suporte que eles dão à gente. É isso, [o Parque] é uma segunda casa.” (27 anos, 2022)

“Significa muito para mim pelo sossego, até porque me favorece muito, eu uso muito, tem água, tem lazer, tem tranquilidade” (21 anos, 2023)

Há uma íntima sensação de pertencimento ao local, conforme segue relato: “para mim, é um laço muito mais afetivo, de afetividade com o Parque. [...] E aí a gente entra nesse laço de afetividade, de criar esse pertencimento” (36 anos, 2022). Nesse sentido, de modo a fortalecer o sentimento de pertencimento ao Parque, a Educação Ambiental (EA) apresenta-se como um possível instrumento: conforme pontuado por Tamaio e Layrargues (2014), a EA trabalha a cidadania e desenvolve a noção de pertencimento ao local.

Ao manifestarem, em seus depoimentos, uma compreensão de que o Parque é um local de aprendizado e já atuarem como agentes multiplicadores, como exposto no relato a seguir “[...] procuro fazer um trabalho educativo com as pessoas que adentram e que estão em torno do Parque” (46 anos, 2022), bem como entendendo que a UC é um sumidouro natural de CO₂ (Guimarães *et al*, 2022), conforme cita Tamaio e Barros (2021), é possível interpretarmos que a necessária compreensão quanto ao colapso climático para o reconhecimento das vulnerabilidades e conflitos socioambientais (Tamaio, 2013), pode ter como ponto de partida o próprio Parque São Bartolomeu, principalmente por estar inserido em um contexto no qual, com o agravamento da Emergência Climática, suas comunidades

sofrerão mais, por serem marginalizadas (Milanez e Fonseca, 2011). Seguem alguns depoimentos do tipo:

“Eu aprendo com um pássaro, muitas vezes eu joga um saquinho no chão - você sabia que tem pássaro que constrói ninho com pedaço de saco? A gente suja e o pássaro pega. Eu aprendo com a natureza do Parque. Eu amo a natureza.” (45 anos, 2022)

“Esse Parque é uma escola ambiental ao ar livre, então, da diversidade de plantas que temos aqui, tanto plantas decorativas quanto frutas, seria de grande valia que fosse feita alguma coisa aqui para que as pessoas aproveitassem isso e até conhecessem isso [a biodiversidade].” (61 anos, 2022)

O último papel do PSB identificado por esta pesquisa foi o de lazer e socialização, como trazido no relato a seguir: “muita gente vem aqui aos fins de semana, traz seus filhos, traz a família, se reúne. É um lugar realmente de você reunir pessoas importantes pra você [...]” (31 anos, 2022). Considerando que são comunidades periféricas com acesso limitado a espaços de lazer (Herculano, 2008), esse papel exercido pelo Parque é muito importante à vida dessas pessoas.

Assim, dá para entender o porquê caracterizam o Parque como “vida”: para além de seu valor enquanto um dos maiores remanescentes urbanos de Mata Atlântica - que traz toda a discussão já levantada anteriormente sobre serviços ecossistêmicos, corredores ecológicos, endemismo e afins -, o Parque São Bartolomeu é o meio pelo qual a vida de suas comunidades adjacentes acontece, como podemos notar nas falas expostas ao longo desta nuvem temática,

Considerando que são comunidades as quais integram os bairros com maiores taxas de analfabetismo do município e que, conseqüentemente, possuem menores oportunidades profissionais, pode-se inferir que, em sua maioria, encontram-se em situações precárias de emprego e, somado à conjuntura de racismo estrutural (Herculano, 2008), são comunidades em situação de vulnerabilidade que utilizam do Parque como um refúgio em diferentes esferas: social, econômica, cultural, religiosa e, mesmo que não saibam tão claramente, climática (Milanez e Fonseca, 2011).

É inegável a importância e o papel socioambiental que o Parque possui às suas comunidades do entorno, conforme explicitado, entretanto, justamente pela vulnerabilização dessa parcela da população soteropolitana, há uma baixa sensibilização quanto à relevância ambiental em suas vidas, em termos de amenizar a vigente crise climática e suas consequências - como será possível observar no próximo tópico.

Portanto, pode-se deduzir que o papel do Parque na vida dessas pessoas facilita o trabalho da Educação Ambiental crítica voltada à sensibilização sobre a Crise e Justiça Climáticas (Tamaio e Sato, 2021). Por ser um território intrínseco ao bem-estar comunitário e já ser reconhecido como tal, aparentemente não haverá barreiras quanto a identificação da necessidade de sua conservação, mas será necessário um adensamento no compartilhamento dos saberes e informações sobre os temas mencionados, contando com fomento e apoio por parte do poder público.

3.2. O Parque é uma esponja

A mudança do clima e seu funcionamento ecossistêmico, juntamente aos seus decorrentes conceitos técnico-científicos são complexos e de difíceis sensibilização e compreensão (Gaudiano e Cartea, 2009), principalmente àqueles que não são estudiosos do meio ambiente - inclusive por parte de professores/acadêmicos (Tamaio e Sato, 2021).

Então, não é surpresa a constatação de que a sociedade como um todo possui dificuldade em entender a gravidade do assunto, afinal, é difícil entender sobre o próprio assunto. Na minha visão, pelo fato da Crise Climática ser tão entrelaçada aos meios de produção e consumo, relações de classe, dessacralização da natureza em prol do Capital (Engels, 2000; Rammê, 2012) e o afastamento do ser humano com sua própria essência, falar à sociedade sobre o meio ambiente de forma sistêmica torna-se um desafio: para um profundo entendimento sobre as mazelas das quais atingem a natureza (e, conseqüentemente, nós), é preciso levantar discussões intragáveis ao *status quo*.

Portanto, usando do gancho deixado ao final do último tópico, é compreensível que comunidades em situação de extrema vulnerabilidade socioambiental não saibam os riscos que correm perante a vigente Crise Climática, muito menos do que se trata essa tal Crise (Tamaio e Barros, 2021; Milanez e Fonseca, 2011). Com a comunidade - e até mesmo as lideranças - do Parque São Bartolomeu não seria diferente, apesar de encontrarmos algumas exceções.

No geral, a sensibilização da comunidade do entorno sobre mudança do clima foi atrelada à mudança temporal (dias chuvosos, dias ensolarados, dias frios e dias quentes) ou que a sensação térmica dentro do Parque é mais agradável que em suas comunidades - com exceção de um entrevistado que alegou ser mais quente no Parque que em sua comunidade: “dentro do Parque é mais quente que na comunidade” (16 anos, 2023). Algumas pessoas não entenderam o conceito e, por mais que fosse explicado para direcionar a resposta dentro da temática da pesquisa, pode-se interpretar que a situação de vulnerabilidade social deixou-os intimidados pela falta de entendimento e preferiram não responder, como exposto a seguir:

“Eu não consigo entender nada [sobre mudança do clima]. Eu percebo o clima dentro do Parque mais fresco do que em casa, aqui bate um ventinho gostosinho.” (17 anos, 2023)

“O clima dentro do Parque é mais fresco que na minha casa.” (38 anos, 2023)

“Eu acho aqui no Parque mais fresco do que na minha comunidade. Aqui é mais úmido pelo fato da cachoeira, da mata, óbvio... e aqui bate mais vento do que lá - lá é casa e aqui é mato, aqui tem sombra natural, tem ar natural. Aqui é bem melhor.” (21 anos, 2023)

“Até que a temperatura aqui no verão eu acho normal, no inverno também... normal. Eu não vejo nada assim, no verão aqui não tem seca, as árvores não secam e não desmatam... aqui, graças a Deus, o clima [é bom]. Até que essa junção é normal aqui, de chuva e sol, é normal a temperatura.” (45 anos, 2022)

A respeito da sensibilização da comunidade e algumas lideranças quanto ao papel do Parque como um sumidouro de carbono, foi obtido um resultado semelhante ao anterior. Alguns entrevistados não quiseram responder e, outros, responderam superficialmente. Ao analisarmos o conteúdo das respostas, podemos observar que o conceito “mudança climática” ainda é um tema distante e complexo

ao cotidiano da população, conforme mostra Tamaio e Barro (2021) ao descrever que o fenômeno é desconhecido e que “juntamente com a sensação de algo que se mantém distante do dia a dia das pessoas, talvez seja o motivo do pouco envolvimento da sociedade com a questão do Clima”. Dessa forma, podemos reafirmar a importância de ações pedagógicas para debater, de forma comunitária, o conceito.

A seguir encontram-se algumas respostas, na íntegra, à pergunta “o Parque é uma esponja natural que absorve os gases que provocam a mudança do clima. O que você acha disso?”, de modo a fundamentar a análise previamente feita: “acho legal, tranquilo” (17 anos, 2023); “é bom” (19 anos, 2023); “acho que é ruim a mudança do clima. Eu acho bom [o Parque]” (16 anos, 2023); “[...] É uma coisa que eu não tenho nem como esclarecer, nem tenho como falar, é obra de Deus mesmo” (21 anos, 2023); “acho que não muda muito” (36 anos, 2022).

Em contrapartida, a maioria esmagadora das lideranças tiveram falas que indicam uma sensibilização, em diferentes níveis, a respeito da Crise Climática e do papel do Parque São Bartolomeu enquanto sumidouro de carbono ou, como chamamos nas perguntas, enquanto “esponjas naturais” - mesmo que algumas lideranças não façam uma ligação entre ambos os temas de forma tão clara, existe uma correlação constatada em suas falas: “[...] pela preservação ambiental existente e sua biodiversidade, faz com que favoreçam o clima e diminuição da poluição causada pelos veículos e queimadas” (42 anos, 2022).

Uma possível constatação da pesquisa é que, por tratar-se de pessoas que já ocupam um espaço de liderança de um Parque reconhecidamente importante ao bem-estar das comunidades adjacentes e por ter frequentes embates à proteção e preservação deste, são pessoas que ou já ocuparam essa posição justamente por sua visão sistêmica do PSB e entorno (e, conseqüentemente, do meio ambiente de forma geral) e/ou foram reforçando essa visão, conhecimento e saberes ao longo da atuação enquanto líderes comunitários.

A exemplo dessa maior sensibilização das lideranças em comparação aos entrevistados da comunidade, seguem algumas respostas da mesma pergunta

exemplificada anteriormente - “O Parque é uma esponja natural que absorve os gases que provocam a mudança do clima. O que você acha disso?”.

“[...] imagine você perder uma flora completa, todo um habitat natural dos animais e eu acredito que é realmente a manutenção [da vida]. É você pensar o quanto isso vai ser valioso não só pra mim agora, mas para os meus filhos, pros meus netos... [...] Então tudo isso, é uma série de coisas que é necessário ter para que a vida continue acontecendo.” (31 anos, 2022)

Essa narrativa acima demonstra o senso de pertencimento e de sensibilidade, o que fica mais fácil para o salto ao senso de urgência do colapso climático. Tendo em vista que o sentimento de pertencimento ao local é muito importante ao cuidado com ele, pois parte de um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar” (Tuan, 2015).

Nos depoimentos a seguir, observa-se o estabelecimento de uma relação entre clima e UC, como também uma compreensão científica do conceito de “sumidouro natural”, tema central desta pesquisa. Aqui, a pesquisa identifica uma possível oportunidade à EA com ênfase na Emergência Climática: a partir da sensibilização quanto a relação existente entre o remanescente urbano de Mata Atlântica presente historicamente na vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA), o Parque São Bartolomeu, e o combate ao colapso climático, sobretudo com as lentes de que os mais vulneráveis socioambientalmente sofrerão mais com suas consequências (Milanez e Fonseca, 2011), a EA é um possível instrumento de sensibilização comunitária sobre a questão, inclusive na formação de educadores, e porquê não: lideranças comunitárias, sobre a relação entre a crise climática, área protegida e justiça climática. (Tamaio e Sato, 2021).

“A gente, hoje, sabe aqui que o Parque é um “pulmão verde”, ele consegue dá um equilíbrio - até um certo ponto - do nosso clima. [...] Porque aqui é uma floresta ombrófila e temos tudo o que é necessário para viver aqui: além da alimentação, tem os nossos peixes, nosso ar, nossa água... podemos nos refrescar! Nossa vida! E a importância de toda área verde de nosso Brasil, de Salvador, deve ser preservada” (39 anos, 2022)

“Eu acho que, na verdade, deveriam ser sempre preservadas essas áreas [de Unidade de Conservação]. Porque elas fazem parte [do combate à] mudança do clima da região e o Parque tem uma grande área verde e, nessa área aqui, geralmente proporciona mais chuva, concentra mais nuvens... então o Parque muda um pouquinho a biodiversidade da área.” (43 anos, 2022)

“Hoje o nosso grande debate dentro disso: **o Parque é uma esponja** e essa esponja vai diminuir. A gente vai perder uma grande fatia porque o Governo da Bahia tá fazendo a ampliação da Estrada do DERBA, que é uma estrada que já foi construída - década atrás - cortando um trecho do Parque, mas ficou preservada a área florestal e, agora, com o novo projeto de duplicação [...] causando o aterramento e tamponamento de lagos e lagoas, que vai afetar o Rio do Cobre que alimenta o sistema de cachoeiras do Parque.” (35 anos, 2022)

Ainda sobre as lideranças e sensibilizações sobre Crise Climática, é importante evidenciar suas respostas que demonstram grande grau de compreensão a respeito da Crise Climática e como o Parque pode ser um ator transformador perante esse cenário. A seguir, encontram-se algumas respostas referente a pergunta “Como você entende a relação entre a importância de manter e conservar o Parque e o enfrentamento das mudanças do clima?” - ressaltamos que não foram evidenciadas as respostas desta pergunta pela comunidade, pois muitos não responderam ou, quando responderam, não tinha muita relação à temática da pergunta.

“[Precisamos continuar a] procurar ferramentas para poder que, com a mudança climática que está acontecendo, a gente vá se adaptando [...]. O papel do Parque nessa luta é procurar conscientizar o povo, referente à lixo, a importância de termos árvores - manter essas árvores de pé: importante não desmatarmos e mostrar que o clima aqui é totalmente diferente do clima a 100 metros daqui... procuramos passar isso para comunidade e mostrar a importância. Que no quintal da gente, se a gente tiver com o quintal “limpo” (sem mato, sem árvore, sem nada), é mais fácil de haver um deslizamento; mas quando você tem árvore, uma certa vegetação no seu quintal, evita os deslizamentos.” (46 anos, 2022)

Contata-se que, no relato acima, existe a noção do risco de deslizamento, tão comum nos eventos extremos de chuva, junto aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, caracterizando-se como um exemplo prático e real de injustiça ambiental (Milanez e Fonseca, 2011) no PSB. Já os depoimentos a seguir apresentam conceitos importantes quanto a complexa relação Crise Climática e Unidade de Conservação (CC - UC): combustível fóssil e, como em quase todos, o conceito de preservar e não o de conservar que, conforme exposto anteriormente, são similares, mas diferentes: enquanto conservar remete uma ideia de uso sustentável da natureza, preservar remete à intocabilidade da natureza (Pádua, 2006) que não é a visão observada pela pesquisa.

“Eu acho que conservar, porque o que tá mantendo aqui em equilíbrio é a mata que a gente tem aqui e se a gente não cuidar, vira bagunça. Existe relação entre a mata conservada e o clima bom.” (27 anos, 2022)

“[...] eu acho que é necessário preservar. Quem preserva está fazendo [com] que a mudança do clima venha a [amenizar]. Imagine cada árvore [do PSB] cortada... a gente já tem isso aí na nossa Amazônia, se não tivessem tantas árvores cortadas, tantos resíduos sólidos nas águas, tanta combustão, tanto petróleo queimando e matando várias pessoas [...], a gente teria uma vida melhor. A preservação é tudo, o cuidado é tudo, quem cuida tem mais vida - se não cuidar, a pessoa mesmo se sufoca, ele mesmo se suicida. Tem que cuidar [...]” (39 anos, 2022)

Os próximos relatos identificam a gestão participativa do Parque, feita com a inclusão e protagonismo da comunidade, como uma ferramenta importante à valorização do Parque e seu papel intrínseco de combate à mudança do clima e seus efeitos sócio-políticos e ambientais. Dois elementos fundamentais à luta contra o colapso climático, que poderão ganhar voz por meio da gestão participativa: a sacralização da natureza e o papel ambiental da UC diante do desafio climático.

“É o diálogo com a comunidade. Porque a partir disso a gente consegue criar estratégias para a gente mitigar mesmo os problemas ambientais e climáticos. Quando a gente conversa com a comunidade, ela entende que não é legal jogar lixo dentro da área verde, que não é legal jogar bituca de cigarro dentro do Parque porque pode causar um incêndio florestal. [...] A gente vai criando essa relação com a comunidade de pertencimento mesmo.” (35 anos, 2022)

“Esses Orixás vivem o tempo todo defendendo a sua área sagrada para evitar essas mudanças climáticas, mas às vezes eles nem conseguem [...]. Ele [o Parque] sempre teve [um papel ambiental para enfrentar a mudança do clima]. O Parque sempre teve esse papel ambiental, mas infelizmente, de uns anos para cá, a função social do Estado tem contribuído bastante para a destruição do Parque e aí fica até difícil para os espíritos assumir o seu papel das mudanças climáticas.” (61 anos, 2022)

Segundo Guimarães *et al* (2022), as áreas protegidas, no Brasil consolidadas como Unidades de Conservação, são consideradas como uma estratégia de redução de emissões, como também de estoque de carbono Silva *et al* (2018). Já a sacralização da natureza fortalece a relação do ser com seu meio, neste caso o povo de axé com o Parque, por tratar-se de local sagrado - visto que o contrário também aplica-se: segundo Ghilardi e Chaddad (2010), no surgimento de religiões tipicamente antropocêntricas, “a natureza passou a ser dessacralizada

completamente pelo ser humano” que, por sua vez, passou a ter uma relação utilitarista com o meio natural.

O próximo depoimento aponta um indicador da destruição da biodiversidade, efeito previsto com a intensificação do colapso climático (IPCC, 2021), mostrando uma nova oportunidade às ações pedagógicas de cunho ambiental: utilizar da percepção comunitária na mudança da natureza do Parque, observada em seu cotidiano, para exemplificar de forma imersiva as consequências da Crise Climática, em ações educativas com uma ênfase climática - apontada como instrumento importante no combate à luta contra a mudança do clima (Tamaio e Sato, 2021).

“Sobre extinção de animais, tem. Por exemplo, não sei se você conhece aquele pássaro, o Tiê Sangue, mais conhecido como Sangue de Boi, aqui tinha milhares desse pássaro - aquele pássaro vermelho e preto. Hoje em dia, você um uma vez no ano aqui dentro do Parque - já no meu bairro, onde eu via antes também, não vejo mais. Acaba que o resto que sobrou dos pássaros vêm se refugiar aqui no Parque, então acho importante a sua preservação.” (45 anos, 2022)

Por outro lado, temos um relato do qual merece atenção dos gestores e educadores ambientais que vierem a trabalhar com educação frente ao colapso climático: “nós, enquanto seres humanos, temos que nos adaptar à questão climática, esse é o x da questão - temos que nos adaptar [...]” (42 anos, 2022). É uma leitura de resignação, de que o colapso que se avizinha é algo tácito, já dado e que não cabe a gente lutar. Entretanto, é posto que a adaptação não resolve o problema do clima, pois nem todos os grupos sociais dispõem de condições para tal (Milanez e Fonseca, 2011). Portanto, apesar de que, sim, é necessário adaptarmo-nos, é imperativo a mitigação e neutralização dos efeitos climáticos como foco prioritário, tendo em vista que as consequências climáticas não chegam de forma igualitária a todos.

Ressalta-se que, à percepção dos eventos climáticos extremos, conforme será possível observar adiante em algumas falas de lideranças, a maior ocorrência destes nas comunidades do entorno do Parque referem-se a deslizamentos de terra e alagamentos, como também existe uma visão sistêmica desses líderes na qual é concebida a ligação entre a conservação do Parque a diminuição da frequência de tais eventos climáticos. Para demonstrar esse cenário, a seguir encontram-se alguns

relatos a respeito da ocorrência de eventos climáticos extremos e a falta de ferramentas à adaptação climática, demonstrando a questão da Justiça Climática - conforme destaca Milanez e Fonseca (2011) - por meio de depoimentos de alagamentos e deslizamentos nas comunidades ao entorno, bem como a noção de valorização da cobertura vegetal para mitigar tais efeitos:

“[...] Deus criou as árvores justamente para que, quando a chuva [cair], as árvores seguram seu impacto para não deteriorar a terra, mas, devido ao desmatamento, não tem árvore para segurar o impacto e, quando a chuva cai, você vê casa desabando, é buraco aqui e buraco acolá, porque não existe mais o amparo da chuva que são as árvores.” (61 anos, 2022)

“[...] A minha família sempre foi daqui e eu já me mudei várias vezes por questões de alagamento, então isso é complicado - desde sempre isso acontece [...] Eu acredito que existe uma relação entre a conservação do Parque e a diminuição desses eventos porque, desde a revitalização do Parque, isso diminuiu. Por exemplo, a gente tem uma comunidade aqui à frente que, constantemente, havia alagamentos e depois da revitalização isso diminuiu, a gente não tem mais tanta frequência de alagamentos como tinha antes. E o melhor de tudo é que hoje a gente tem acesso ao Parque: antigamente [a comunidade] não conseguia ter acesso porque alagava tudo [...]” (31 anos, 2022)

“Aqui de vez em quando tem uns deslizamentos, porque como aqui é uma área sem mata, tem muito barranco, de vez em quando ocorre um deslizamento [...] pela BA [estrada] daqui acontece muito.” (45 anos, 2022)

Finalmente, é possível inferir que a relação entre o PSB e a Crise Climática é concebida de diferentes níveis, dependendo do grupo estudado. Por parte da comunidade, a pesquisa mostra que, tomando como referência os resultados dos depoimentos, a sensibilidade do risco emergente da Crise Climática é quase inexistente, apesar de reconhecerem uma importância ambiental do Parque - mas, conforme explicitado anteriormente, mudança do clima realmente é uma temática complexa e de difícil absorção (Tamaio e Sato, 2021), principalmente tratando-se de comunidades inseridas em bairros com um dos maiores índices de analfabetismo de Salvador (Conder, 2013).

Não que isso implique em falta de inteligência, mas implica em uma falta de acesso ao conhecimento científico sobre o fenômeno, que é a esfera na qual, infelizmente, a Crise Climática atua em termos de discussão, principalmente. Reforçando o que diz Tamaio e Barros (2021), ao relatar que o conceito de “mudança do clima” é cientificista demais à população que, por não propor ou

estabelecer vínculo emotivo com as pessoas, estas possuem dificuldade de internalizarem seu significado e sua alarmante realidade.

Por outro lado, o grupo das lideranças possui, em diferentes níveis, uma concepção clara dessa relação entre o papel do Parque enquanto importante instrumento à Crise Climática - claro que não necessariamente nessa clareza de articulação, mas existe esse relacionamento traçado, a partir de suas falas. Importante ressaltar que existem lideranças com maior conhecimento sobre Crise Climática e Justiça Climática, atuando dentro do Parque com esses temas, o que é de grande importância ao compartilhamento do conhecimento com as comunidades.

A pesquisa propõe que a diferença de patamares de conhecimento entre os dois grupos, lideranças e membros das comunidades, ocorre porque supõe-se que as lideranças, quando eram somente moradores/membros das comunidades, tiveram acesso a informações relativas à socioambientalidade aplicadas ao local e/ou a uma educação (formal ou informal) crítica/questionadora, junto a uma pré-disposição à lideranças, tornaram-se líderes comunitários por meio desse acesso ao conhecimento que só fortificou e aprofundou-se com a prática de liderança.

É importante destacar que, apesar da temática da pesquisa ser sobre a importância das Unidades de Conservação na luta contra Crise Climática, este é um dos elementos ao combate, mas não o principal. O principal elemento quanto ao combate à CC é a transformação do que temos hoje à uma sociedade de baixo carbono, principalmente no tangente à energia, tendo em vista que nosso modelo societário e industrial é centrado nos combustíveis fósseis que, junto às queimadas e ao desmatamento, são os maiores emissores de GEE (Copertino *et al*, 2019 e Walter, 2021). Contudo, o processo da construção de uma sociedade de baixo carbono também se dá garantindo mais áreas protegidas, pois estas são a materialização do equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, climático.

3.2.1. O edifício da vida

Retornando a um conceito previamente explorado no terceiro capítulo do Referencial Teórico, trago aqui uma analogia, após reflexão sobre os limites planetários no âmbito da Crise Ambiental, para provocar contemplação e análise de quem lê este estudo, bem como para melhor exemplificar a nossa alarmante conjuntura socioambiental, já que se trata de assunto com um grau considerável de complexidade.

Vamos supor que, para que um edifício mantenha-se habitável aos moradores, existem alguns requisitos que precisam ser atendidos - sendo a integridade da estrutura do prédio (física/estrutural, elétrica e hidráulica) e a coleta dos resíduos sólidos os principais requisitos. Considerando que esse edifício é único e não há no mercado materiais suficientemente adequados a substituição de alguma peça, assim como o lixeiro que recolhe os resíduos também realiza um serviço especialmente adaptado às características do edifício, sendo quase impossível a sua substituição (sendo necessário décadas e décadas de treinamento de um novo profissional para exercer a atividade da mesma forma), é necessário que os cuidados ao atendimento desses requisitos sejam reforçados.

Em um determinado momento, os moradores dos últimos andares tornam-se incomodados com a convivência com os moradores dos andares inferiores e, diante desta ira, ao longo dos meses, envenenam aos poucos o lixeiro até a sua morte e, também, destroem de diferentes formas a estrutura básica do prédio - fios, encanamento e pilares de concreto. Primeiro, o prédio é infestado por animais vetores de doenças e todos moradores são infectados; depois, o prédio sofre uma demolição espontânea, matando a todos indiscriminadamente de qual andar a pessoa mora - apesar das mortes iniciarem nos andares abaixo. Com a falta repetida de cuidado aos requisitos básicos para habitação no edifício, este tornou-se inóspito ao ponto fatal. Era possível reverter a situação realizando reparos aos danos causados à estrutura e oferecendo atendimento médico ao lixeiro. Mesmo que o prédio não retornasse à mesma configuração de antes, necessitando que todos os moradores vivessem mais cautelosamente e tomassem decisões mais precavidas, todos manteriam-se vivos diante de uma realidade adaptada.

O edifício simboliza o planeta, os requisitos simbolizam os limites planetários e os moradores simbolizam a raça humana: existem limites planetários que já foram ultrapassados (Rockström *et al*, 2009; Steffen *et al*, 2015), portanto, precisam-se de ações concretas de adaptação climática em todo o planeta, especialmente nas regiões mais pobres e vulneráveis. Por outro lado, é necessário a mitigação de determinadas atividades humanas para que não sejam atingidos os níveis mais profundos dos limites já ultrapassados e, da mesma forma, para que outros limites não sejam cruzados. O final da história é a minha previsão mais pessimista: primeiro perderemos nossa insubstituível biodiversidade, resultado de milhões de anos de evolução; depois, o planeta Terra torna-se um local tão insalubre ao ponto das pessoas literalmente morrerem por esta razão, sendo os primeiros afetados aqueles marginalizados social e racialmente, para, então, afetar os mais abastados.

A ira dos moradores de cima aos moradores de baixo também é simbólica e emaranha-se nas relações sociais advindas do capitalismo - sistema este que é o cerne da vigente Crise Ambiental. Como pontuado por Artaxo (2020), a Crise Ambiental é produto de um sistema econômico que possui um modelo de desenvolvimento pautado pela lógica da obtenção do maior lucro no menor espaço de tempo, sem considerar os impactos deste paradigma no futuro. Chega a ser engraçado o pensamento imediatista e limitado do capitalista, análogo à visão de um cavalo com antolhos: ao partir do pressuposto que existem recursos ilimitados para a produção, o capitalismo coloca em risco a própria geração de capital (Engels, 2000; Quintana e Hacon, 2011).

3.3. O Parque é o “pulmão” da cidade

Pode parecer repetitivo, mas é imperativo reiterar que o Parque é situado em uma região de baixa renda (Conder, 2013) e, historicamente, de pessoas marginalizadas socialmente. É uma história que remete ao Brasil Colônia, mais especificamente à escravidão. Tendo isso em vista, considerando a questão do racismo estrutural, não é de se surpreender que o Parque tenha uma gestão muito nebulosa: a partir de alguns relatos coletados nas entrevistas, foi possível observar que o PSB, até por volta do início dos anos 1980, era um campo de muita atuação

socioambiental e cultural, amplamente conhecido e ocupado, possuía boa segurança e, até hoje, os entrevistados mais idosos comentam sobre suas infâncias brincando e banhando-se no Parque.

Os relatos a seguir remetem a um senso da perda de pertencimento, devido a mudanças no uso e ocupação do Parque, principalmente a uma gestão muito capilarizada, o que ocasionou em poluição de seus corpos hídricos, acúmulo de resíduos sólidos no Parque e falta de segurança, inviabilizando seu seguro acesso. Portanto, ações pedagógicas de cunho ambiental apresentam-se como um caminho na direção do resgate histórico da sensibilidade, sobretudo às gerações mais jovens, sobre a Crise Climática (Tamaio e Sato, 2021), principalmente sobre a relação CC - UC.

“[...] Por exemplo: minha infância foi aqui, eu com 9 anos lembro que minha avó [falava] “Vai ter um pessoal de Feira de Santana que vai dar caruru”, aí lá vai eu [para o caruru dentro do Parque]... vem um pessoal de não sei onde dar brinquedo... [...] eu lembro! Isso aqui não sai da minha memória! E na primeira cachoeira você tomava banho, era limpíssima! [...]” (42 anos, 2022)

“Por que não podemos usar a Cachoeira de Oxum? Uma cachoeira que [eu] com 7 anos vinha para aqui com meus irmãos, fazia piquenique, a gente corria e subia aquela cachoeira, tomava banho... hoje a gente não pode mais.” (61 anos, 2022)

“[...] se você entrevistar qualquer pessoa com mais de 70 anos, ela vai falar que entrava no Parque [e] tomava banho em todas as cachoeiras, que o Parque tinha segurança, que sexta, sábado e domingo eram mais de 20 ônibus de romaria, eram milhares de atividades acontecendo... era uma efervescência cultural e ambiental dentro da área verde [...]” (35 anos, 2022)

No entanto, segundo os relatos dos depoentes desta pesquisa, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o Parque foi abandonado e ficou mais de uma década sem cuidados, gestão e, conseqüentemente, sem apropriação deste pelas comunidades ao entorno. Com uma falta de presença do poder público no Parque, este tornou-se um campo à criminalidade - o que está sendo combatido até os dias atuais - e que causava uma sensação de perigo e falta de segurança nas comunidades, as quais deixaram de frequentá-lo, como retratado na narrativa a seguir: “o Parque deixou de ser visitado porque deixou de ter segurança e quando

deixa de ter segurança em um ambiente, a gente sabe que as pessoas deixam de frequentar porque começa a ter casos de violência” (35 anos, 2022).

Depois de muitos e muitos anos, a partir das reivindicações dos movimentos sociais dentro e ao redor do Parque, cobranças insistentes ao poder público (Governo Estadual e Municipal), o olhar ao Parque São Bartolomeu ressurgiu: foi revitalizado, contando com uma infraestrutura agradável. Entretanto, até o presente, como será retratado adiante no subtópico desta nuvem temática, “O abandono do Parque”, a gestão deste é muito indefinida. Para exemplificar, a partir dos depoimentos coletados, a questão do abandono e revitalização do PSB segue:

“[...] Só que na década de 90 foi abandonado e, em 2014, foi revitalizado pelo Estado - então já se foi um abandono de mais de 10 anos, um abandono grande, longo - e isso aconteceu porque os movimentos sociais, junto com o povo do axé, fazia manifestações. [...] E aí, através dos movimentos sociais que a gente fazia [...], o Estado pegou 75 hectares, que é uma quantidade grande de reserva de Mata Atlântica.” (42 anos, 2022)

“Quando a gente fala do São Bartolomeu, as pessoas tem um histórico que é negativo, a gente não pode esconder a história: foi um Parque que, até a década de 80, era lindo, preservado, conservado pela Prefeitura de Salvador [...], mas, a partir da década de 80, [...] passou por um apagão ambiental e eu falo que ele é intencional: começou pelo próprio Estado, [depois pela] Prefeitura [...]. E aí a gente conseguiu, a partir de 2018, fazer esse movimento de trazer as pessoas de novo ao Parque [...]” (35 anos, 2022)

“[...] como disse ao Prefeito - que era responsabilidade dele assumir o Parque - e ele não assumiu a responsabilidade dele, a gente teve que pressionar o Estado para o Estado assumir [...]” (61 anos, 2022)

“[...] nossa questão mesmo é a gestão do Parque, de estar em cima, cobrando o Estado para manter o Parque limpo - não é fácil, mas a gente faz esse trabalho com amor [...]” (35 anos, 2022)

Adentrando à sensibilização da comunidade e lideranças quanto a Justiça Climática - se observam que os eventos climáticos extremos e suas consequências ocorrem mais em locais periféricos, como o entorno do PSB, do que em locais nobres da cidade (Milanez e Fonseca, 2011) - percebe-se que, novamente, a comunidade não tem muito conhecimento a respeito do assunto: não foi identificado, em nenhuma entrevista com a comunidade, essa relação. A pesquisa infere que isso se dá por uma falta de Educação Ambiental aplicada de forma mais capilarizada

com a comunidade, bem como por tratar-se de tema complexo e de difícil absorção (Gaudiano e Cartea, 2009; Tamaio e Sato, 2021; Tamaio e Barros, 2021).

Entretanto, as lideranças possuem essa visão mais holística e conseguem fazer o reconhecimento de que as populações marginalizadas social e racialmente, sofrem e sofrerão cada vez mais com a Crise Climática - além de ter relatos de atuação dentro do campo da Justiça Climática, em ações dentro do Parque, sobretudo lideradas pelo Instituto Trilha das Flores:

“[O movimento que participo atua] na agenda de justiça climática do Parque. A gente entra nessa temática em virtude do descaso do Estado da Bahia com a gestão florestal do Parque. [...] [Levamos] a informação de justiça climática, então, uma das atividades que a gente faz, por exemplo, [...] um Cine Justiça Climática - mostrando vídeos e mostrando o quanto essas populações vulneráveis são atingidas pelas questões climáticas. A gente fala, “quando chove muito em Salvador, não é o morador do Corredor da Vitória [bairro nobre e m2 mais caro da cidade] que sofre, é o morador da Rua São Bartolomeu que sofre, porque a água passa do nível do chão”, [...] então assim, é levar a informação. Hoje a gente usa muito as redes sociais do Parque para levar um pouco essa informação de como você identificar as questões climáticas, como lidar com isso na sua comunidade.” (35 anos, 2022)

É identificado, por parte das lideranças, uma noção da situação de racismo ambiental e o que propõe-se, aqui, como racismo climático, mesmo que essa noção não venha acompanhada do conceito de tais termos. O relato: “pena que os nossos governantes não observam a importância que [o Parque] tem para as comunidades menos favorecidas, ou seja, eles querem afastar a comunidade do espaço [...]” (39 anos, 2022)” conversa bastante com o que Herculano (2008) constatou como um dos processos do racismo ambiental, que é a expulsão das comunidades de seu território e desorganização de sua cultura, “seja empurrando-os às favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida” (Herculano, 2008) - que é o vivenciado no Parque São Bartolomeu, conforme exposto nos depoimentos a seguir:

“[...] Por que as pessoas moram nessas regiões? Falta de oportunidade! Você não tem oportunidade. Se a gente for contar no mundo de hoje, a gente tá contando da forma errada porque a gente tá 100 anos atrasado. Se você pensar na história e ver onde se tinha uma “oportunidade”, você ter uma casa, [...] infelizmente é em regiões que é de difícil acesso, regiões que eram à margem do centro e você acaba, infelizmente, indo para esses

lugares que são de risco - você já vem pra esses lugares sabendo que é um risco, mas você não tem oportunidade.” (31 anos, 2022)

“[...] porém o Governo, muitas vezes, vê a gente como o destruidor quando eles são os maiores destruidores e muitas vezes não só na pele, mas psicologicamente - são várias agressões que acontecem. A comunidade que já vive no local tem toda uma história, toda uma proteção e eles [os governantes] só sabem marginalizar quem, de fato, tava cuidando [...]” (39 anos, 2022)

“A gente já sofre com o racismo institucional, tá na cara, é evidente, o tratamento é diferenciado: o Parque Pituçu é estadual, mas o tratamento que é dado lá não chega nem metade do que chega aqui - tem orçamento? Tem! E por que a gente não vê esse valor sendo aplicado, sabe? [...]” (35 anos, 2022)

“[...] o que bem temos aqui são empresas que soltam [rejeitos] com aqueles maquinários que acabam poluindo o meio ambiente. A gente tem a natureza aqui, o Parque, que é para repor esse oxigênio que respiramos.” (46 anos, 2022)

O próximo relato é a inspiração desta nuvem temática, por referir-se ao PSB como o “pulmão da cidade”. Por um lado, esse depoimento demonstra o reconhecimento da importância ambiental do Parque à cidade de Salvador (BA) e como esse território está sendo negligenciado pelo poder público.

“Fazer gestão de um Parque, como o São Bartolomeu, não é como um parque de diversões. É um Parque florestal! Tem vida silvestre ativa, tem uma flora dentro do Parque - que é preciso ser preservada, catalogada e monitorada -, tem a questão hídrica: a gente está em uma região da cidade que a gente brinca que [o Parque] é quase que o **pulmão da cidade** [...]” (35 anos, 2022)

Por outro lado, vale uma correção: é muito comum escutar uma fala referindo-se a uma área verde como “pulmão” do local - por exemplo, foi muito divulgado a noção de que a “Amazônia é o pulmão do mundo” (Sternberg, 1986) -, entretanto, o sistema natural que mais realiza o serviço de sequestro de carbono e emissão de oxigênio à atmosfera são os oceanos (Barreto, Freitas e Paiva, 2009), sobretudo pelo trabalho ecossistêmico dos fitoplânctons (Vianna e Sanquetta, 2012). No entanto, com o agravamento do colapso climático, os oceanos, além de mais quentes, tornar-se-ão mais ácidos, o que inviabilizará grande parte da vida marinha

(IPCC, 2021). Então, diante desse cenário, as áreas protegidas caracterizam-se como outro importante sumidouro de carbono (Guimarães *et al*, 2022).

No caso do Parque São Bartolomeu, por ser um local inserido no contexto periférico e marcado por conflitos na cidade de Salvador (BA), diante do exposto, infere-se que o próprio Parque sofre com uma falta de gestão definida (que decorre em diversas consequências negativas) por ser um local central de comunidades majoritariamente pretas e pobres em seu entorno - tais comunidades, como exposto anteriormente, são providas de baixos níveis de escolaridade e renda - além de ser reconhecido como um local histórico de resistência negra. Foi observado pelo próprio Plano de Manejo do Parque a ocorrência de doenças infecciosas de origem sanitária e ambiental - como a leishmaniose, como também por relatos de deslizamentos e alagamentos nas entrevistas.

No ensejo, conforme pudemos observar nas falas dos depoentes, o desinteresse político de apropriar-se do maior remanescente urbano de Mata Atlântica em território baiano, com tamanha significância histórica e ambiental, pode ser justificado pelo racismo estrutural (Herculano, 2008) que se manifesta no Racismo Climático, tendo em vista que o Parque pode ser um instrumento de combate à Crise Climática (Guimarães *et al*, 2022) e um mecanismo de Justiça Climática (Milanez e Fonseca, 2011), por meio de uma gestão bem definida e centralizada, da apropriação do PSB pelas comunidades ao entorno e da realização de ações educativas contínuas com as comunidades, suas lideranças e visitantes do Parque no geral.

Destaca-se que, até o momento de elaboração desta pesquisa, não foram encontradas pesquisas ou proposições do termo "Racismo Climático", então, nesse sentido, propõe-se, por meio dessa pesquisa e como um dos resultados da reflexão aqui elaborada, cunhar o referido termo como: opressão sofrida por grupos sociais marginalizados racialmente, usualmente residentes de regiões periféricas, que são vulnerabilizados socioeconômica e ambientalmente de modo a padecerem com maior intensidade e frequência a eventos climáticos extremos.

Propõe-se o termo "Racismo Climático", pois, mesmo que haja muita sinergia com o sentido de Justiça Climática, aqui enfatiza-se o recorte racial, considerando a

área de estudo: Salvador é uma cidade predominantemente preta - é a cidade mais preta do Brasil, das Américas e é considerada a cidade mais preta do mundo fora do continente africano (Repórter Brasil, 2015). Portanto, um olhar interseccional à questão do racismo institucionalizado e estrutural diante da Emergência Climática é imperativo, pois, mesmo que o conceito de Justiça Climática abarque, também, o Racismo Ambiental dentro da ótica climática, considerando toda uma história problemática e de muito sofrimento, sobretudo na cidade na qual a área de estudo situa-se, é fundamental enfatizar que, diante de todas as minorias sociais, as minorias raciais sofrerão mais diante do gradual aumento dos eventos climáticos extremos e suas consequências já citadas (aumento do preço de alimentos e itens básicos, dificuldade no acesso a infraestruturas de adaptação, falta de acesso à educação e saúde, aumento dos percentuais de desemprego ou emprego informal e entre outros) (IPCC, 2019).

Apesar de toda essa conjuntura, ressalta-se a iniciativa do Instituto Trilha das Flores de capitanear o pedido interinstitucional ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) que gerencia as Unidades de Conservação Federais brasileiras, à federalização da APA Bacia do Cobre, contexto e área nos quais o Parque São Bartolomeu está inserido, visando uma clareza na gestão do território e sua definitiva implementação. Outro fato interessante é que o Parque está candidatando-se à categoria de Reserva da Biosfera da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), também por iniciativa liderada pela Trilha das Flores.

3.3.1. O abandono do Parque: a falta de gestão do PSB e de Educação Ambiental e Sanitária às comunidades como sintoma do Racismo Ambiental

Ao longo dos anos, o Parque assumiu uma posição de “peteca”, sendo transferida de uma para outra instituição/órgão a responsabilidade de gerí-lo e, atualmente, o observado foi uma situação muito similar. Apesar de mais de 70% do Parque ser de domínio da Prefeitura municipal, esta não se apropria do Parque; por outro lado, pelos 15% de domínio da Embasa, empresa de saneamento do Governo

Estadual, infere-se que não há uma devida manutenção da represa por parte da empresa ou do Estado, estando esta em risco de rompimento, supostamente, conforme exposto em entrevista com a comunidade.

“[...] a [contenção da] barragem está rachando, falamos com o Governador que a qualquer momento ela pode estourar e ter problemas, aí agora a EMBASA resolveu desativar [a barragem] para resolver esse problema da rachadura [...]” (61 anos, 2022)

O plano de manejo do Parque, por sua vez, foi elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), sendo esta uma outra instituição relacionada à gestão do PSB, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Entretanto, conforme exposto anteriormente, o Parque encontra-se incorporado ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador (SAVAM), pelo Decreto Municipal nº 4.756/1975, sob a categoria “Área de Domínio Público Não Edificável” - ou seja, legalmente é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Além do mais, apesar da situação atual ser mais positiva que há 10 anos atrás, quando o PSB estava completamente abandonado, ainda sim há diversas queixas a respeito da gestão superficial e capilarizada demasiadamente.

“Infelizmente, eu mesma tenho tido aqui [infelicidades] com essa empresa [CONDER] que está administrando o Parque, porque a população da redondeza não respeita a área em que eles vivem e não reconhecem como uma área de saúde, eles jogam lixo demasiadamente [...] e aí a empresa está brigando com a Prefeitura para pegar os lixos e a Prefeitura sem querer pegar, aí teve que uma liderança entrar [de intermédio] - eu tive que entrar - e solicitar para que eles [a Prefeitura] viessem retirar [o lixo]. [...]” (61 anos, 2022)

“[...] Teve uma época que o Parque foi abandonado, porque o Parque é [de gestão] municipal e o município não quis dar continuidade [com a gestão do Parque]. O Estado fez um acordo com o município e o município aceitou o acordo: [...] o Estado revitalizou uma parte [do Parque]; [de] 1.550 hectares, o Estado pegou 75 hectares, que é a parte de São Bartolomeu. [...] O Parque é dividido em pedaços: uma partezinha tá na mão da Embasa e o restante na mão do INEMA, então a Secretaria do Meio Ambiente toma conta do restante do Parque, que vai até Simões Filho [município adjacente à Salvador], porque ele faz parte da APA Bacia do Cobre [...]” (42 anos, 2022)

Ademais, ressalta-se que a segurança e, sobretudo, lixo (Figura 37) e esgoto são grandes temas recorrentes nas queixas dos entrevistados.

Figura 37 - Lixo dentro do Parque



Fonte: Sarah Saboya/UnB, 2022.

É possível chegar no pensamento que isso se deve ao óbvio fato de uma falta de gestão centralizada do Parque, bem como falta de educação e sensibilização ambiental por parte das comunidades no entorno que, embora percebam a importância do Parque, não possuem grande esclarecimento sobre como melhor agir quanto a questão do depósito de resíduos sólidos e despejo de esgoto em seus corpos hídricos. Trazendo as visões comunitárias sobre o problema dos resíduos sólidos dentro do Parque, bem como da falta de esgotamento sanitário, causados por uma ausência do poder público, para melhor expor a situação:

“[...] aqui faltava só uns pequenos ajustes de Governos que trouxesse mais segurança pro Parque, melhoria de esgoto - as nascentes estão todas contaminadas com esgoto e lixo que é jogado [...]” (45 anos, 2022)

“Nos Parques, só existem 2 problemas: lixo e esgoto. Só isso. Se você procurar controlar o lixo [...] porque quando chove, tudo isso vem pra dentro do Parque [...]” (46 anos, 2022)

“[...] A culpa [da poluição e sujeira do Parque] é do Estado e da Prefeitura porque não faz sua função social, mas a culpa também é da comunidade que invade as áreas desordenadamente e não sabe onde jogar seus detritos. A Cachoeira de Oxum é poluída desde a Bacia da Lagoa da Paixão, desde lá para cá, cortando aqui, ali e acolá, é poluída [pelo] esgotamento sanitário que sai da favela. [...] A própria EMBASA joga os detritos dela na Bacia do Cobre, que deveria cuidar da limpeza da água [...]” (61 anos, 2022)

“As pessoas que moram perto do Parque, elas mesmas jogam lixo na cara dura e arremessam lixo no rio. [...] No fundo dos quintais aqui, todo mundo tem um entulho no quintal de lixo, as próprias pessoas, os próprios moradores. E é uma luta impossível de convencer 100% [das pessoas]. O problema aqui do Parque é esse: lixo e esgoto que é lançado nele; [...] há anos [que temos] essa luta aqui no Parque e ninguém resolve esse problema.” (45 anos, 2022)

Ressalta-se que, também, este é um papel da Embasa que, claramente, por falta de interesse, não realizou grandes obras de revitalização do saneamento básico nas comunidades circundantes ao PSB, junto a uma educação sanitária e ambiental, de modo que as comunidades i) tivessem acesso ao saneamento básico adequado e ii) tivessem acesso à informação de como portar-se de forma apropriada ambientalmente quanto às questões tratadas. Essa falta de interesse no provimento de saneamento básico e Educação Ambiental às comunidades, sendo estas periféricas e majoritariamente pretas, caracteriza-se como racismo ambiental (Herculano, 2008), ou seja: a questão dos resíduos dentro do Parque e em sua zona de amortecimento, bem como o despejo de esgotos nos corpos hídricos do Parque, são problemas advindos da ausência do poder público nas comunidades do entorno a qual a pesquisa identifica como um sintoma do racismo ambiental e climático.

3.4. O Parque como reduto histórico

Chegando a última nuvem temática, será abordado as visões e relatos sobre a história do PSB, para que seja analisado a territorialidade dos entrevistados ao Parque, da qual é possível compreender o sentimento de pertencimento ao local, por parte das lideranças e comunidades adjacentes ao Parque São Bartolomeu, bem como a sensibilização comunitária ao conhecimento da história do Parque.

O conceito de territorialidade passou por amplas discussões e significados, mas, o que será levado em consideração nesta pesquisa envolve o entendimento que os “comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial” (Braga, Morelli e Lages, 2004), constatação de grande intimidade a História Ambiental. Ou seja: as relações humanas, dos grupos sociais e seu meio, manifesta-se por meio de um sentimento de pertencimento, que infere no modo de agir com o ambiente.

“[...] Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.”
(Braga, Morelli e Lages, 2004, p.28)

Propõe-se que, no resgate histórico do território no qual o Parque está inserido, é possível observar o conhecimento tradicional verbal sendo passado de geração em geração, tendo em vista que a história tradicional ensinada nas escolas não expõe a história contada pelas bocas dos oprimidos. Assim, entendendo, a partir de seus antepassados (pais, avós, bisavós e tataravós em diante), a História de seu povo com o Parque, as comunidades e lideranças sintam-se pertencentes a este - mesmo que esse pertencimento não seja necessariamente traduzido em um cuidado ambiental com o Parque, pois este modo de agir depende de acesso à informação e uma permanente ação de Educação Ambiental amplamente fomentada pelo poder público.

O sentimento de pertencimento e importância do Parque nas vidas de suas comunidades adjacentes já foram explorados e expostos na nuvem “O Parque é Vida”, entretanto, aqui será explorado como esse pertencimento entremeia-se na própria história de uso e ocupação do território do Parque São Bartolomeu.

Como exposto anteriormente, o nome do Parque São Bartolomeu é produto de um sincretismo religioso entre o Santo católico São Bartolomeu e o Orixá Oxumaré, que remete a escravidão brasileira: diante do impedimento dos pretos escravizados em cultivar suas religiões, foi necessário uma adaptação, da qual suas figuras sagradas foram equiparadas às figuras católicas, para que pudessem exercer sua religiosidade (Romão, 2018).

A pesquisa identifica que a relação com a natureza é apontada de forma isonômica pela cosmovisão das religiões afro-brasileiras e, portanto, pode contribuir à sensibilização de que o Parque é parte importante da história local e, conseqüentemente, ao seu papel de esponja de GEE. A intrínseca relação entre o povo de santo e a natureza, pautada na sacralização desta nos rituais, doutrinas e imaginários (Alves, 2019), é uma possível potencialidade à EA com ênfase na CC - UC, pois a EA é caracterizada como tarefa civilizatória, “por ser uma área social do conhecimento que tem como atribuições natas toda a problematização pedagógica daquilo que diz respeito às interações humanas e o meio ambiente” (Layrargues, 2020).

Ainda sobre a contribuição da Educação Ambiental ao fortalecimento do sentimento de pertencimento do povo de axé com o Parque, mas com subsídios científicos sobre seu papel perante o colapso climático. Como pontua Layrargues (2020), a EA não se trata da simples incorporação de novos temas ao debate pedagógico, vai além! A EA instiga mudança de atitudes cidadãs, não se restringindo a esfera “ecológica”, como ecopolítica, de modo que o cidadão faça parte da vida na esfera pública por meio de movimentos sócio-políticos (Layrargues, 2020), como, por exemplo, a Justiça Climática. A seguir, encontram-se os depoimentos dos quais é exposta a cosmovisão das religiões afro-brasileiras sobre a natureza:

“O Parque tem o nome São Bartolomeu, tem essa relação direta com o Orixá Oxumaré. [...] Geralmente eu falo que aqui é o Parque Oxumaré. [...] Basicamente, o Parque tem esse nome por causa do sincretismo e, na época da escravidão, a gente não podia cultuar o Oxumaré. A gente cultuava de dia São Bartolomeu, para os senhores de engenho ver que a gente estava ali seguindo a doutrina europeia, mas, no entardecer, era o nosso samba de roda com Oxumaré.” (35 anos, 2022)

“[...] São Bartolomeu foi um homem que era muito honesto e ajudava as pessoas - a Igreja Católica nunca gostou de ninguém que fosse honesto nem que ajudasse ninguém e esfolou o homem vivo! [...] Ele era da Igreja Católica, ele era romano. E eu sou descendente africana. Então, o Orixá que representa aquela última cachoeira, que chamam de Oxumaré, para mim ela não representa Oxumaré, para mim ela representa Angorô e Angoroméia, ou então ela representa Bessem ou Bessanha - Bessem ou Bessanha é da religião Jeje, [...] no Angola, é Angorô e Angoroméia [...]” (61 anos, 2022)

A partir do próprio nome do Parque, que já é representativo de sua história, pode-se deduzir que este foi um campo de resistência ao longo da história na batalha contra a escravatura e o colonialismo. Aqui, será explorado a visão das comunidades da Terra indígena Tupinambá e o Quilombo Urubu até o Parque São Bartolomeu - história esta já contada anteriormente nesta pesquisa.

“[...] hoje o Parque tá do jeito que tá porque, no passado, existia um quilombo, que foi o Quilombo Urubu aqui, então ele tem um contexto histórico, coordenado por uma mulher negra chamada Zeferina. Antes dela, tinha a tribo de indígenas Tupinambás. [...]. E nós herdamos uma herança do quilombo porque o pessoal da religião de matrizes africanas sempre acreditou no Parque São Bartolomeu como **reduto histórico** e esse pessoal, que sempre visitou o Parque, fez com que o Parque se mantivesse vivo.” (45 anos, 2022)

“No século XV, aqui era chamado Sítio das Cajazeiras, quem cuidava daqui [...] era a tribo de índios Tupinambás e quem administrava era o Cacique Mangaroaba [...]. Logo após, eles tiveram que dar abrigo à quilombola Zeferina [por]que o Quilombo, lá em Cabula VI, do Urubu foi estourado pelo famigerado general Labatut.[...] Eles entraram em guerra e a nossa quilombola [Zeferina] morreu na resistência, apesar deles dizerem que prenderam ela e que ela morreu na cadeia... não! Ela morreu na resistência lutando de arco e flecha, que foi a arma que [...] os índios ensinaram aos nossos antepassados como utilizar um arco e flecha para se defender, porque eles só tinham como defesa a capoeira.” (61 anos, 2022)

“O Parque tem uma carga de ancestralidade muito grande, então a gente tem uma relação histórica com o Parque - o Parque conta a nossa história, dos negros, dos indígenas... conta a história de Zeferina, uma figura feminina muito presente no Parque, tanto é que ela leva o nome da nossa escola de arquearia, em homenagem.” (35 anos, 2022)

Infere-se que, a partir da sensibilização quanto a história de resistência do Parque e sua importância religiosa, até os dias atuais, ao povo de santo, as religiões de matriz africana, por saber de sua raiz no Parque e por considerá-lo sagrado, lutam social e politicamente à sua proteção, inclusive ambiental. Ademais, o povo de santo, pela própria essência das religiões, possuem uma relação de sincronia com a natureza - e não de dominação, como exposto na narrativa a seguir: “Orixás são elementos da natureza. [...] Eu gosto dessa associação porque o Candomblé cuida [...]. A importância do axé dentro do Parque São Bartolomeu é cuidado, é amor ao meio ambiente e a tudo que nós encontramos [no Parque] e que dá vida pra gente” (39 anos, 2022).

A territorialidade, sendo a relação e o modo de agir de grupos sociais com seu meio (Braga, Morelli e Lages, 2004), dos praticantes de religiões de matriz africana, é essencial à proteção do Parque, principalmente em face à Crise Climática. Como será possível observar adiante, a relação dos antepassados trazida culturalmente ao presente, é muito importante ao contínuo estabelecimento de uma ligação e amor pela natureza local.

“[...] como bem sabemos, muitos negros vieram para cá e cultivavam seus deuses aqui. [...] Os negros vinham para cá para se refugiar, disso eles colocaram nomes em cachoeiras [...]. Não tem como você não ligar o Parque a isso aí [religiões afro-brasileiras]. Na minha opinião, é importante [o culto no Parque] porque acaba valorizando a cultura, a religião, a quem pensa dessa forma e existe um preconceito muito grande em relação às religiões [afrobrasileiras], são poucos lugares que eles são aceitos [...]” (31 anos, 2022)

“Eu falo que quem mantém o Parque preservado são as religiões de matriz africana que brigam [para a proteção do Parque]. [...] A gente entende que é importante, sim, fazer políticas públicas, [mas] não partidário; é a partir daí que a gente consegue envolver e validar **as vozes da floresta daqui.**” (35 anos, 2022)

No último depoimento acima, do qual o título desta pesquisa tomou como inspiração, identifica a importância de manter o Parque conservado, apesar de ter utilizado o termo “preservado” - como exposto anteriormente, há, mesmo dentre as lideranças, uma indefinição de ambos conceitos, que são similares, mas expressam sentidos diferentes (Pádua, 2006). Identifica, também, a importância da presença do povo de santo no PSB, bem como encara a gestão participativa do Parque, envolvendo, validando e protagonizando as comunidades locais (principalmente por serem os guardiões da floresta do Parque), como uma das possíveis saídas à situação atual de descaso gerencial do PSB.

Conforme exposto ao longo desta nuvem, a presença do povo de santo no PSB foi fundamental à sua revitalização, assim como é importante na sua cotidiana conservação - contudo, enfatiza-se, claro, a necessidade do fortalecimento do conhecimento científico sobre os meios de conservação do Parque, bem como a relação CC - UC, que pode muito bem ser viabilizada por ações pedagógicas de cunho ambiental (Tamaio e Sato, 2021). Pois, mesmo diante de toda relação sagrada com o Parque, existem queixas a respeito de determinadas atitudes do povo de axé, agindo de forma ambientalmente ambígua (realizando despacho de trabalhos “molhados” - com sangue e/ou cadáveres de animais - em corpos hídricos e/ou em lugares abertos), como exposto pelo depoimento a seguir, de uma liderança que representa a sócio-religiosidade afro-brasileira no PSB:

“E também o povo do Candomblé não ajuda, não contribui: [por exemplo,] [...] já tive o desprazer de brigar com um urubu aqui dentro na Cachoeira de Oxumaré para tirar um bode com o pescoço decepado. [...] A EA não é só para comunidade local e sim para as lideranças e, principalmente, para as lideranças religiosas de matriz africana.” (61 anos, 2022)

Por fim, compreende-se que a história do Parque, primeiro enquanto terra indígena, depois como Quilombo em relação de parceria e mutualidade com os indígenas que ali viviam, é amplamente conhecida e vangloriada pelas comunidades

de seu entorno - com um destaque especial ao povo do axé, que se identificam como descendentes diretos aos quilombolas do Quilombo Urubu. A líder comunitária e guerreira Zeferina é reconhecida pelos frequentadores do Parque, para além das religiões, dando o nome à Escola de Arquearia do Parque.

Essa pesquisa demonstra que o amplo conhecimento da história do PSB pelos sujeitos históricos das suas comunidades de entorno é mais uma oportunidade da profunda sensibilização ambiental a ser exercida no Parque: para além de seus múltiplos usos (não somente de forma utilitarista, mas holística e afetiva), a territorialidade baseada na história traz não somente o pertencimento ao local, como também traz uma visão a longo prazo do território: é possível levar, em ações pedagógicas, o entendimento que, da forma forma como toda a história de centenas de anos do Parque levou-o à realidade atual, a realidade atual levará o Parque e suas comunidades a um futuro com uma outra realidade - e o intuito é que esta outra realidade seja pautada nos princípios da sustentabilidade, adaptada à mudança do clima e com implementação de estratégias de mitigação (Tamaio e Sato, 2021).

É imperativo evidenciar que são os povos de santo que, majoritariamente, garantem a floresta e o próprio Parque São Bartolomeu: sem a presença dessa parcela social, o Parque não teria sido revitalizado, não seria um espaço de múltiplas vivências e, acima de tudo, não estaria vivo! Adrian (2013) defende que a religião deve ser entendida “como um dos pontos da cultura que se constitui em objeto de interesse da ciência geográfica”, pois o espaço sacralizado, como o Parque São Bartolomeu, é um campo de valores que eleva o ser humano religioso acima de sua própria existência. A natureza é fundamental ao exercício das religiões afrobrasileiras (Adrian, 2013) e, portanto, essa importância do meio natural à atividade religiosa e sua consequente reafirmação da identidade de um povo (Adrian, 2013) traz consigo um elemento de conservação da natureza às religiões de matrizes africanas que justificam a luta desses religiosos dentro do PSB.

Outro fator a ser considerado é o avanço do crescimento dos centros urbanos nas cidades, com todas suas intercorrências: especulação imobiliária, supressão vegetal e concretização da vida. Ao passo em que a morte da natureza dá espaço ao nascimento de mais áreas urbanas, os centros religiosos de matriz africana

passam por diversos tipos de pressões e conflitos, principalmente pela restrição de espaços naturais nas cidades e, então, buscam refúgio em Unidades de Conservação - a forma mais difundida no país de áreas protegidas - para exercerem suas práticas ritualísticas e religiosas (Adrian, 2013).

Portanto, a religião, entre outros aspectos culturais afrobrasileiros, é uma base fundamental à luta em prol do meio ambiente (Adrian, 2013) e contra a Crise Climática. Ou seja: a pesquisa encara que, para que o Parque São Bartolomeu continue de pé, é preciso o reconhecimento e respeito ao culto afrobrasileiro dentro do Parque e, acima de tudo, o incentivo para que este ocorra nas melhores condições possíveis porque - já foi exposto uma vez, mas vale ressaltar - o povo de santo que manteve e continua mantendo o Parque vivo, devido sua relação sacral com este, como também devido a um contexto histórico de territorialidade ancestral e religiosa, amplamente conhecida e reconhecida pelos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim desta pesquisa elaborada ao longo dos anos de 2022 e 2023, minhas primeiras considerações referem-se ao atingimento dos meus objetivos geral e específicos: considero ter atendido a proposição de todos. Meu objetivo geral tinha, como expectativa, a análise do grau de sensibilização dos entrevistados quanto à relação CC - UC. Nesse sentido, acredito tê-lo alcançado ao longo dessas páginas, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com membros das comunidades e lideranças moradores das adjacências do Parque, do levantamento bibliográfico sobre os temas centrais desta pesquisa e da análise propriamente dita da referida sensibilização com as informações supracitadas já levantadas.

Já meus objetivos específicos propunham dois eixos: 1) integrar dados secundários de caracterização socioambiental do Parque com a sensibilização socioambiental dos entrevistados e 2) realizar um estudo sobre a sensibilização das comunidades e suas lideranças, no entorno do Parque São Bartolomeu, como sumidouro de carbono, visto sua relevância ao combate à Crise Climática. Também considero ter alcançado estes, ambos no quarto capítulo, na análise dos Resultados e Discussão, integrando todo o referencial teórico previamente levantado com os depoimentos, bem como utilizando desta bibliografia estudada para analisar os depoimentos.

Considero que esta pesquisa propõe um avanço nos estudos relativos à Crise Climática, especificamente à Justiça Climática e Racismo Ambiental, neste último chegando a propor uma ramificação denominada nesta pesquisa como “Racismo Climático” - caracteriza-se como a opressão sofrida por grupos sociais marginalizados racialmente, usualmente residentes de regiões periféricas, que são vulnerabilizados socioeconômica e ambientalmente de modo a padecerem com maior intensidade e frequência a eventos climáticos extremos e suas consequências. Também, este trabalho é visto como um avanço nos estudos relativos à relação das áreas protegidas - institucionalizadas no Brasil como Unidades de Conservação - e seu combate ao colapso climático.

Como já explicitado anteriormente, a pesquisa constatou que o termo “Racismo Climático” já tem sido utilizado em publicações e ensaios de instituições e organizações do terceiro setor, bem como em reportagens e notícias na esfera socioambiental, contudo, não foi identificado a proposição deste termo na esfera científica. Fiz uma busca nas principais ferramentas de busca científicas - Google Acadêmico, Scielo, Periódico Capes, BDTD, Science Research e Science Direct - por meio das palavras-chave “racismo climático”, “climate racism” e “climatic racism” e não foi encontrado o termo aqui proposto - existia uma ligação entre Justiça Climática e Racismo Ambiental, mas sem a proposição de um termo próprio para tal.

Considero como maior limitação da pesquisa as perguntas elaboradas com um viés muito técnico-científico, o que causou muitas restrições nas respostas das comunidades, por se tratar de tema complexo. Em oportunidade de realização de pesquisa similar, sugere-se que as perguntas feitas sejam as mais didáticas possíveis, com uma linguagem muito próxima à encontrada no cotidiano dos entrevistados. Outra limitação da pesquisa foi o não aprofundamento quanto aos números de estoque de carbono em Unidades de Conservação: apesar de existir muita bibliografia quanto aos variados materiais e métodos para estimar estoque de carbono, poucos são os estudos disponíveis detalhando esses números.

Portanto, essa pesquisa propõe, a outros pesquisadores que desejem realizar um estudo similar, que algumas temáticas deste trabalho sejam posteriormente exploradas com maior profundidade que são, principalmente: o papel das UCs enquanto sumidouros de carbono e, portanto, essenciais ao combate à Crise Climática, bem como uma oportunidade de inserção socioambiental das comunidades ao entorno - com ênfase na Justiça Climática.

Outra temática que necessita de maiores e melhores estudos seria o que chamo neste trabalho de Racismo Climático: por ser um novo termo, recomendo mais estudos e análises, pois é preciso de uma exploração conceitual maior, como também uma exploração prática - de como o Racismo Climático manifesta-se, com maiores exemplos e relatos de comunidades racialmente vulnerabilizadas. E, por último, há a sugestão de maiores estudos que informem uma estimativa aproximada

da realidade sobre a quantidade de estoque de carbono total e anual que as Unidades de Conservação sequestram.

A relação entre o curso de Gestão Ambiental e este trabalho são entrelaçados, pois, em essência, o referido curso forma-nos a estarmos aptos a gerir o ambiente social, econômica, física e culturalmente, precisando passar por disciplinas que vão desde física, química e biologia à direito, administração, economia e ciências sociais à saúde pública e educação. Ou seja: é um curso interdisciplinar porque o meio ambiente interage com todas as esferas da vida. Da mesma forma, a Crise Climática, sendo consequência de uma maior, a Crise Ambiental, também deve ser encarada interdisciplinarmente, diante de todas suas complexidades.

Enquanto uma quase gestora ambiental, trago nesta pesquisa uma visão holística a todas essas dimensões supracitadas, com foco na realidade do Parque São Bartolomeu, de modo a refletir sobre os diagnósticos socioambientais e político-territoriais e possíveis saídas ao cenário atual de colapso climático, com um viés de gestão ambiental integrada, que leva em consideração o aspecto socioeconômico, ambiental, territorial, cultural e religioso no planejamento e administração do ambiente, para além do mero aspecto físico-bio-geoquímico.

Em resumo, foi possível perceber que o Parque possui grande importância na vida de suas comunidades adjacentes, as quais reconhecem sua história e sentem-se pertencentes a ele, entretanto, a pesquisa mostrou que os entrevistados não possuem, ainda, domínio do conceito de Crise Climática, o que pode contribuir para o não despertar da necessária sensibilidade do risco emergente e do papel do Parque enquanto sumidouro de carbono. No entanto, há relatos os quais relacionam a diminuição de determinados eventos climáticos extremos, sobretudo o alagamento, com a presença do Parque. Por outro lado, as lideranças, em sua maioria, demonstraram maior conhecimento a respeito dos temas supramencionados.

Existem alguns pontos relevantes a serem destacados: i) a Crise Climática não é um evento que está aproximando-se e sim um processo já em curso e que tende só a agravar-se, principalmente no caso das emissões globais de GEE não

diminuírem, caracterizando-se como um cenário apocalíptico e de extrema urgência de regressão para assegurarmos a vida na Terra; ii) diante da intensificação da Crise Climática - que vai ocorrer mesmo que amanhã extingúíssemos toda emissão de GEE, pois o que já está em andamento continuará, portanto, nosso papel é somente conter este processo e nos adaptarmos à nova realidade -, constata-se que populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambientalmente, sobretudo as populações marginalizadas racialmente, sofrerão mais com os impactos advindos dos eventos climáticos extremos; iii) as Unidades de Conservação, enquanto territórios de paisagem natural resguardados legalmente, podem servir como instrumento de combate à Crise Climática, assim como um mecanismo de Justiça Climática, tendo em vista que estas são as únicas áreas conservadas no território brasileiro e provém bens naturais essenciais à vida na Terra e à mitigação dos efeitos à referida Crise, bem como um campo de adaptação à Crise, pelo volume de áreas verdes - com destaque às UCs urbanas, que se aproximam de tais comunidades carentes, servindo como um espaço propenso à apropriação comunitária visando o bem-estar comum e, por fim, iv) As UCs só poderão exercer seu devido papel de instrumento de combate à Crise Climática e mecanismo de Justiça Climática, após a real apropriação da comunidade pelo território, com instrução científica, com o fomento de uma gestão participativa.

A pesquisa faz uma ressalva de que, mesmo que seu foco seja sobre o papel fundamental das Unidades de Conservação na luta contra Crise Climática, a pesquisa compreende que este é um dos elementos de combate, mas não o principal - sendo este a transformação da nossa sociedade e modelo industrial em uma sociedade de baixo carbono, especialmente no que diz respeito à energia que, por sua vez, é totalmente focada em combustíveis fósseis. Destaca-se que esses combustíveis, junto junto às queimadas e ao desmatamento, são os maiores emissores de GEE (Copertino et al, 2019 e Walter, 2021). Por outro lado, a construção dessa sociedade de baixo carbono se dá, também, garantindo, fomentando e operacionalizando a expansão e criação de mais áreas protegidas, pois estas são a materialização do equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, climático.

No caso da área de estudo, o Parque São Bartolomeu, caracteriza-se como uma área singular ao município de sua localização, que é demasiadamente antropizado e que conta com este Parque urbano com um remanescente pujante de Mata Atlântica e um sistema de cachoeiras essenciais à qualidade de vida não somente de suas comunidades adjacentes, mas como de toda a população soteropolitana. A importância do Parque, tendo em vista seu aspecto ambiental, social, cultural, religioso e histórico, é amplamente sensibilizado nos membros das comunidades e suas lideranças, no entanto, em um recorte específico à Crise Climática, constatou-se que as pessoas entrevistadas não expressaram conhecimentos conceituais (nem científicos e nem popular) sobre o tema da Crise Climática, realçando a advertência feita por autores (IPCC, 2021; Layrargues, 2020; Tamaio e Sato, 2021; Milanez e Fonseca, 2011; Marques, 2019) de que o fenômeno deve ser trabalhado de forma simples para o cotidiano da sociedade, sobretudo, daqueles que mais sofrerão os impactos resultantes, como esses sujeitos históricos do entorno do PSB.

O Parque apresenta diversas oportunidades, principalmente por já possuir um grupo muito engajado de lideranças e comunidades adjacentes que reconhecem sua importância, como também por ter uma infraestrutura física razoável. Como oportunidades, identificaram-se, dentre outras:

- Geração de renda por meio da produção extrativista do Parque: necessita-se de identificação e cadastro de todos esses coletores; capacitação ambiental, econômico-financeira e empreendedorismo e de segurança; distribuição de Equipamentos de Proteção Individuais a cada coletor, bem como ferramentas e equipamentos comunitários; facilitação do escoamento destes frutos à feiras e afins, assim como o monitoramento da renda destes;
- Educação ambiental capilarizada às escolas públicas das comunidades adjacentes: seria muito interessante incluir no Projeto Político-Pedagógico das escolas a sensibilização ambiental quando a Crise Climática, colocando o PSB em evidência e como laboratório ao ar livre à crianças e adolescentes visitarem por meio das escolas públicas situadas nas comunidades ao entorno;

- Fortalecimento do esporte dentro do Parque, com a criação de um Grupo de Trabalho Esportista: união de todos os movimentos do esporte dentro do Parque, de modo a promover uma melhor articulação quanto ao financiamento dos atletas e articulação político-institucional em seu nome, visto que esse papel está, atualmente, nos ombros do Instituto Trilha das Flores, instituição do terceiro setor;
- Educação Ambiental a ser feita com e às comunidades, especificamente àquelas nas fronteiras com o Parque, bem como aos visitantes: propõe-se a capacitação de lideranças jovens das comunidades adjacentes ao Parque para atuarem, de forma remunerada, na sensibilização das comunidades e visitantes, principalmente a respeito de descarte de resíduos e coleta de plantas de forma indevida.

Como foi possível observar, as oportunidades são múltiplas e variadas, podendo incluir outras diversas que não foram citadas, entretanto, para o atendimento a essas oportunidades propostas - ou outras que sejam amplamente aceitas pela comunidade - é necessário que 1º) o recurso destinado ao Parque seja, de fato, aplicado, de forma transparente; 2º) que o Parque tenha uma gestão centralizada e bem definida - porque, caso não, é muito conveniente ao poder público justificar a não realização de ações estruturantes no PSB, pois o outro órgão x não cumpriu com a sua parte da gestão.; e 3º) que a comunidade participe de forma democrática da gestão da UC.

Então, novamente, volta-se ao entrave a respeito do interesse político: tendo em vista que o Brasil é um país conservador e com raízes profundas na agropecuária predatória, a pesquisa propõe que um novo paradigma que reforça a proteção ambientalista das áreas naturais só estabelecer-se-á no caso de uma grande e conjunta pressão internacional, com a imposição de sanções econômicas, para que, assim, todas as esferas do governo, juntamente aos seus três poderes, atuem sinergicamente em respeito ao meio ambiente.

Apesar de, atualmente, o Presidente da República, Lula, acenar positivamente à agenda ambiental, colocando esta como prioridade no governo de forma interministerial (CNN, 2023), a efetiva priorização dessa agenda, por meio da

implementação de políticas públicas compatíveis às realidades locais e regionais que realmente produzam um factual impacto socioeconômico-ambiental, depende não somente do Governo Federal executivo, como também dos Governos Estaduais e Municipais, assim como do Congresso Nacional e Câmaras de Vereadores ao redor do país. Somente assim a conservação e o desenvolvimento conseguem andar de mãos dadas.

Portanto, a supracitada iniciativa liderada pelo Instituto Trilha das Flores de federalizar o Parque São Bartolomeu a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, gerida pelo ICMBio, é muito bem vinda porque, além da centralização da gestão, esta instituição, por ser federal, tem acesso a parceiros e recursos em âmbito federal - e o que não exclui a possibilidade do firmamento de acordos de cooperação com o município e o Estado da Bahia, principalmente no cenário de candidatura à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que é de grande interesse às esferas municipais e estaduais, atraindo investimentos e turismo para uma outra parte da cidade que não é tanto explorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ivy de Souza. **Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos**. Opinião Jurídica, v. 12, n. 24, p. 87-100, jul./dez. 2013, Medellín (Colômbia). Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ojum/v12n24/v12n24a06.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental-ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA J.A. (Eds.). Justiça ambiental e cidadania. Relume Dumará, Rio de Janeiro (RJ), 2004, p. 23-39.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Editora UFPR, Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.

ACSELRAD, Henri.; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ADRIAN, Adriana Pires Marcial. **Espaços sagrados das religiões afro-brasileiras: breve reflexão**. In: CORRÊA, Aureanice de Mello; MOUTINHO-DA-COSTA, Lara; BARROS, José Flávio Pessoa (Orgs.). A floresta - educação, cultura e justiça ambiental. Editora Garamond, Rio de Janeiro - RJ, 2013.

ALIER, Juan Martinez. **El ecologismo de los pobres**. Universidad Centroamericana (Uca), Revista WANI, n. 125, p. 2-42 a 50, Manágua (Nicarágua), abr. 1992.

ALVES, Anderson Felipe Souza; ROCHA, Renan Vieira de Santana; RODRIGUES, Iago Lôbo Sirqueira. **“Diz em que cidade que você se encaixa, cidade alta ou cidade baixa?”: Gentrificação e a população em situação de rua em Salvador/BA**. Revista Boletim de Conjuntura (Boca), ano II, vol. 4, n.12, Boa Vista, 2020. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/22/19>>. Acesso em: 15 set. 2022.

ALVES, Leandro Augusto Cesar. **Etnobotânica em terreiros de Candomblé: plantas, mitos e ritos**. Orientadora: Márcia Reami Pechula. 2019. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro - SP, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/f7b38022-84a6-434b-bef4-d371ea5009af>>. Acesso em: 15 set. 2022.

ÂNTICO, Cláudia. **Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo – SP, dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/tJPPNlfJmTZLWYh7S5KH8BJ/?lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ARTAXO, Paulo. **As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas**. Estudos Avançados 34 (100), set./dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/TRsRMLDdzxRsz85QNYFQBHs/?format=html#>>.
Acesso em: 05 abr. 2022.

BALLESTER, Joan *et al.* **Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022.** *Nature Medicine*, v. 29, p. 1857-1866, jul. 2023. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41591-023-02419-z>>. Acesso em: 16 ago.2023.

BARBOSA, Sílvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social.** Orientadora: Lieve Troch. 2003. 193 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo dos Campos - SP, 2003.

BARRETO, Luciano Vieira; FREITAS, Andréia Cristina Santos; PAIVA, Lígia Cardoso. **Sequestro de carbono.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, n. 7, Goiânia - GO, 2009. Disponível em: <<https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/4873>>. Acesso em: 14 out. 2023.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global.** Paidós Básica, Madrid (Espanha), 2002. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60663525/Texto_Beck_120190921-88194-1gb_z2zv-libre.pdf?1569085477=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLa_sociedad_del_riesgo.pdf&Expires=1691443749&Signature=CNivaQ3Nch87Xi873I6AFtQNJLkMON4XhuOaaKVRHqjix6iLLxNoA3piWOzmpjgWsl8BB~Ok0VGc3Eo3SLRVmZLcg3U7c~zw5RdDC17~WxLv7DUYJMRUuAGXv68rs5r6fYeq6BGD8gSS9ICy8-hfaRTYISzkCddabh3Y4GI21YuKf12Bt7xYm5GRU4I~xH0Pac~56eDCvqpZ XK4sZ-WOYHd7~Qypqi1zH~AZV1uT-VgVL2DuOZe9pLvwJ4rqPePA8StgvgPpQmNjY5Cfmj80ioXvewcF2W591OvnDNECIVgdNibW0boqe01ryalrBZn37qfXy-dDfBB6vUf7y3O5w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> Acesso em: 07 ago. 2023.

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente.** *Interciência*, v. 18, p. 121-132, mai. 1993. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alpina-Begossi/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships/links/0f31753cd39ac54b05000000/Human-ecology-an-overview-of-man-environment-relationships.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Editora Relume Dumará, SEBRAE, Brasília - DF, 2004. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf#page=24](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf#page=24)>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.652, de 1 de julho de 1998.** Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 12 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRITO, P. L. **Sensoriamento Remoto na Identificação de Elementos e Tipologias Urbanas Relacionados à Ocorrência da Leptospirose no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia.** Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes - Informações Espaciais) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. 2010.

BRÜSEKE, Franz Josef. **Parte I - A economia da sustentabilidade: princípios. O problema do desenvolvimento sustentável.** In: Cavalcanti, Clóvis (Org); Furtado, A. *et al.* Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, out. 1994. Disponível em: <<http://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar:8080/bitstream/CLACSO/3543/1/cavalcanti1.pdf#page=14>>. Acesso em: 05 abr. 2022

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI.** In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA, J. A. (Eds.). Justiça ambiental e cidadania. Relume Dumará, Rio de Janeiro (RJ), p. 41-68, 2004.

CALLAI, Helena. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento.** In: In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, v. 8, Coimbra - Portugal, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2023.

CALEGARI, Leandro *et al.* **Análise da dinâmica de fragmentos florestais no município de Carandaí, MG, para fins de restauração florestal.** Revista Árvore, Viçosa-MG, v.34, n.5, p.871-880, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rarv/a/hwRNSWLHDPKNxFtStDbngcL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 09 out. 2022.

CALMON DE PASSOS, Priscilla Nogueira. **A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente.** Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 6 (6), 2009. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>> - Acesso em: 09 out. 2022.

CAMPANILI, Maura; SCHÄFFER, Wigold Bertolo. **Mata Atlântica: manual de adequação ambiental.** Brasília: MMA/SBF, 2010. 96 p. (Biodiversidade, 35). Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/handle/1/745>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CCMA-BA. **Corredor Central da Mata Atlântica da Bahia**. Disponível em: <http://www.corredoresecologicos.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=41>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CETESB. **COP15 / MOP5 – Copenhague, Dinamarca (dezembro de 2009)**. PROCLIMA (Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo), Governo do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-15-mop-5-copenhague-dinamarca-dezembro-de-2009/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

CLIMAINFO. **Temporada 2021 de furacões no Atlântico termina como a 3ª mais ativa de todas**. ClimaInfo, dez. 2021. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2021/12/02/temporada-2021-de-furacoes-no-atlantico-termina-como-a-3a-mais-ativa-de-todas/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CNN Brasil. **Lula: Meio ambiente voltou a ser prioridade | CNN 360º**. YouTube, jul. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2dAfPedOrC0>>. Acesso em: 25 set. 2023.

CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia). **Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu. Resumo Executivo**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <<https://www.conder.ba.gov.br/biblioteca/plano-de-manejo-do-parque-sao-bartolomeu>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

COPERTINO, Margareth; PIEDADE, Maria Tereza Fernandez; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; BUSTAMANTE, Mercedes. **Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ciência e Cultura, v. 71, n. 4, p. 04-05, 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 nov. 2023.

COPETTI, Dhyani Colpo; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro**. Anais do XXVIII Seminário de Iniciação Científica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Salão do Conhecimento, out. 2020. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/17848/16582>>. Acesso em: 25 set. 2023.

DENARDIN, Valdir Frigo. **Sustentabilidade de alternativa de produção desenvolvida por agricultores familiares em unidades de conservação no Litoral do Paraná**. Guaju, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 27-32, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/43407/26379>>. Acesso em: 12 out. 2023.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 1997. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/15173>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza, apêndice: A humanização do macaco pelo trabalho**. Ed Paz e Terra, 6ª edição, 2000.

EVANS, S. Analysis: **Which countries are historically responsible for climate change?** Carbon Brief, out. 2021. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; TAVARES, Auda Edileusa Piani. **Lazer, esporte e turismo: importância e uso de áreas verdes urbanas em Belém/Brasil**. Revista Licere, v. 16, n. 1, Belo Horizonta – MG, mar. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19110>>. Acesso em: 12 out. 2023.

FIGUEREDO, Natália Aragão; TEIXEIRA, Thais Helena; NETO, José Ambrósio Ferreira; BRAGA, Marcelo José. **A economia verde como referência para análise das unidades de conservação de uso sustentável no estado do Pará, Brasil**. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 6, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3333>>. Acesso em: 12 out. 2023.

FONSECA, Monica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. **O Papel das Unidades de Conservação**. Scientific American Brasil, p. 18-23, 2010. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/41996185/O_Papel_das_Unidades_de_Conservacao20160203-13676-1sf8ldn-libre.pdf?1454547031=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_Papel_das_Unidades_de_Conservacao.pdf&Expires=1691003991&Signature=JLjPB8vWLj4~Sk-LA4VZHB8omOZddYeKwsNXoTTQQ4zn~gfH8WnQpfMgGy5cJh8rRURHgO~hrHkiH8og2YniWACz5K41vaXAXn1DpUuCjMTfaXwHUBddG8IAaMDgx-s~Hi0jJJxS0fRrVhIn7xbWq-ruqB6LFBaUXXfz1MU2mW6iWO4udQJoAQWMr1uYrV0IOz6gLdXBV41EiFAcAhfCrGYpWfWexrLopDB7qRJ-mC9q~SmFmEf~U~VaAHISPRYqVQaRYF4frz0eIYNzDA6K6UgKNmXA9Yz~KBD0i0iliBBj9-2FQbmi9ae7JgsES7ZffuHV0szZ~JOuf466yNC4A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGS LRBV4ZA>. Acesso em: 20 jun. /2023.

FORMIGLI, A.L.M. (Org.). **História, natureza e cultura: Parque Metropolitano de Pirajá**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Editora do Parque, 1998. 168 p. (Coleção Cadernos do Parque)

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Martins Fontes, São Paulo (SP), 2005. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, São Paulo (SP), 2008. Disponível em: <<https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

G1. **Bolsonaro tem recordes de destruição do meio ambiente, mas usa dados para enaltecer seu governo; entenda**. Portal Globo de Notícias, set. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/09/21/bolsonaro-tem-records-de-destruicao-do-meio-ambiente-mas-usa-dados-para-enaltecer-seu-governo-entenda.g.html>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

G1 Bahia e TV Santa Cruz. **Temporal que causou inundações em cidades do sul da BA completa um ano e moradores relatam medo de novos alagamentos.** Portal Globo de Notícias, dez. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/12/14/temporal-que-causou-inundacoes-em-cidades-do-sul-da-ba-completa-um-ano.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

G1 SP. **Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia.** G1 SP, ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

G1 Vale do Paraíba e Região. **Temporal devastador no Litoral Norte de SP completa uma semana: veja resumo da tragédia.** Portal Globo de Notícias, jan. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/26/temporal-devastador-no-litoral-norte-de-sp-completa-uma-semana-veja-resumo-da-tragedia.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

G1 SP. **Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia.** Portal Globo de Notícias, ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GAN, Manoel Alonso *et al.* **Monção da América do Sul.** Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Chapter 19, p. 297-312, 2009. Disponível em: <<http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/30anos/ganetal.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GAUDIANO E. G.; CARTEA, P. A. M. **Educación, comunicación y cambio climático.** Trayectorias, Revista de ciencias sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León, México, v. 11, n. 29, p. 6 –38, jul.- dez. 2009.

GHILARDI, Renato Pirani; CHADDAD, Flávio Roberto. **A razão e o sagrado: suas contribuições filosóficas para a dessacralização da natureza.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, v. 6, n. 10, Goiânia - GO, 2010. Disponível em: <<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/4614>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. **Nem um centímetro a mais para os indígenas e para a biodiversidade no Brasil de Bolsonaro.** El País, São Paulo (SP), ago. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GUIMARÃES, I. C. S. e TAVARES-NETO, J. **Transmissão urbana de esquistossomose em crianças de um bairro de Salvador, Bahia**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 2, v. 39, n. 5, p. 451-455, 2006.

GUIMARÃES, Mariana Rocha Santos *et al.* **Perspectivas para estimativa de biomassa viva e estoque de carbono acima do solo em áreas verdes urbanas do domínio da Mata Atlântica, Brasil**. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 17, n. 4, p. 41-59, Curitiba - PR, 2022. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1151493/1/Perspectivas-para-e-estimativa-de-biomassa-viva-2022.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GURGEL, Helen C. *et al.* **Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Regional, Urbano e Ambiental, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5490>>. Acesso em: 26 set. 2023.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. EDUFBA, 186 p., Salvador – BA, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/3dz>>. Acesso em: 12 out. 2023.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (InterfacEHS), 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2023.

HÖNISCH, Bärbel *et al.* **The Geological Record of Ocean Acidification**. Science, v. 335, issue 6072, p. 1058-1063, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.1208277>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

IKEME, Jekwu. **Equity, environmental justice and sustainability: incomplete approaches in climate change politics**. Global Environmental Change, v. 13, n. 3, p. 195-206, 2003. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378003000475>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022, panorama**. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 17 set. 2023.

IPCC, 2007. **Summary for policymakers**. In: PARRY, M. L.;CANZIANI,O. F.; PALUTIKOF, J. P.; VANDER LINDEN, P. J. & HANSON, C. E.(Eds.), Climate Change 2007: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, p. 7-22, Cambridge (Reino Unido), 2007.

IPCC, 2019: **Summary for Policymakers**. In: IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, V. Masson-Delmotte, P. Zhai, M.Tignor, E. Poloczanska, K. Mintenbeck, A.Alegría, M.

Nicolai, A. Okem, J. Petzold, B. Rama, N.M. Weyer (eds.)). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/3/2020/11/SROCC_SPM_Portuguese.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

IPCC, 2021: **Summary for Policymakers**. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 3–32, doi:10.1017/9781009157896.001. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; MASO, Tchenna Fernandes. **As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática**. Revista Direito e Práxis, 14 (1), jan./mar. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkqJkpnpdHnQHZcF395Zkk/#>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

KORMAN, Vânia. “**Proposta de integração das glebas do Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro, SP)**”, 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2003, p.3.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Pandemias, colapso climático, antiecologismo: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 15, n. 4, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10861>>. Acesso em 14 out. 2023.

LIMA-RIBEIRO, Matheus de Souza. **Efeitos de borda sobre a vegetação e estruturação populacional em fragmentos de Cerradão no Sudoeste Goiano, Brasil**. Acta Botanica Brasilica 22(2), jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abb/a/rJWdrjnVTGc4cb6Z8YhrgBG/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MANTELLI, Gabriel Antonio Silveira; CASTILHO, André Ferreira; GARCIA, Júlia Malheiros. **Uma análise da justiça climática na perspectiva do socioambientalismo brasileiro**. Revista de Direitos Difusos, v. 67, p. 95-115, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/193/105>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina - PR, 2003. p.11-25.

MARCIAL, Adriana Pires. **Espaços sagrados das religiões afro-brasileiras: breve reflexão.** In: CORRÊA, A. M.; MOUTINHO-DA-COSTA, L; BARROS, J. F. P. (Orgs.). A floresta - educação, cultura e justiça ambiental. Editora Garamond Ltda, 2013.

MARQUES, Ariane. **Forte chuva em Petrópolis causa inundações, arrasta carros e provoca queda de barreiras; mortes passam de 30.** Portal Globo Notícias, fev. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/15/grande-voluma-de-chuva-causa-inundacoes-arrasta-carros-e-provoca-queda-de-barreiras-em-petropolis.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MARQUES, Luis. **O colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso.** Revista Rosa, v. 1, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://revistarosa.com/1/o-colapso-socioambiental-nao-e-um-evento>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MARTINS, Leandro. **Em 2021, 892 mil ha foram queimados em unidades de conservação federal.** Radioagência Nacional, Brasília - DF, jan. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2022-01/em-2021-892-mil-ha-foram-queimados-em-unidades-de-conservacao-federal>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MENDES, Henrique. **Com 15 bairros e 10% da população, subúrbio une beleza e estrutura falha.** G1 BA, Rede Bahia, set. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/com-15-bairros-e-10-da-populacao-suburbio-une-beleza-e-estrutura-falha.html>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. **Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil.** Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade (NUPEAT), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG), v. 1, p. 82-100, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17842/10673>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. **Justiça Climática e Percepção Social: uma análise do contexto brasileiro.** In: Encontro da Anppas. Anais. Florianópolis: ANPPAS, 2010.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa.** Revista de Ciência & Saúde Coletiva, v.19, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1103-1112/pt/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

NAVARRO, Francisco José. **El Aumento del Nivel del Mar. ¿Cuál es el papel de los glaciares y los mantos de hielo?** Método Science Studies Journal, Universitat de València, Moográfico, n. 104, set. 2020. Disponível em: <<https://www.divulgameteo.es/fotos/lecturas/Aumento-nivel-mar-hielo.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

NEREM, R. S. *et al.* **Climate-change–driven accelerated sea-level rise detected in the altimeter era.** PNAS, v. 115, n. 9, fev. 2018. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.1717312115>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

NÓBREGA, Fábio. **Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975.** Folha de Pernambuco, jul. 2022. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/maior-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ONU. **Temporada de furacões deste ano termina, mas efeitos devem perdurar por meses.** ONU News, Perspectiva Global Reportagens Humanas, dez. 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806272>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos Avançados, v. 24, p. 81-101, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PÁDUA, Suzana. **Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?** ((O)) eco, fev. 2006. Disponível em: <<https://oeco.org.br/colunas/18246-oeco-15564/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PARÁISO, Maria Hilda Baqueiro. **De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVII.** Revista História, n. 129-131, p. 179-208, ago./dez. 1993 - ago./dez./ 1994, São Paulo.

PEIXOTO, Roberto. **Rios e lagos 'encolhem' na Europa, China e EUA com seca extrema; compare imagens de satélite.** Portal Globo Notícias, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/08/29/rios-e-lagos-encolhem-na-europa-china-e-eua-com-seca-extrema-compare-imagens-de-satelite.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. **Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente.** Revista Iberoamericana de Bioética, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <<https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-beroamericana/article/view/6772/6571>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PIRES, Ana Carolina Fernandes; KNEIB, Erika Cristine; ABREU-HARBICH, Loyde Vieira. **Impactos do espraiamento urbano na emissão de CO₂: a região metropolitana de Goiânia.** VIRUS, São Carlos, n. 14, p. 1, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20668>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PITEIRA, Susana. **Da natureza à arte: uma poética da criação.** Revistas Visuais, UNICAMP, v. 6, n. 2, Campinas – SP, 2020. Disponível em:

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/visuais/article/view/14765>>.

Acesso em 12 out. 2023.

PRAAG, C., GARFINKEL, S., SPARASCI, O., MEES, A., PHILIPPIDES, A., WARE, M., OTTAVIANI, C. E CRITCHLEY, H. **Mind-wandering and alterations to default mode network connectivity when listening to naturalistic versus artificial sounds.** Scientific Reports, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Decreto nº 5363, de 28 de abril de 1978.** Aprova o plano geral das áreas da represa do Rio do Cobre, do Parque São Bartolomeu e sítio histórico de Pirajá e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1978/536/5363/decreto-n-5363-1978-aprova-o-plano-geral-das-areas-da-represa-do-rio-do-cobre-do-parque-da-sa-o-bartolomeu-e-sitio-historico-de-piraja-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Decreto Municipal nº 4756, de 13 de março de 1975.** Delimita áreas incorporadas ao Sistema de Áreas Verdes do Município. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1975/476/4756/decreto-n-4756-1975-delimita-areas-incorporadas-ao-sistema-de-areas-verdes-do-municipio>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Decreto Municipal nº 4590, de 21 de fevereiro de 1974.** Declara de utilidade pública e desapropria, em regime de urgência, uma área de terreno pertencente a CIA Progresso União Fabril da Bahia. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1974/459/4590/decreto-n-4590-1974-declara-de-utilidade-publica-e-desapropria-em-regime-de-urgencia-uma-area-de-terreno-pertencente-a-cia-progresso-uniao-fabril-da-bahia>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei Municipal nº 7400/2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2014/11/lei_7400_2008.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental.** O Social em Questão, Ano XIV, n. 25/26, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256749020.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RAMMÊ, Rogério Santos, **A política da justiça climática: conjugando riscos, vulnerabilidades e injustiças decorrentes das mudanças climáticas.** Revista de Direito Ambiental, v. 65, p. 367, jan. 2012. Disponível em: <<https://institutopiracema.com.br/wp-content/uploads/2021/10/A-POLITICA-DA-JUSTICA-CLIMATICA-Rogério-RDA-2012.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RAMOS, Marina Courrol. **Políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas em face das populações vulneráveis e da justiça climática.** 2015. 127

p. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/items/a5b3faff-a69b-4803-8c7b-1ea5411a609b>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RBJA. **Quem Somos**. Rede Brasileira de Justiça Climática, 2023. Disponível em: <<https://rbja.org/a-rede/>>. Acesso em: 07/08/2023.

REID, Walter V et al. How have ecosystem services and their uses changed? In: REID, Walter V et al. *Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis*. 1. ed. Washington, DC, EUA: Millennium Ecosystem Assessment, 2005. v. 1, cap. 2, p. 39 - 48. ISBN 1-59726-040-1. Disponível em: <<https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

REPÓRTER BRASIL. **Salvador é considerada a cidade mais negra do mundo, fora da África**. Empresa Brasil de Comunicação (EBC), TV Brasil, 2015. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2014/03/salvador-e-considerad-a-a-cidade-mais-negra-do-mundo-fora-da-africa#:~:text=EBC%20%7C%20Salvador%20%C3%A9%20considerada%20a,do%20mundo%2C%20fora%20da%20%C3%81frica>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - RBMA. **A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão**. Caderno no 2, 1995.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - RBMA. **Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI/2008**. Parte I: Dados Gerais/Formulário UNESCO, 2008. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_04_form.asp>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ROBERTS, J. Timmons. **The International Dimension of Climate Justice and the Need for International Adaptation Funding**. *Environmental Justice*, v. 2, n. 4, p. 185-190, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/env.2009.0029>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ROBERTS, J. Timmons; PARKS, Bradley C. **Ecologically Unequal Exchange, Ecological Debt, and Climate Justice: The History and Implications of Three Related Ideas for a New Social Movement**. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 50, n. 3-4, p. 385-409, 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020715209105147>>. Acesso em: 13 out. 2022.

ROCHA, Joyce Alves; BOSCOLO, Odara Horta; FERNANDES, Lucia Regina Rangel de Moraes Valente. **Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional**. *Revista Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 67-74, jan./jun. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/inter/a/bjTCfdnwmLmH5YFCV58LSyy/abstract/?lang=pt>>. 13 out. 2022.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* **A safe operating space for humanity.** Nature, n. 461, p. 472-475, 2009. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/461472a>>. Acesso em: 13 out. 2022.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. **Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução.** Trabalhos em Linguística Aplicados, Campinas - SP, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 14 out. 2023.

SAMPAIO, J. A. L. **A presença indígena na Baía de Todos os Santos e na área do Parque São Bartolomeu.** In: FORMIGLI, A. L. M. (Ed.). História, Natureza e Cultura - Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador - BA: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu / Editora do Parque, 1998. p. 168.

SANTANA, Juliana Santos; FARIAS, Úrsula Pinto Lopes. **Racismo Ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais.** Educação Sem Distância, n. 4, Rio de Janeiro - RJ, dez. 2021. Disponível em: <<https://educacaosemdistancia.unyleya.edu.br/esd/article/view/120/42>>. Acesso em: 13 out. 2022.

SANTI, Maurício. **Brasil registra em 2020 maior número de focos de incêndio em uma década.** Rádio Senado, Brasília - DF, jan. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/01/05/brasil-registra-em-2020-maior-numero-de-focos-de-incendio-em-uma-decada>>. Acesso em: 13 out. 2022.

SERPA, Angelo. **Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP,S. Paulo, 8(1): 177-190, outubro de 1996.

SIAS, Estael. **Pior seca no mundo hoje é da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul.** MetSul Metereologia, jan. 2023. Disponível em: <<https://metsul.com/pior-seca-no-mundo-hoje-e-da-argentina-uruguai-e-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SILVA, Laís Cândido *et al.* **Estoques de biomassa e carbono em Unidade de Conservação no bioma Mata Atlântica.** Universidade Federal do Paraná. Biofix Scientific Journal, v. 3, n. 2, p. 243-251, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/biofix/article/viewFile/59592/35745>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SILVA, Priscilla Castro. **Banhos de floresta: um roteiro para experiência da natureza terapêutica na trilha cariocas e cânions 2 - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO.** Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio. 2018. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão Ambiental) - Universidade de

Brasília, Planaltina - DF, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26066/1/2018_PriscillaCastroDaSilva_tcc.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SODRÉ, Camila; SILVA, Yuri; MONTEIRO, Isabella. **Acidificação dos Oceanos: fenômeno, consequências e necessidade de uma Governança Ambiental Global**. Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB, n. 4, v. 1, jan./jul. 2016. Disponível em: <[http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/artigo_acidifica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o dos oceanos - camilla fernanda lima sodr%C3%83%C2%A9.pdf](http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/artigo_acidifica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20dos%20oceanos%20-%20camilla%20fernanda%20lima%20sodr%C3%83%C2%A9.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2023.

STEFFEN, Will *et al.* **Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet**. Science, v. 347, n. 6223, fev. 2015. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.1259855>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **O “pulmão verde”**. Geografia, Periódicos UNESP, v. 11, n. 22, 1986. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14810>>. Acesso em: 14 out. 2023.

STROH, Paula Yone. **As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável**. In: Cavalcanti, Clóvis (Org); Furtado, A. *et al.* Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, p. 168-175, Recife, out. 1994. Disponível em: <<http://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar:8080/bitstream/CLACSO/3543/1/cavalcanti1.pdf#page=14>>. Acesso em: 13 out. 2023.

TAMAIU, Irineu. **Educação ambiental e mudanças climáticas: diálogo necessário num mundo em transformação**. Série Educativa. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2013. Disponível em: http://www.educo2cean.org/wp-content/uploads/2017/11/EA-e-Mudancas-Climaticas_WEB_Irineu-Tamaio.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

TAMAIU, Irineu; BARROS, Roberta Fabline da Silva. **Compreensões de Justiça Climática na formação de professores: Estudo de caso na Estação Ecológica de Águas Emendadas, Planaltina - Distrito Federal**. In: SATO, Michele; NORA, Giseli Dalla (Org.). Turbilhão de Ventanias e Farrapos, Entre Brisas e Esperanças. 1. ed. Cuiabá - MT: Editora Sustentável, 2021. v. 1, p. 147-160.

TAMAIU, Irineu; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Quando o Parque (ainda) não é nosso. Educação Ambiental, Pertencimento e Participação Social no Parque Sucupira, Planaltina (DF)**. Revista Espaço & Geografia, v. 17, n.1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40021/31113>>. Acesso em: 13 out. 2023.

TAMAIIO, Irineu; SATO, Michèle. **Aprendizagens em tempos emergentes: a crise climática, a água e a justiça climática na vivência pedagógica de educação ambiental das escolas públicas em Planaltina, Distrito Federal.** In: SATO, Michele; NORA, Giseli Dalla (Org.). Turbilhão de Ventanias e Farrapos, Entre Brisas e Esperanças. 1. ed. Cuiabá - MT: Editora Sustentável, 2021. v. 1, p. 492-507.

TIMMERS, J.F. **Estudo de revisão do marco legal, dos limites e enquadramento das Unidades de Conservação no SNUC: Proposta de modelo de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação (MUC).** PRODUTO 11 – 3o Termo Aditivo ao Contrato 163/AVSI-SEDUR. Estrutural Estudos e Projetos. Salvador – BA, 2011.

TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em ecologia (3ª edição).** Artmed, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Eduel, Londrina - PR, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HKg3DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=topofilia&ots=ZF0qfexoJz&sig=yS6gPOcqCLF1R4ivPeB_qnbw5nA>. Acesso em: 14 out. 2023.

UNIVERSITY OF BRISTOL. **Current rates of ocean acidification are unparalleled in Earth's history.** EurekAlert!, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.eurekalert.org/news-releases/796457>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VALERI, Sérgio Valiengo; SENÔ, Mirela Andréa Alves Ficher. **A importância dos corredores ecológicos para a fauna e a sustentabilidade de remanescentes florestais.** 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental, mai./jun. 2004, São Paulo (SP). Disponível em: <<https://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/005.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VALPORTO, Oscar. **Mundo, 50 graus: ondas de calor apontam para o novo normal.** Projeto Colabora, 20 de jul. de 2023. Disponível em: <<https://projetcollabora.com.br/ods13/mundo-50-graus-ondas-de-calor-apontam-para-o-novo-normal/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VALPORTO, Oscar. **Com El Niño, calor bate recorde e mata no Hemisfério Norte.** Projeto Colabora, 05 de jul. de 2023. Disponível em: <<https://projetcollabora.com.br/ods13/com-el-nino-calor-bate-recorde-e-mata-no-hemisferio-norte/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VAN DAM, Derek; RAMIREZ, Rachel. **Fumaça de incêndios florestais no Canadá atinge Nova York.** CNN Brasil, jun. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fumaca-de-incendios-atinge-ny/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VIANA, J. P. *et al.* **Manejo comunitário do pirarucu Arapaima gigas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Amazonas, Brasil.** In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Org.). Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007 (Série Áreas Protegidas do

Brasil, n. 4). Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao26022009041759.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VIANNA, Simone de Castro; SANQUETTA, Carlos Roberto. **Mudanças climáticas e o fitoplâncton marinho: uma revisão**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, v. 8, n.15, Goiânia - GO, 2012. Disponível em:
<<https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3753>>. Acesso em: 14 out. 2023.

WALTER, Arnaldo. **Emissões de gases de efeito estufa no setor de energia no Brasil**. Revista Brasileira de Energia, v. 27, n. 3, 2021.

ANEXOS

a) Roteiro das entrevistas semi-estruturadas



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade UnB Planaltina - FUP

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Salvador - BA, 2022-2023.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Olá! Me chamo Sarah Saboya, sou estudante de Gestão Ambiental na Universidade de Brasília (UnB) e convido você a participar desta pesquisa que fará parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem como foco compreender a sensibilização da comunidade ao entorno do Parque São Bartolomeu (Salvador - BA), e suas lideranças, sobre sua importância perante à crise climática.

Para realização da pesquisa, é necessário a aplicação deste questionário. Solicito sua autorização para que eu utilize seus dados na pesquisa - o uso dos dados será exclusivamente ao estudo e divulgação científica. Esclareço que sua participação é voluntária e sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e os dados obtidos serão mantidos em sigilo.

Agradeço sua participação!

Para mais informações, entre em contato: (61) 99642-0715

Identificação do proponente

Qual a sua idade?

Como você se identifica?

() Masculino

() Feminino

() Prefiro não dizer

Onde você mora? (Comunidade/bairro)

1) Com qual frequência você vem ao Parque e o que faz aqui?

2) Qual movimento (social, ambiental, esporte, religião, habitação, agricultura, feminista, etc.) que você representa? [LIDERANÇA]



Percepção do Parque São Bartolomeu

- 3) Como o movimento do qual você representa atua dentro do Parque? [LIDERANÇA]

- 4) O que o Parque significa para você e para sua comunidade?


- 5) As populações periféricas que geralmente possuem maior vulnerabilidade social e racial sofrem mais com os eventos climáticos extremos (como inundações, deslizamentos, secas prolongadas...) e possuem acesso limitado a espaços de lazer. Diante dessa situação, de que forma o Parque pode ser utilizado pela população vizinha que o cerca?

- 6) Na sua opinião, como a comunidade do entorno poderia contribuir para manutenção e conservação do Parque?

- 7) O Parque é uma esponja natural que absorve os gases que provocam a mudança do clima. O que você acha disso?

- 8) Como você entende a relação entre a importância de manter e conservar o Parque e o enfrentamento das mudanças do clima? (Exemplo: falta/excesso de chuva, aumento/diminuição da temperatura, aumento/diminuição do nível do mar, extinção de animais e etc.)

- 9) O nome do Parque São Bartolomeu vem de um sincretismo religioso entre o santo católico São Bartolomeu e o orixá Oxumaré. Considerando que o Parque está na cidade de Salvador - BA, majoritariamente preta e berço do candomblé no Brasil, como você vê a relação entre o culto aos deuses das religiões afrobrasileiras e a proteção e conservação do Parque?

b) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Vanessa Teixeira dos Santos



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

[Handwritten Signature]



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de setembro de 2022

Alito Santos Borges



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Gláuber Machado Souto



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Aline Castro dos Santos

**AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de setembro de 2022

Marcelo Lourenço Alves



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, **CONSINTO** minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Geovani Morais de Souza



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de 09 de 2022

Yese Augusto Santos Costa



AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Lucas Wilson Ramalho Sousa



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Pedro Luisan Araújo Santos Filho

**AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de SETEMBRO de 2022

Aluzildo da Costa Gomes



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 25 de Setembro de 2022

Deonirio Silva Nascimento



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 18 de outubro de 2022

Valdeci Leocir Barboza
Natal

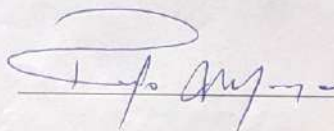


UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 16 de Abril de 2023



UnB | FUP
J. P. Oliveira



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 16 de ABRIL de 2023

Edvan



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 16 de Abril de 2023

Ruan Santana dos Santos



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 16 de ABRIL de 2023

José Santos



UnB | FUP

AUTORIZAÇÃO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, CONSINTO minha participação neste projeto de pesquisa, a realização da entrevista para fins de estudo, publicação em livros, anais de congresso e/ou artigos científicos e autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Salvador - BA, 16 de abril de 2023

Indaia Celestina Santos